

ELLEN DOS SANTOS OLIVEIRA
ORGANIZADORA

Mulheres do Brasil

Direitos Humanos, Linguagens e Sociedade - Volume 1





AVALIAÇÃO, PARECER E REVISÃO POR PARES

Os textos que compõem esta obra foram avaliados por pares e indicados para publicação.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Bibliotecária responsável: Aline Grazielle Benitez CRB-1/3129

E26 Mulheres do Brasil: Direitos Humanos, Linguagens e Sociedade – Volume 1
1.ed. [recurso eletrônico] / [org.] Ellen dos Santos Oliveira. –
1.ed. – Curitiba-PR, Editora Bagai, 2022.
Recurso digital.

Formato: e-book

ISBN: 978-65-5368-043-2


1. Mulheres. 2. Direitos humanos. 3. Sociedade.
I. Oliveira, Ellen dos Santos.

CDD 370.7

CDU 37.01

10-2022/20

Índice para catálogo sistemático:
1. Educação: Inclusão escolar.

 <https://doi.org/10.37008/978-65-5368-043-2.08.03.22>

Este livro foi composto pela Editora Bagai.

 www.editorabagai.com.br

 [/editorabagai](https://www.instagram.com/editorabagai)

 [/editorabagai](https://www.facebook.com/editorabagai)

 contato@editorabagai.com.br

ELLEN DOS SANTOS OLIVEIRA
organizadora

MULHERES DO BRASIL:
Direitos Humanos, Linguagens e Sociedade – Volume 1



1.^a Edição - *Copyright*© 2021 dos autores
Direitos de Edição Reservados à Editora Bagai.

O conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) respectivo(s) autor(es). As normas ortográficas, questões gramaticais, sistema de citações e referencial bibliográfico são prerrogativas de cada autor(es).

<i>Editor-Chefe</i>	Cleber Bianchessi
<i>Revisão</i>	Os autores
<i>Capa</i>	Ellen dos Santos Oliveira
<i>Projeto Gráfico</i>	Alexandre Lemos
<i>Conselho Editorial</i>	Dr. Adilson Tadeu Basquerote – UNIDAVI Dr. Anderson Luiz Tedesco – UNOCHAPECÓ Dra. Andréa Cristina Marques de Araújo - CESUPA Dra. Andréia de Bem Machado – UFSC Dra. Andressa Grazielle Brandt – IFC - UFSC Dr. Antonio Xavier Tomo - UPM - MOÇAMBIQUE Dra. Camila Cunico – UFPPB Dr. Carlos Luís Pereira – UFES Dr. Claudino Borges – UNIPIAGET - CV Dr. Cledione Jacinto de Freitas – UFMS Dra. Clélia Peretti - PUCPR Dra. Daniela Mendes V da Silva – SEEDUCRJ Dra. Denise Rocha – UFC Dra. Elnora Maria Gondim Machado Lima - UFPI Dra. Elisângela Rosemeri Martins – UESC Dr. Ernane Rosa Martins – IFG Dr. Helio Rosa Camilo – UFAC Dra. Helisamara Mota Guedes – UFVJM Dr. Humberto Costa – UFPR Dr. Jorge Carvalho Brandão – UFC Dr. Jorge Henrique Gualandi - IFES Dr. Juan Eligio López García – UCF-CUBA Dr. Juan Martín Ceballos Almeraya - CUIM-MÉXICO Dra. Karina de Araújo Dias – SME/PMF Dra. Larissa Warnavin – UNINTER Dr. Lucas Lenin Resende de Assis - UFLA Dr. Luciano Luz Gonzaga – SEEDUCRJ Dr. Luiz M B Rocha Menezes – IFTM Dr. Magno Alexon Bezerra Seabra - UFPPB Dr. Marciel Lohmann – UEL Dr. Márcio de Oliveira – UFAM Dr. Marcos A. da Silveira – UFPR Dr. Marcos Pereira dos Santos - SITG/FAQ Dra. Maria Caridad Bestard González - UCF-CUBA Dra. Nadja Regina Sousa Magalhães – FOPPE-UFSC/UFPEL Dra. Patricia de Oliveira - IF BAIANO Dr. Porfírio Pinto – CIDH - PORTUGAL Dr. Rogério Makino – UNEMAT Dr. Reginaldo Peixoto – UEMS Dr. Ricardo Cauica Ferreira - UNITEL - ANGOLA Dr. Ronaldo Ferreira Maganhotto – UNICENTRO Dra. Rozane Zaionz - SME/SEED Dra. Sueli da Silva Aquino - FIPAR Dr. Tiago Tendai Chingore - UNILICUNGO – MOÇAMBIQUE Dr. Thiago Perez Bernardes de Moraes – UNIANDRADE/UK-ARGENTINA Dr. Tomás Raúl Gómez Hernández – UCLV e CUM - CUBA Dr. William Douglas Guilherme – UFT Dr. Yoissell López Bestard- SEDUCRS

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 - CULTURA AFRODESCENDENTE: RECONHECIMENTO DE ESPERANÇA GARCIA COMO A PRIMEIRA ADVOGADA NEGRA DO BRASIL.....	11
---	-----------

Fernanda Analu Marcolla | Sabrina Lehnen Stoll

CAPÍTULO 2 - SER FEMINISTA NÃO É UMA ESCOLHA: A LUTA PELA IGUALDADE DE GÊNERO DEVE SER DE TODAS, TODOS E TODOS OS DIAS.....	23
--	-----------

Eliane Dolens Almeida Garcia

CAPÍTULO 3 - ÚRSULA (1859), DE MARIA FIRMINA DOS REIS: PRIMEIRO ROMANCE ABOLICIONISTA ESCRITO POR MULHER NA LITERATURA BRASILEIRA	36
--	-----------

Ellen dos Santos Oliveira

CAPÍTULO 4 - UMA BRASILEIRA CONTRA UM EXÉRCITO DE BOLIVIANOS: ANGELINA GONÇALVES DE SOUZA, A HEROÍNA DOS SERINGAIS DO ACRE.....	51
--	-----------

Luciana Maira de Sales Pereira

CAPÍTULO 5 - DA MENINA REPRIMIDA À MULHER CONFIANTE: PERCURSOS E PERCALÇOS DE ANINHA (CORA CORALINA).....	63
--	-----------

Marcela Ferreira Matos

CAPÍTULO 6 - AS VÁRIAS FACES DA LITERATURA DE DINAH SILVEIRA DE QUEIROZ.....	77
---	-----------

Isabelle Maria Soares | Taynara Leszczynski

CAPÍTULO 7 - PROCURA-SE LOBO: LITERATURA INFANTO-JUVENIL DE ANA MARIA MACHADO COMO ELEMENTO DIDÁTICO NO DESENVOLVIMENTO DE HABILIDADES LINGÜÍSTICAS.....88

Karime Massignan Grassi Vieira

CAPÍTULO 8- A VALORIZAÇÃO DAS MULHERES NA EDUCAÇÃO BÁSICA A PARTIR DAS MEMÓRIAS DE UMA EDUCADORA 102

Silvana Barreto Oriente | Maria Isabel Alonso Alves

CAPÍTULO 9 - A OUTRA! A CONSTRUÇÃO DA MULHER NEGRA NA SOCIEDADE BRASILEIRA120

Luciane Silva de Almeida | Thais Ramos Trindade | Elma Pimentel do Carmo

CAPÍTULO 10 - A INSERÇÃO TARDIA DAS MULHERES NO PARLAMENTO BRASILEIRO (1945-2018) 133

Romer Mottinha Santos | Geissa Cristina Franco

CAPÍTULO 11 - O DISCURSO MUDIÁTICO COMO DISPOSITIVO POLÍTICO: UMA ANÁLISE NAS PÁGINAS AMARELAS DA REVISTA VEJA 147

André Luís A. Silva | Maria Cristina Kirach

CAPÍTULO 12 - DILMA ROUSSEFF NO DOCUMENTÁRIO *DEMOCRACIA EM VERTIGEM*: UMA ANÁLISE DECOLONIAL COM SUBSÍDIOS DA AVALIATIVIDADE..... 169

Layane Campos Soares | Bianca Mara Guedes de Souza

CAPÍTULO 13 - ESTADO BRASILEIRO: CORPOS SUBVERSIVOS E MORTE 192

Allana de Azevedo Trajano | Naira Mariana Ferraz Gomes

SOBRE A ORGANIZADORA 202

ÍNDICE REMISSIVO 203

APRESENTAÇÃO

Considerando que em 2022 completam-se 200 anos da Independência do Brasil, pretendeu-se com este livro reunir textos cujos objetivos estejam centrados nos estudos e análises de representações socioculturais de “**MULHERES DO BRASIL**”, bem como suas contribuições e história de lutas para a construção de uma Nação mais justa que valoriza e reconhece a igualdade de direitos entre homens e mulheres.

Sendo assim, nesse primeiro volume do livro “**MULHERES DO BRASIL: Direitos Humanos, Linguagem e Sociedade**”, apresentamos 13 capítulos com reflexões críticas sobre as lutas feministas e a representação das mulheres ao longo da História, trazendo à tona personagens importantes, tais como: como Esperança Garcia, primeira advogada negra; Maria Firmina dos Reis, primeira professora das Letras e escritora negra do Brasil; Angelina Gonçalves de Souza, heroína dos seringais; do Acre; Cora Coralina, poetisa de destaque na escrita autobiográfica de autoria feminina; Dinah Silveira de Queiroz e Ana Maria Machado, escritoras reconhecidas que tem seus nomes lembrados na Academia Brasileira de Letras; memórias de educadoras e suas trajetórias de lutas na educação; mulheres negras e a construção identitária em torno delas, pelo inconsciente coletivo; mulheres no cenário político; Dilma Rousseff, primeira presidenta eleita no Brasil.

No CAPÍTULO 1, Fernanda Analu Marcolla e Sabrina Lehnen Stoll, cientes da condição da mulher na condição histórica da mulher e suas conquistas ao longo da história, em especial a mulher negra e a cultura afrodescendente, defendem e reconhecem Esperança Garcia como a primeira advogada negra do Brasil.

No CAPÍTULO 2, Eliane Dolens Almeida Garcia apresenta uma reflexão crítica sobre o conceito de feminismo, bem como suas lutas e trajetória desde o século XVIII quando vieram à pauta as lutas pela igualdade no contexto da Revolução Francesa, e defende que ser feminista não é uma escolha mas significa uma luta pela igualdade de gênero que deve ser de todas e todos, e todos os dias.

No CAPÍTULO 3, Ellen dos Santos Oliveira apresenta uma análise de *Ûrsula* (1859), de Maria Firmina dos Reis, primeiro romance escrito por uma mulher na Literatura Brasileira, que estava esquecida na História, apesar de sua importante atuação como primeira professora das Letras, além de jornalista e escritora, e seu engajamento feminista na História de luta pela abolição e pela igualdade entre os seres humanos, sendo coroada com o título de “rainha abolicionista”.

No CAPÍTULO 4, Luciana Maira de Sales Pereira, ao situar historicamente a atuação de mulheres nas Guerras de Independência das Américas, faz um resgate da história de luta de Angelina Gonçalves de Souza, conhecida como a heroína dos seringais do Acre, uma Brasileira que em pleno final do século XIX e início do século XX, desafiou um exército de bolivianos.

No CAPÍTULO 5, Marcela Ferreira Matos apresenta os percursos e percalços de Cora Coralina uma das mais célebres escritoras e poetisas da Literatura Brasileira do século XIX ao XX, e sua trajetória de mulher reprimida à mulher confiante no uso da palavra escrita para narrar suas memórias e expressar sua visão de mundo por meio da poesia, em busca de uma identidade a partir da escrita autobiográfica.

No CAPÍTULO 6, Isabelle Maria Soares e Taynara Leszczynski fazem uma apresentação das várias faces da literatura de Dinah Silveira de Queiroz, uma das mulheres percussoras na Academia Brasileira de Letras, cuja imagem oscila ente o reconhecimento e apagamento, mas sendo resgatada nos estudos e pesquisas contemporâneas que validam e defendem a contribuição da autora sua produção poética e literária diversificada.

No CAPÍTULO 7, Karime Massignan Grassi Vieira defende a Literatura Infanto-Juvenil de Ana Maria Machado como um importante elemento didático no desenvolvimento das habilidades linguísticas, a partir da análise do conto “procura-se lobo”, dessa célebre escritora brasileira cuja produção literária vem sendo reconhecida quando essa passou a ocupar a cadeira nº1 da Academia Brasileira de Letras e recebeu vários prêmios literários.

No CAPÍTULO 8, Silvana Barreto Oriente e Maria Isabel Alonso Alves abordam a valorização das mulheres na educação básica a partir de relatos de memórias sobre a experiência de vida de uma educadora no contexto escolar, de modo a refletir sobre a trajetória de vida das mulheres na sociedade e sobre questões que vão desde os preconceitos, discriminação à reconhecimento do empoderamento feminino.

No CAPÍTULO 9, Luciane Silva de Almeida, Thaís Ramos Trindade e Elma Pimentel do Carmo apresentam uma reflexão crítica sobre a representação de “a outra”, como uma construção geralmente direcionada à mulher negra na sociedade brasileira, de modo a pensar sobre questões relacionadas à valorização e representação da mulher pelo inconsciente coletivo.

No CAPÍTULO 10, Romer Mottinha Santos e Geissa Cristina Franco falam sobre a inserção tardia das mulheres no parlamento brasileiro, de 1945 a 2018. Trazendo em pauta questões relativas à representação da mulher no cenário político, seu empoderamento, seu reconhecimento e suas lutas, que vai desde o ingresso da mulher na política ao combate à discriminação e à violência contra as mulheres.

No CAPÍTULO 11, André Luís A. Silva e Maria Cristina Kirach traz a discussão como o discurso midiático pode ser considerado como um dispositivo político, a partir da análise das “páginas amarelas”, da Revista Veja, com enfoque nas edições de 2011 a 2016, período crítico da história brasileira que corresponde ao mandato de Dilma Rousseff, primeira mulher a ocupar o cargo de presidenta do Brasil, e que enfrentou várias manifestações populares e um processo de impeachment.

No CAPÍTULO 12, Layane Campos Soares e Bianca Mara Guedes de Souza, partindo dos conceitos de colonialidade do poder e do ser, apresentam uma análise decolonial com subsídios da avaliatividade, da construção da identidade de Dilma Rousseff no documentário Democracia em vertigem.

No CAPÍTULO 13, Allana de Azevedo Trajano e Naira Mariana Ferraz Gomes propõe uma reflexão crítica sobre corpos subversivos e morte no Estado brasileiro, trazendo como exemplo o caso de Dandara

dos Santos e outras mortes de transexuais, conforme revelam as estatísticas no Mapa dos assassinatos de travestis e transexuais no Brasil em 2017.

Pretende-se com este livro “MULHERES DO BRASIL: Direitos Humanos, Linguagem e Sociedade” contribuir com os estudos, pesquisas e debates contemporâneos sobre a representação das mulheres na sociedade.

Ellen dos Santos Oliveira

CAPÍTULO 1 - CULTURA AFRODESCENDENTE: RECONHECIMENTO DE ESPERANÇA GARCIA COMO A PRIMEIRA ADVOGADA NEGRA DO BRASIL

Fernanda Analu Marcolla¹

Sabrina Lehen Stoll²

INTRODUÇÃO

A cultura patriarcal ainda está entranhada nas concepções históricas da sociedade brasileira. Várias foram as conquistas das mulheres ao longo dos anos, no entanto, muitos paradigmas sociais ainda precisam ser superados.

Os povos afrodescendentes ao chegarem ao Brasil Colônia sofreram com a exploração e escravidão portuguesa por quase quatro séculos, ou seja, desde o ano de 1500 até 1822 com a Proclamação da República. Neste período, mais de três milhões de africanos foram explorados, inferiorizados e violentados, fatores estes que disseminou em uma sociedade desigual entre os homens.

As desigualdades eram percebidas em todas as áreas da vida humana, inclusive no Código Penal do Império havia pena de morte aos escravos que criassem motim ou rebelião, além das penas de açoites e a não caracterização de crime de estupro contra as escravas, pois eram consideradas posses de seus senhores, entre outras penas cruéis (BRASIL, 1830).

Com o intuito de cessar os atos de crueldade e manter o mínimo de dignidade aos escravos da Fazenda Algodão na capitania do Piauí,

¹ Mestranda em Direito Público (FURB). Advogada inscrita na OAB/SC nº. 53.746. Membro da Comissão Criminal da OAB/SC da Subseção de Brusque - SC. CV: <http://lattes.cnpq.br/3320760922393919>

² Mestranda em Direito (FURB). Advogada. CV: <http://lattes.cnpq.br/1360235338654144>

Esperança Garcia, uma escrava afrodescendente, escreveu uma carta ao governador da capitania do Piauí no dia 06 de setembro de 1770, requerendo que o ente Estatal garantisse alguns direitos aos escravos, tais como direito à liberdade, direito à religião, direito à dignidade e à vedação de penas cruéis e à garantia de preservar o instituto familiar.

Deste modo, o presente capítulo aborda primeiramente a história da colonização portuguesa no Brasil e a influência que o patriarcalismo e as limitações sexistas trouxeram principalmente para as mulheres escravas. Aborda-se também, em um contexto histórico cultural, o quanto as classes escravas foram inferiorizadas ao longo do colonialismo e o quanto sofrem defluência hediondamente.

Em um segundo momento, traz-se a breve história de Esperança Garcia frente às diversidades culturais e raciais de sua época. Ademais, destacam-se ainda os motivos pelos quais a referida escrava foi considerada a primeira mulher negra advogada no Brasil, trazendo fatos históricos de suma importância para os dias atuais.

Partindo desse pressuposto, o objetivo geral do presente capítulo é investigar as dificuldades enfrentadas pelos afrodescendentes desde a colonização do Brasil e, principalmente, focalizar, sob uma perspectiva histórica cultural, a trajetória de luta e conquista de Esperança Garcia.

Quanto à metodologia empregada, foram adotados os métodos dedutivos e a técnica da pesquisa bibliográfica.

MULHERES AFRODESCENDENTES NO BRASIL

A cultura é uma forma de expressão dimensional da existência e dos costumes de uma civilização, tornando-se “uma forma de interação do mundo exterior com o ‘eu’ interior através da expressão artística com o indivíduo”, ou ainda pode ser considerada “uma forma de linguagem sensorial que remonta as origens mais primitivas da humanidade, ou seja, é um condutor dos sentimentos e sensações capaz de traduzir artisticamente o conteúdo do íntimo da essência humana”. (BARBOSA; MARCOLLA; RISTOW, 2021).

No que tange a própria história da colonização da Europa Ocidental, em nome da modernidade, ciência e avanços tecnológicos, fora expandido os horizontes exploratórios com intuito de conquistar outros territórios, sempre almejando saciar o capitalismo e os estilos de vida predatórios.

Nesse contexto que o europeu desbravador se alimentou, na base da colonização de povos, culturas, idiomas, e naturalmente, do extrativismo predatório (vegetal, mineral e animal). O Brasil, desde os saques com a madeira pau-brasil (por ocasião da narrativa de seu descobrimento), até os dias atuais, passa por debates, críticas e violações da cultura de seu povo.

Para Dussel (1993, p. 50) a América Latina foi a primeira colônia da Europa moderna e historicamente a primeira “periféria”, antes mesmo da África e da Ásia. A colonização do índio e dos escravos africanos mais tarde, foi o primeiro processo de uma propensa modernização e civilização, com alienação do outro como “si-mesmo”, não mais dentro de um contexto de guerra. Mas de uma práxis erótica, pedagógica, política, econômica, de machismo sexual, de cultura, e uma nova burocracia política de dominação do outro. Com a “desculpa” da modernidade e avanços científicos a Europa avançava se apropriando da identidade cultural dos povos do sul global, tornando-os invisíveis a ponto de gerar uma crise identitária nestes povos.

O Brasil foi colônia de exploração portuguesa por quase quatro séculos, desde seu descobrimento em 1500 até 1822 com a Proclamação da República. Neste período, foi utilizada a mão de obra escrava de aproximadamente três milhões e seiscentos mil africanos e africanas), que eram completamente invisibilizados, objetificados, explorados, com condições de existência indignas:

A escravidão, em primeiro lugar, legitimou a inferioridade, que de social tornava-se natural, e, enquanto durou, inibiu qualquer discussão sobre cidadania. Além disso, o trabalho limitou-se exclusivamente aos escravos, e a violência se disseminou nessa sociedade das desigualdades e da posse de um homem por outro (SCHWARCZ, 2012, p. 28-37).

Um dos primeiros povos a serem escravizados, pela colônia portuguesa, foi a população indígena. Após a expansão do mercado escravo negreiro africano pelo mundo, o império português não ficou de fora desse empreendimento macabro da modernidade, negros africanos seriam capturados em possessões portuguesas em Angola, Moçambique, e regiões do Reino do Daomé, e trazidos à força ao Brasil para serem escravizados.

Em 1535 chegou a Salvador (BA) o primeiro navio com negros escravizados. Este ano é o marco do início da escravidão no Brasil, que só terminaria 353 anos depois, em 13 de maio de 1888, com o advento da Lei Áurea (BEZERRA, 2020).

Nesse período a vida humana tornou-se moeda, e essa moeda é de propriedade do homem branco europeu colonizador sujeito de direitos. Ademais, as realidades existenciais destes povos africanos se encontram com os povos de origem brasileira e começam a se misturar e se diversificar, mas sempre dentro da ótica da estrutura patriarcal e europeia colonizadora. Nessa perspectiva, surgem as novas propriedades escravas do império português, as quais vão construir e transformar, sob o pretexto da modernidade, a colônia de exploração denominada Brasil.

A elite brasileira branca e colonizadora possuía como propriedade em suas casas, mulheres negras chamadas *sinhazinhas* que serviam a família em afazeres domésticos, trabalhavam nos engenhos e espaços rurais. Destaca-se que, nesta época, era considerado status social para as famílias brasileiras possuir mulheres negras como escravas. No entanto, na segunda metade do século XIX, após a abolição da escravatura, essa condição passou a ser vista como desonrosa e com descrédito perante a elite dominante, pois médicos, juristas e padres afirmavam que as mulheres negras não eram honestas, nem honradas (PINTO, 2010, p. 229).

Entretanto, o que era para ser uma libertação se transformou numa perseguição e difamação da mulher negra, que passa a ser vista como desonrada e desonesta, criando-se um estigma de mulher fácil com a objetificação de cunho sexista e sexual.

Segundo Santana, que é professora vinculada ao Departamento de Ciências Humanas e Letras (DCHL) e coordenadora de Pós-Graduação do Órgão de Educação e Relações Étnicas (Odeere) da Uesb, “as implicações do racismo e do sexismo condenaram as mulheres negras a uma situação perversa e cruel de exclusão e marginalização social”. (UNIVERSIDADE ESTADUAL DA BAHIA, 2019).

A autora afirma que “as mulheres passam a ser pensadas a partir de variáveis que indicam histórias de subalternização para se adequarem a uma sociedade ocidental branca, cristã e heterossexual, em espaços domésticos e profissionais”. (UNIVERSIDADE ESTADUAL DA BAHIA, 2019).

Neste contexto cultural de padrões e valores hegemônicos e colonizadores, as mulheres negras ainda enfrentam maiores adversidades em relação às mulheres brancas, tais como; a maior probabilidade de ser vítima de homicídio, um maior índice de analfabetismo, assim como um maior número de ocupação em postos de trabalho mais precarizados (UNIVERSIDADE ESTADUAL DA BAHIA, 2019).

Ante ao exposto, é imprescindível relatar a história de um povo que foi sequestrado e que teve sua identidade, cultura, fé, crenças e saberes apagados por gerações. Destaca-se que, mesmo passados mais de cem anos da abolição da escravatura, o povo afrodescendente ainda sofre nos dias atuais, em decorrência de sua etnia e cor de pele, com a pobreza, violência, discriminação e os reflexos diretos de um país que normalizou o preconceito e o racismo estruturante e estrutural ao longo dos anos, deixando esse grupo sempre às margens da sociedade.

No entanto, várias foram as personalidades afrodescendentes que lutaram e ganharam espaços na sociedade burguesa patriarcal, entre elas, cita-se Esperança Garcia, uma mulher negra que foi escravizada e que estava muito à frente de sua geração.

ESPERANÇA GARCIA A PRIMEIRA ADVOGADA NEGRA BRASILEIRA

Em que pese a primeira mulher a se tornar advogada atuante em um tribunal do júri tenha sido a ilustre Myrthes Gomes de Campos em 1899, muitas mulheres anteriormente tentaram exercer a advocacia, no entanto, até a referida data, a profissão era exclusivamente masculina (COSTA, 2012).

Muitas barreiras preconceituosas foram enfrentadas por mulheres guerreiras que buscavam uma oportunidade ou reconhecimento no mercado do trabalho, sendo que para isso, precisaram resistir e combater a um sistema axiologicamente patriarcal. Em que pese às mulheres sofrerem grande preconceito no mercado de trabalho, ser uma mulher afrodescendente era algo muito mais desafiador. Historicamente, a primeira mulher negra a ser reconhecida como advogada por exercer sua própria defesa, fora a escrava Esperança Garcia.

Destaca-se para tanto que, as dificuldades linguísticas e culturais da época impediam também a “integração e o acesso dos africanos e descendentes escravizados às normas ou padrões da língua do colonizador europeu”. Numa perspectiva histórica sobre a escravidão no Brasil, eram poucos os nativos que conseguiram romper o paradigma cultural patriarcal, mas há as exceções, como o caso em apreço de Esperança Garcia (SOUZA, 2015, p. 2).

A escrava Esperança não possuía qualquer formação acadêmica, nasceu em uma fazenda que pertencia aos jesuítas, e foi ensinada a ler e a escrever, mesmo sendo tal conduta proibida para a época, uma vez que os escravos não podiam ser alfabetizados. Entretanto, após jesuítas terem sido expulsos do Brasil, Esperança foi enviada como escrava para a fazenda do capitão Antônio Vieira de Couto em Oeiras/PI, na qual, sofreu grandes humilhações e agressões juntamente com sua família (GARCIA, 2018).

Na fazenda Algodões no Piauí, Esperança Garcia percebia o quanto era maltratada, assim como também era privada do mínimo existencial para garantir uma vida digna e harmoniosa ao lado de seus

filhos e do seu marido, o qual raramente podia ter algum momento de convivência familiar. Diante das privações da vida civil, no dia 06 de setembro de 1770, aos 19 anos de idade, Esperança Garcia resolve enviar uma carta/petição ao Governador do Estado, reivindicando a própria liberdade e o direito à própria vida (PAIVA, 2020).

Entre as reivindicações expostas por Esperança ao governador da capitania de São José do Piauí, Gonçalo Botelho, na qual se identificou como escrava da fazenda Algodões sob propriedade do Capitão Antônio Vieira de Couto, requereu enquanto escrava, mãe e esposa, “o direito de retornar ao lugar de origem, para viver ao lado do marido e dos filhos”, assim como relatou “uma série de queixas contra o Capitão Antônio Vieira do Couto, que a subjugara ao trabalho de cozinheira na sua casa, retirando-a dos Algodões para a Inspeção de Nazaré e, ao mesmo tempo, impedindo-a da convivência com o marido”, assim como de batizar sua filha:

Eu sou uma escrava de V.S. Administração do Capitão Antonio Vieira de Couto, casada. Desde que o Capitão para lá foi administrar, que me tirou da fazenda dos Algodões, onde vivia com meu marido, para ser cozinheira da sua casa, onde nela passo muito mal. A primeira é que há grandes trovoadas de pancadas em um filho meu sendo uma criança que lhe fez extrair sangue pela boca, em mim não posso explicar que sou um colchão de pancadas, tanto que caí uma vez do sobrado abaixo de peiada; por misericórdia de Deus escapei. A segunda estou eu e mais minhas parceiras por confessar a três anos. E uma criança minha e duas mais por batizar. Pelo tão peço a V.S. pelo amor de Deus e do seu Valim ponha aos olhos em mim ordinando digo. Mandar a procurados que mande para a fazenda aonde ele me tirou para eu viver com meu marido e batizar minha filha. De V.S. sua escrava Esperança Garcia (PAIVA, 2020).

É possível perceber na carta/petição de Esperança, o cunho social e jurídico de seus requerimentos e argumentos, os pedidos não eram direcionados unicamente a sua pessoa intrinsecamente, mas sim, que os direitos reivindicados fossem reconhecidos e concedidos aos seus colegas

de trabalho. A perseverança, força e fé de Esperança não foi abatida frente à possibilidade de sofrer vários castigos físicos por seu senhoril e por seus atos “considerados rebeldes” para a época (DAVIS, 2016, p. 34).

Ademais, Esperança Garcia ainda reivindicava o direito de exercer os ritos da “religião dos brancos”, ou seja, ritual esse que já fora assimilada por ela e as colegas escravas, mas essa religiosidade “é também tomada como máscara, autodefesa, uma Negaça (jogo de corpo/esquiva e ataque) da escrava delatora, que se utiliza, estrategicamente, de pretextos para agravar o delito do crime por espancamento ou a culpa do administrador das fazendas de gado” (SOUZA, 2015, p. 5).

Na compreensão de Costa (2012), Esperança teve uma atuação de suma importância na luta contra a escravidão do povo afrodescendente no Brasil, pois pugnou por direitos sociais coletivos, agindo como membro de uma classe política insatisfeita com seus governantes.

As narrativas históricas sobre as vivências de Esperança Garcia, trazem ao mundo jurídico uma visão da luta constante contra a escravidão e suas consequências dramáticas no cotidiano familiar. Numa época em que além da escravidão, havia torturas, racismo, sexismo e violação de direitos civil e sociais, a figura de uma mulher negra, escrava, que combateu os percalços de sua condição humana, para dar um pouco de dignidade aos seus semelhantes, possibilitou que outras mulheres também pudessem pleitear por novas reivindicações:

A origem de sua força não era um poder místico vinculado à maternidade, e sim suas experiências concretas como escravas. São experiências acumuladas por todas essas mulheres que labutaram sob o chicote de seus senhores, trabalharam para sua família, protegendo-a, lutaram contra a escravidão e foram estupradas, mas nunca subjugadas. Foram essas mulheres que transmitiram para suas descendentes do sexo feminino, nominalmente livres, um legado de trabalho duro, perseverança e autossuficiência, um legado de tenacidade, resistência e insistência na igualdade sexual – em resumo, um legado que explica os parâmetros para uma nova condição de mulher (DAVIS, 2016, p. 41).

Desta feita, como forma de reconhecimento pelos atos históricos desempenhados por Esperança Garcia, na década dos anos 90, a carta/petição já referenciada anteriormente ganhou grande notoriedade pública por intermédio do projeto do deputado estadual Olavo Rebelo, apoiado pelo movimento negro e também pela deputada Francisca Trindade.

O referido projeto desencadeou a Lei 5.046/99, que instituiu o dia seis de setembro como dia Estadual da Consciência Negra no Estado do Piauí, a data escolhida para a comemoração é uma homenagem à carta/petição endereçada ao governador por Esperança Garcia no mesmo dia e mês (SOUSA, 2012).

Segundo Souza (2015, p. 5), a exposição de Esperança Garcia tornou-se “um paradigma da resistência e da luta pela equidade dos direitos entre negros e brancos, contra o preconceito racial, bem como a sua significação para a construção da identidade negra e gênero, evocados nos debates sobre as políticas públicas e as ações afirmativas”.

Destaca-se para tanto que, após 247 anos da existência da carta/petição produzida por Esperança Garcia, o Conselho Estadual da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PI), intitulou-a como a primeira mulher negra advogada do Piauí, e conseqüentemente do Brasil (CARVALHO; TEIXEIRA, 2019).

A referida carta de Esperança Garcia é o mais antigo documento conhecido de reivindicação de uma mulher negra e escravizada a uma autoridade no Brasil. O texto foi reconhecido pela Ordem dos Advogados do Brasil do Piauí (OAB-PI), como uma petição que segue as nomenclaturas do direito (PAIVA, 2020).

Assim sendo, no ano de 2017, Esperança Garcia foi oficialmente reconhecida como a primeira advogada negra do Brasil pela OAB-PI:

Figura 1: Imagem ilustrativa de Esperança Garcia.



Fonte: Dossiê Esperança Garcia (Sousa, 2012).

Importante referenciar o quanto a magnitude das atitudes de Esperança Garcia influenciou o surgimento de futuras gerações de mulheres destemidas, pois sua coragem, diante de sua condição de mulher negra e escravizada, desafiou não somente os cruéis poderes patriarcais da época, mas trouxe uma perspectiva de dignidade humana em combate ao racismo e a garantia de direitos sociais que jamais serão esquecidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cultura patriarcal sempre esteve muito presente desde o descobrimento do Brasil, e perdura hodiernamente. No entanto, conquistas foram atingidas, apesar do longo trilhar de lutas homéricas contra a sociedade patriarcal, branca e colonizadora.

Na época do Brasil Império as mulheres eram vistas a partir de variáveis que indicavam questões obrigatórias patriarcais e sexistas como forma de subalternização e aceitação a uma sociedade ocidental branca, cristã e heterossexual, em ambientes exclusivamente domésticos.

Neste contexto cultural de padrões e valores hegemônicos colonizadores, as mulheres negras ainda enfrentaram maiores adversidades em relação às mulheres brancas, tais como: a violência doméstica, exploração sexual, analfabetismo, assim como trabalhos escravos e precarizados.

Em um contexto histórico da escravidão, em que não havia direitos individuais e sociais, Esperança Garcia entrou para a memória brasileira, sendo um ícone não só do feminismo, mas também, por lutar contra a escravidão e pelos direitos humanos. Dentro das possibilidades da dignidade humana, foram requeridos por Esperança ao governador da capitania de São José do Piauí garantias quanto, ao direito de religião, direito de igualdade, tratamento justo, garantias sociais e vedação de tortura.

Advogando em causa própria e em favor da coletividade apresentou de forma coerente em uma carta/petição um projeto de uma nova vida sem a escravidão, planejando assim a sua própria história, ao mesmo tempo que apresentava a obrigação estatal do governador em proteger as pessoas escravizadas, “os ditos escravos não têm outro jazigo senão o amparo de V. Sa” (SOUZA, 2012).

O reconhecimento da Ordem dos Advogados do Estado do Piauí em atribuir a Esperança Garcia o título de advogada, é o simbolismo da quebra de paradigma de uma sociedade que ignorou por muito tempo a essência de sua história. Esperança Garcia foi uma escrava negra heroína, que merece ser lembrada por suas lutas e conquistas em prol das pessoas menos favorecidas, servindo de exemplo e admiração para todas as futuras gerações.

REFERÊNCIAS

BEZERRA Juliana. **Escravidão no Brasil**. 2020. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/escravidao-no-brasil/> Acesso em: 13 fev. 2022.

BRASIL, Lei de 16 de dezembro de 1830. **Código criminal do império do Brasil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm. Acesso em: 05 jan. 2022.

CARVALHO, Beatriz Gimenes de; TEIXEIRA, José Artur Gonçalves. A mulher negra advogada e sua trajetória na carreira jurídica. **Étic 2019**: Encontro de iniciação científica, Presidente Prudente, v. 15, n. 15, p. 1-16, jun. 2019. Disponível em: <http://intertemas.toledoprudente.edu.br/index.php/ETIC/article/view/7804/67648457>. Acesso em: 14 fev. 2022.

COSTA, Marcos da. **Ousadia e pioneirismo das advogadas**. 2012. Disponível em: <https://www.oabsp.org.br/sobre-oabsp/palavra-do-presidente/2012/174>. Acesso em: 14 fev. 2022.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

MARCOLLA, Fernanda Analú; RISTOW, Rogério. Crimes culturalmente motivados: cultural defense enquanto elemento fundamental na advocacia criminal. In: MARCOLLA, Fernanda Analú; RISTOW, Rogério (org.). **Temas de direito criminal**: reflexões e possibilidade. Curitiba: Bagai, 2021. Cap. 3. p. 50-68.

DUSSEL, Enrique. **O encobrimento do outro**: a origem do mito da modernidade. Petrópolis: Vozes, 1993.

PAIVA, Vitor. **A primeira advogada do Brasil foi uma mulher negra: a história de Esperança Garcia**. 2020. Disponível em: <https://www.hypeness.com.br/2020/06/a-primeira-advogada-do-brasil-foi-uma-mulher-negra-a-historia-de-esperanca-garcia/>. Acesso em: 14 fev. 2022.

PINTO, Elisabete Aparecida. Sexualidade, gênero e cor em outros tempos. In: MANDARINO, Ana Cristina de Souza. GOMBERG, Estélio. (Orgs.). **Racismos**: olhares plurais. Salvador: EDUFBA, 2010.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário**: cor e raça na sociedade brasileira. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Racismo no Brasil**. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001575289>. Acesso em: 13 fev. 2022.

SOUZA, Elio Ferreira de. **A “carta” da escrava Esperança Garcia do Piauí**: uma narrativa precursora da literatura afro-brasileira. 2015. Disponível em: https://abralic.org.br/anais/arquivos/2015_1455937376.pdf. Acesso em: 13 fev. 2022.

SOUSA, Maria Sueli Rodrigues de. **Dossiê Esperança Garcia**: símbolo de resistência na luta pelo direito. Terezinha: EDUFPI, 2017. Disponível em: <https://esperancagarcia.org/wp-content/uploads/2020/09/SOUSA-Maria-Sueli-Rodrigues-SILVA-Mairton-Celestino.-Orgs.-Dossie%CC%82-Esperanc%CC%A7a-Garcia-si%CC%81mbolo-de-resiste%CC%82ncia-na-luta-pelo-direito.-Teresina.-EDUFPI-2017.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2022.

Universidade Estadual da Bahia. **A luta e a resistência da mulher negra no Brasil**. 2019. Disponível em: <http://www.uesb.br/noticias/a-luta-e-a-resistencia-da-mulher-negra-no-brasil/>. Acesso em: 13 fev. 2022.

CAPÍTULO 2 - SER FEMINISTA NÃO É UMA ESCOLHA: A LUTA PELA IGUALDADE DE GÊNERO DEVE SER DE TODAS, TODOS E TODOS OS DIAS

Eliane Dolens Almeida Garcia³

INTRODUÇÃO

Ao refletir sobre o tema feminismo percebemos, de imediato, que esta é uma tarefa complexa. Os registros existentes sobre este assunto são poucos e ainda há resistência em colocar esta temática em foco na arena discursiva, por razões que se apresentam encadeadas pela predominância de uma sociedade com traços do domínio patriarcal em diversas culturas.

A dominação patriarcal era característica das sociedades preburocráticas, supostamente não podendo ser encontrado nas sociedades capitalistas, no entanto, o debate feminista sobre o patriarcado traz para o centro da discussão, o poder do homem sobre a mulher, ainda existente nas sociedades capitalistas contemporâneas.

Nos sistemas patriarcais, as mulheres estão em patamar de desigualdade, tendo uma série de obrigações em relação aos homens, tais como manter relações conjugais mesmo contra sua vontade, além de um grande controle sobre sua sexualidade e sua vida reprodutiva (AGUIAR, 2015).

Concordamos com Aguiar, 2015, pois o movimento feminista anticapitalismo passou, então, a combater o sistema social dominado por homens. Até os dias de hoje, é possível perceber que a maioria das grandes figuras do Estado são masculinas, estando o Estado impregnado do patriarcado.

Embora sejam muitas as tentativas de silenciamento da voz da mulher na participação social, são elas as responsáveis por manter a unidade familiar que ancora a sociedade como um todo. Monteiro Lobato

³ Especialista em Docência no Ensino Superior (Instituto Cuiabano de Educação). Professora (SEDUC - MT). CV: <http://lattes.cnpq.br/8599547966475916>

(2019) fez as devidas relevâncias a esta unidade familiar ao inserir em sua obra *Sítio do Picapau Amarelo* a Dona Benta e a Tia Anastácia. Em uma das aventuras da obra elas são convidadas a se juntar aos membros da ONU para resolver os problemas de administração das nações do mundo.

O feminismo surgiu durante as revoluções liberais do século XVIII. No Brasil, esse movimento social se consolidou a partir da luta por igualdade de condições entre homens e mulheres, tendo a ação do movimento concentrada no começo do século XX na luta para que as mulheres obtivessem o direito ao voto.

A palavra *feminismo* tem origem no latim *fem na*, que significa *mulher*. Trazemos esta definição para demonstrar a importância de se discutir e debater sobre o feminismo no século XXI. Ele é muito mais abrangente, pois precisa abordar em sua temática o conceito de igualdade de direito de gênero.

No século XVIII, a filósofa Mary Wollstonecraft que entrou para a história como mãe de Mary Shelley, a famosa autora de *Frankenstein*, desempenhou importante papel ao produzir registros históricos da Revolução Francesa, publicando comentários políticos que respondiam a pensadores do gênero masculino.

Mary Wollstonecraft, escreveu romances e livros infantis que, questionavam a ordem sexual e de gênero, além de defender os direitos das mulheres à educação e à igualdade no casamento, ou seja, há 200 anos, Wollstonecraft rompia com o paradigma de que as mulheres não deveriam estudar tão e somente para serem “esposas ideais”, o único modelo de mulher aceito na sociedade daquela época.

Questionar esse modelo de mulher nascida para se tornar “esposa ideal” desperta para outro questionamento no tocante ao papel da mulher na sociedade, pois nem todas as mulheres tinham como desígnio somente o papel de esposa. Não se pode esperar que o fato de uma pessoa ter nascido do sexo feminino tenha que cumprir o roteiro social que se criou em torno da mulher, especialmente quando esse roteiro tem arraigado em si pensamentos patriarcais.

No Brasil, na sociedade dividida em classes sociais, ainda havia espaço para mais um tipo de segregação, onde as mulheres mais afortunadas tinham o papel de casar, ter filhos e garantir o pacto de herança e continuidade do patrimônio familiar, enquanto que as mulheres menos afortunadas eram destinadas as tarefas de repetição como cuidar das crianças e das tarefas das suas casas e ainda das casas de outras mulheres.

Nos remetendo ao período de séculos de escravidão no Brasil, o papel da mulher negra era o de realizar o trabalho pesado por ser escrava e propriedade do homem branco, tendo ainda o seu corpo submetido a satisfazer o seu *dono* como esse desejasse, já que era propriedade dos senhores de escravo, chegando às vezes, ao absurdo de serem transformadas em mulheres de programa que se enfeitavam e ficavam nas janelas atraindo os clientes para assim conseguir aumentar os lucros pelos pagamentos realizados na compra delas pelos seus senhores.

É pertinente registrar que, embora a mulher branca possuísse privilégios, era também educada para servir aos interesses de uma sociedade alicerçada em valores de dominação, por um patriarcado onde o homem era o membro mais importante da família, sendo, portanto, o único a ter voz e poder de decisão.

No Brasil, novos contornos são implementados nesta luta com a atuação feminina em diferentes frentes, tendo grupos feministas atuando através de diferentes campos do conhecimento como: filosofia, história, política, marcações territoriais e culturais, visando aproximar os direitos das mulheres aos dos homens nas mais variadas questões como família, saúde, trabalho e segurança pública.

As grandes demandas do movimento feminista do século XXI concentram-se, em geral, nas questões relacionadas ao combate da cultura do estupro e no combate ao assédio, à violência contra a mulher, na criação de políticas públicas que garantam o bem-estar e a igualdade de condição das mulheres e no combate à desigualdade das oportunidades, onde destaca-se no Brasil, a posição de privilégio das mulheres brancas e elitizadas, podendo tomar por referência a citação da filósofa francesa

existencialista Simone de Beauvoir (1949) “O opressor não seria tão forte se não tivesse cúmplices entre os próprios oprimidos”.

A afirmação da autora, traz luz ao fato de que a luta das mulheres no Brasil, sempre compreendeu demandas diferentes em alguns pontos, tomando por base o movimento feminista entre mulheres brancas e de classe alta, fica explícito a sua luta pelo direito ao voto e pelo trabalho fora do lar. Elas ainda buscavam o direito pela participação ativa no cenário político e econômico do país, o direito à educação, ao contrato, a propriedade e ao divórcio, enquanto que as mulheres operárias concentravam sua luta de forma mais tímida, voltada ao direito do trabalho produtivo e remunerado, devendo esse fosso existente, até mesmo entre as mulheres, também ser equalizado.

Tomando por base que tudo o que existe pode ser recriado, ou seja, reconstruído e se contrapondo ao pensamento de que a mulher ao longo da história, e ainda hoje, é vista por parte da sociedade como alguém que precisa ser conduzida pela figura masculina, a luta feminista reverberou em um resultado positivo, permitindo maior liberdade sexual e causou uma redução na taxa de natalidade. Como afirma a ativista Emma Watson, nomeada embaixadora da ONU em 2014 “O feminismo é dar escolha às mulheres. Não é uma vara com a qual você deve bater nas mulheres. É liberdade, liberação, igualdade.” (WATSON, 2017).

A oferta plural de brinquedos disponíveis para o público masculino, se contrapõe ainda hoje, a singularidade que é destinada ao público feminino, o que cerceia o direito à livre escolha das meninas, já iniciando-se na infância, já que para as famílias alicerçadas no modelo tradicional, o fato de que as mulheres possam preferir não seguir o modelo tradicional que inclui marido e filhos, ainda constitui, nos dias de hoje, motivo de escândalo e rótulo, sendo o machismo - práticas sexistas que defendem a superioridade do gênero masculino -, uma prática vigente na sociedade atual.

POR QUE SE TORNAR UMA FEMINISTA NO CONTEXTO ATUAL?

No Brasil, o feminismo surgiu ainda na fase imperial durante a luta pelo direito à educação feminina. Nesse segmento, a escritora Nisia Floresta Augusta é considerada precursora do feminismo brasileiro. Ela é a responsável por fundar a primeira escola para meninas no Rio Grande do Sul e, posteriormente, na cidade do Rio de Janeiro, um importante passo na conquista ao direito à educação.

O mergulho na história do Brasil, retrata que ao final da década de 70, as ações feministas do país, aliaram-se aos movimentos de luta e resistência, que resultou numa aproximação com movimentos sociais de negros e homossexuais, levando o feminismo a espalhar-se por várias cidades.

Nesse período, com a inovação dos meios de comunicação, o feminismo conquistou espaço na televisão e propôs debates com questões relacionadas à sexualidade feminina, a violência contra a mulher e a equiparação de salários.

Olhar para o feminismo e para as suas causas, é estar disposto a olhar para uma agenda ampla que trata dos direitos civis, inserção da mulher no mercado de trabalho, nas mais variadas áreas de atuação, igualdade salarial, espaço na política com voz para elaborar Leis e projetos que tenham por objetivo, melhorar as condições de vida da mulher na sociedade, bem como na parceria das relações afetivas.

Para melhor compreender essa pluralidade de demandas, nos ancoramos em Simone de Beauvoir (1949) quando ela afirma “É pelo trabalho que a mulher vem diminuindo a distância que a separava do homem, somente o trabalho poderá garantir-lhe uma independência concreta”, pois somente através do trabalho com remuneração equiparada é possível a efetivação de uma independência igualitária.

É pensando nesse diálogo, que prioriza ampliar as conquistas necessárias ao bem-estar da mulher, que devemos ser feministas, pois o Brasil tem um dos maiores índices de violência contra a mulher. De

acordo com dados fornecidos pelo Instituto Patrícia Galvão – Dados & Fontes, “Uma mulher é vítima de estupro a cada 10 minutos, Três mulheres são vítimas de feminicídio a cada um dia, uma travesti ou mulher trans é assassinada no país a cada dois dias, e trinta mulheres sofrem agressão física por hora, sendo ainda que 76% das mulheres já sofreram assédio no trabalho e 97% das mulheres já foram vítimas de assédio no transporte público e, apesar desses números serem altos e alarmantes, infelizmente, ainda estão longe da realidade que realmente acontece em nosso país, pois ainda temos casos que não são devidamente registrados. Por medo, mulheres se calam, mostrando que não há igualdade de gênero.

Conforme afirma Malala Yousafzai, uma jovem paquistanesa que ficou conhecida mundialmente, após ser baleada a caminho da escola por um talibã (fundamentalista islâmico) por defender, em seu *blog*, o direito à educação para as meninas da sua região, na época com 15 anos e ganhadora do Prêmio Nobel da Paz em 2014, “Nós percebemos a importância de nossa voz quando somos silenciados”, portanto, a luta pelo direito de voz deve ser uma luta de todas, todos e todos os dias.

A equidade por direitos para todos passa pela busca, não apenas das mulheres, mas de todos aqueles e aquelas que os veem sendo tomados, sistematicamente, ao longo do tempo e, ainda pior, são silenciados e silenciadas de poder gritar sobre estas situações que já não deveriam estar acontecendo após tantas lutas travadas neste sentido.

Esta luta deve ser árdua e diária, como afirma a ativista das causas femininas Emma Watson “O feminismo, por definição, é acreditar que tantos homens como mulheres devem ter direitos e oportunidades iguais. É a teoria política, econômica e social da igualdade de sexos” (2017). Somente neste contexto, é possível se pensar uma sociedade em que todos são iguais perante a Lei, já que ninguém acorda um dia desejando ser feminista.

Ser feminista é uma construção, é uma tomada de consciência, por isso, não pode ser concebido como algo espontâneo.

Para Judith Butler, uma das principais teóricas contemporâneas do feminismo e teoria Queer desde os anos 90, que defende a identidade dado pelo gênero e não pelo sexo, a questão da desconstrução de gênero se dá pelo combate desse pensamento fincado no binarismo, indo em oposição ao pensamento tradicional usados dentro de um contexto nacionalista e moralista:

Ao postular o “sexo” como “causa” das experiências sexuais, do comportamento e do desejo a produção tática da categorização descontínua e binária do sexo oculta os objetivos estratégicos do próprio aparato de produção. A pesquisa genealógica de Foucault expõe essa “causa” ostensiva como um “efeito”, como a produção de um dado regime de sexualidade que busca regular a experiência sexual instituindo as categorias distintas do sexo como funções fundacionais e causais, em todo e qualquer tratamento discursivo da sexualidade (BUTLER, 2003, p. 46).

FIGURAS FEMININAS

No Brasil, o direito de a mulher poder estudar, votar e ser votada, escolher sua própria profissão e se divorciar, há bem pouco tempo atrás, eram ideais distantes, portanto, é importante ter a certeza que a inclusão e a busca por convergências entre os movimentos feministas, são de extrema importância para derrotar o sistema atual, que é composto de dominação, opressão e continua a serviço de um patriarcado que explora a mulher tanto em seu trabalho quanto sexualmente.

Ao trazer para a discussão a participação das mulheres na sociedade e suas lutas, muitas mulheres, podem acreditar que pouco foi ou está sendo feito para que essas desigualdades sejam minimizadas, no entanto, é preciso conhecer a trajetória das figuras femininas ao longo da história, sua atuação, suas lutas e, conseqüentemente, suas vitórias e sacrifícios, para então entender e reconhecer, ao menos em parte, o quanto já evoluímos nesse processo por busca de igualdade de gênero.

Ao longo da história, muitas figuras femininas se destacaram por seu protagonismo ao chamar a atenção para as desigualdades que permeavam a forma como as mulheres eram vistas e tratadas na sociedade.

Já no século XVI, a francesa Olympe de Gouges (1748-1793) em combate a “Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão” escrito no ano da Revolução, escreveu a “Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã”.

Olympe, criticava a Declaração da revolução, pois era somente aplicada aos homens. O ato de rebeldia de Olympe de Gouges se seguiria de outros atos, jamais imaginados por homens e mulheres daquela época.

Cada vez que uma mulher se permite fazer suas escolhas e lutar bravamente pelo direito de concretizá-las, seja no campo individual ou no campo coletivo, podemos ouvir as vozes das nossas precursoras ecoando nessa sociedade que, ainda se encontra alicerçada no sistema patriarcal, porém agora, mais que nunca, com suas bases comprometidas pelo grito de transformação: Marielle Franco? Presente! Dra. Viviane Vieira do Amaral Arronenzi? Presente! Irmã Dorothy Stang? Presente! Professora Heley de Abreu Silva Batista? Presente! Kamala Harris? Presente! Maria da Penha Maia Fernandes? Presente! Greta Thunberg? Presente! Malala YousaFzai? Presente! Presidenta Dilma Rousseff? Presente!

Para cada voz negada, haverá sempre uma nova voz disposta a dar continuidade ao direito de igualdade e equidade entre homens e mulheres. Dentre os direitos já conquistados por nós, mulheres, ao longo da marcha pela liberdade, o direito ao voto, antes só permitido aos homens de posse, pode e deve ser considerado como sendo o maior de todos.

Destaco aqui, o direito ao voto, por se tratar de um direito de dominação, já que aos eleitos cabe o direito e o dever de decisão, incluindo a elaboração e proposição de Leis que impactam diretamente sobre todos: mulheres operárias, negras, indígenas e LGBTQI+, geralmente, figuras marginalizadas em uma sociedade dominada por homens brancos e afortunados.

AS VERTENTES DO FEMINISMO CONTEMPORÂNEO

Considerando as mudanças históricas e sociais pelas quais a sociedade vem passando, ao longo dos séculos, é seguro afirmar que não existe uma única frente de luta identitária, capaz de definir todas as demandas pleiteadas pelo feminismo. É necessário refletir separadamente, e também levar em consideração algumas variáveis em relação a esta temática. Lançar mão de um conceito universal para definir todas as mulheres, seria o mesmo que ocultar a opressão sofrida por mulheres que pertencem originalmente a raças e classes diferentes.

O Brasil é um país estruturado, sócio culturalmente, de maneira escravocrata e patriarcal, onde poucos ainda detêm uma grande concentração de terras e riquezas. Dentro desse contexto, compreende-se que as mulheres brancas, inseridas nesse universo de concentração de renda, embora oprimidas pelos maridos, se beneficiam também do sistema, principalmente ao atribuir a outras mulheres as tarefas da casa e o cuidado com os filhos em troca de salários baixos. O direito ao trabalho com carteira assinada (em regime CLT) só foi estendido as empregadas domésticas após a aprovação da Lei Complementar nº 150, em 2015, que regulamentou a Emenda Constitucional nº 72, conhecida como a PEC das Domésticas.

Considerando que o Brasil teve mais de três séculos de escravidão, tendo início no século XVI, até parte do século XIX a luta pelo direito de transformar, também é pela capacidade de resistência. Nesse período, as mulheres negras, já se organizavam em quilombos trazendo grande experiência de luta, no denominado feminismo decolonial apresentado e representado pela historiadora Maria Beatriz Nascimento, uma mulher intelectual e quilombola.

Foi durante a revolução industrial, no século XIX que, esse panorama começou a ganhar um novo enredo, nesse momento, as mulheres operárias começaram a trabalhar nas fábricas, fazendo parte da força econômica do país. No entanto, essa participação da mulher se dá num

cenário de exploração da sua força de trabalho cumprindo longas jornadas, agora fora e dentro de casa.

A obra *O segundo sexo*⁴, de Simone de Beauvoir, originalmente publicado em 1949, sendo publicado no Brasil em dois volumes, é considerado uma das obras mais celebradas e importantes para o movimento feminista. Retrata um convite à reflexão do papel da mulher na sociedade, vista de um ângulo participativo e mais justo, passando pelas esferas sexual, psicológica, social e política.

O ser humano é concebido como um sujeito influenciado pelas transformações sociais em que está inserido. Consoante com Bakhtin:

O diálogo, no sentido estrito do termo, não constitui, é claro, senão uma das formas, é verdade que das mais importantes, da interação verbal. Mas pode-se compreender a palavra “diálogo” num sentido amplo, isto é, não apenas como a comunicação em voz alta, de pessoas colocadas face a face, mas toda comunicação verbal, de qualquer tipo que seja (BAKHTIN; VOLÓCHINOV, 2014, p. 127).

Na concepção bakhtiniana a combinação discurso e sociedade revela-se extremamente importante, já que fazemos uso da linguagem e interagimos de diversas formas durante todo o tempo. No feminismo igualitário, numa situação de diálogo, deve-se levar em consideração uma situação discursiva pela validade do argumento e não pela posição de poder dos interlocutores, ou seja, nenhuma das vozes deve ser desprestigiada, garantindo o igual direito de fala para todas as pessoas, independentemente de classe social, escolaridade, etnia, idade ou gênero.

Tomando como análise a eleição e a reeleição da primeira e única mulher a ocupar a Presidência do Brasil, devemos nos ater ao fato de que o caminho que a levou a ocupar o cargo de Presidente da República, não foi simplesmente o resultado de uma indicação vinda do Partido dos Trabalhadores (PT). A trajetória de Dilma Rousseff, começou na

⁴ A obra *O segundo sexo*, no Brasil, foi publicada em dois volumes: *Fatos e mitos*, é o volume 1, e faz uma reflexão sobre mitos e fatos que condicionam a situação da mulher na sociedade. *A experiência vivida* é o volume 2, que analisa a condição feminina nas esferas sexual, psicológica, social e política.

juventude ao combater a ditadura militar, num momento em que as pessoas que não aceitassem o regime imposto naquele momento, não tinham voz, fossem essas pessoas mulheres ou homens.

A reflexão e a trajetória da mulher ao longo das últimas décadas, sua luta por um espaço e pelo direito de voz, vem possibilitando que a mulher ocupe lugares de decisão ao assumir cargos como os de vereadora, deputada, senadora, prefeita, governadora, ministra do STF, chegando até mesmo a Presidência da República como a Ex-presidente Dilma Rousseff, a primeira e única Presidente mulher na história do país até o presente momento.

Embora o número de mulheres eleitas ainda represente minoria, por outro lado, o número de mulheres eleitoras com o poder de voto é maior que o número de eleitores masculinos, o que nos dá esperança e fortalece o trabalho de conscientização para o poder de decisão que as mulheres brasileiras possuem ao alcance de suas mãos. É preciso ampliar e ocupar os espaços políticos de fala para que cada vez mais elas sejam ouvidas.

CONSIDERAÇÕES

O direito a equidade e igualdade entre homens e mulheres continua sendo um grande desafio a ser alcançado, por nós, mulheres desse século, dentre eles, o direito de nos constituir enquanto mulheres protagonistas de nossas próprias histórias.

Mulheres continuam sendo assassinadas por seus companheiros, pais, tios, homens que fazem parte de seu seio familiar e íntimo. Mulheres ainda são violentadas, abusadas e assassinadas pelo simples fato de serem mulheres.

É importante reafirmar que há diferentes vertentes do feminismo atuando na sociedade, cada uma dentro de sua identidade, porém o fato de cada uma estar mais focada em sua luta individual, não pode levar a luta feminista a uma fragmentação.

É necessário, posicionar a mulher no centro de reflexões e discutirmos seus problemas levando em consideração suas particularidades,

onde tais experiências não a excluem da principal definição de que mulheres são antes de tudo, seres humanos atuando num mundo onde por muito tempo seus sentimentos e desejos permaneceram invisíveis.

A mulher precisa ser vista como sujeito do conhecimento, como pessoa que pensa, percebe, experimenta, produz saber, filosofa, constrói e faz história, sendo capaz de transformar o mundo em que se encontra atualmente e que ainda consiste em um sistema transfóbico, racista, opressor e desigual.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Para educar crianças feministas**: um manifesto. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2017.

_____. **Sejamos todos feministas**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2015.

AGUIAR, Neuma (org.) (1984). **A mulher na força de trabalho na América Latina**. Rio de Janeiro: Vozes.

BAKHTIN, M. (Volóchinov). **Marxismo e filosofia da linguagem**. 13. ed. Trad. M. Lahud; Y. F. Vieira. São Paulo: Hucitec, 2014.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**: fatos e mitos. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

_____. **O segundo sexo**: fatos e mitos, vol. 1. 3ª ed. Tradução de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016a.

_____. **O segundo sexo**: a experiência vivida, vol. 2. 3ª ed. Tradução de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016b.

BEZERRA, SYMONE Nayara Calixto. **A contribuição da Análise Dialógica do Discurso para o ensino da escrita escolar**: do blog ao artigo de opinião. João Pessoa, 2018.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

_____. **Actos performativos y constitución del género**: um ensayo sobre fenomenología y teoría feminista. Debate feminista, 18 (1998): 296-314.

_____. *Cuerpos que importan: sobre los límites materiales y discursivos del "sexo"*. Traducción Alcira Bixio. 1ª Ed. Buenos Aires: Paidós, 2002.

GOUGES, Olympe de, *Femme, réveille-toi!* Editon Gallimard, 2014.

LOBATO, Monteiro. *Sítio do Picapau Amarelo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.

KOLLONTAI, Alexandra. *A nova mulher e a moral sexual*. Editora Expressão Popular: São Paulo, 2011.

KOLLONTAI, Alexandra. *Autobiografía de una mujer emancipada*. Trad. Elena Herrero e Juan del Solar. 3. Ed. Editorial Fontamara: Barcelona, 1978.

MENDES Raiana Siqueira; Bruna Josefa de Oliveira VAZ, Amasa Ferreira CARVALHO. *O Movimento Feminista e a luta pelo empoderamento da mulher*. Disponível em: Acesso em: 17 nov. 2018.

_____, M. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. 13.ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. *Nisia Floresta: vida e obra*. Natal: Editora Universitária/UFRN, 1995. (Org.). Cartas: *Nisia Floresta* e Auguste Comte. *REVISTA ELETRÔNICA BLOG IMAGINEIE* Disponível em: <<https://blog.imagineie.com.br/referencias-do-movimento>> Acesso em: 18 jun. 2021.

WOLLSTONECRAFT, Mary. *Reivindicação dos direitos da mulher*. Tradução de Ivania Pocinho Motta. São Paulo: Bomtempo, 2016.

NOTA: GARCIA, Eliane Dolens Almeida. *SER FEMINISTA NÃO É UMA ESCOLHA: A LUTA PELA IGUALDADE DE GÊNERO DEVE SER DE TODAS, TODOS, TOD@S E TODOS OS DIAS*. Revista Alembra, Mato Grosso, v. 03, nº 07, p.50-70, 2022.

CAPÍTULO 3 - ÚRSULA (1859), DE MARIA FIRMINA DOS REIS: PRIMEIRO ROMANCE ABOLICIONISTA ESCRITO POR MULHER NA LITERATURA BRASILEIRA

Ellen dos Santos Oliveira⁵

*Salve Pátria do progresso!
Salve! Salve Deus a igualdade!
Salve! Salve o sol que raiou hoje,
Difundindo a liberdade!*

*Quebrou-se enfim a cadeia
Da infanda escravidão!
Aqueles que antes oprimias
Hoje terás como irmãos!
(Maria Firmina dos Reis,
Hino da Libertação dos escravos)*

A primeira escritora negra no Brasil tem nome, sobrenome e uma longa história de luta e engajamento social que, até os anos 60, era desconhecida pela crítica historiográfica e literária. Isso ocorreu porque as mulheres abolicionistas eram uma lacuna na História da abolição da escravidão. A escritora, célebre por seu pioneirismo na literatura afro-brasileira, trata-se de Maria Firmina dos Reis. Segundo Moraes Filho (1975) “...E ela que, durante a Vida, foi história e fez história, somente agora entra para a História! ...” (MORAIS FILHO, 1975).

Foi uma exímia educadora e escritora intelectual negra militante contra as práticas escravistas e nas lutas abolicionista. “O Hino da Libertação dos escravos”, de 1888, citado na epígrafe desse capítulo, é de sua autoria e expressa seu existencialismo cristão que invoca a Deus por igualdade a partir da conciliação entre o opressor e oprimido, vistos

⁵ Doutora em Letras (UFS). CV: <http://lattes.cnpq.br/0243081448488165>

como almas e irmãos, numa concepção cristã de irmandade entre os seres humanos.

No ano de 1822, quando o Brasil se preparava politicamente para ecoar o grito da indecência, nascia no dia 08 de março de 1922, na Ilha de São Luiz do Maranhão, Maria Firmina dos Reis, filha de mulata liberta Filipa dos Reis, ex-escrava do comendador Caetano José Teixeira, um homem de posses, comerciante e dono de terras da região. (ADLER, 2007/2008 *apud* SCHWARCZ) e, ao que tudo indica, de João Pedro Esteves, um homem de posses obtidas por ser sócio de Caetano José Teixeira.

Maria Firmina dos Reis destaca-se na educação brasileira por ter sido a primeira professora mulher das letras. Sendo autodidata, em 1830, passa a atuar nas escolas primárias conhecida como História das Primeiras Letras. Nessa mesma época a educadora Maria Firmina dos Reis foi aprovada em primeiro lugar na História da Educação brasileira, conforme fragmento citado abaixo que dá ciência da abonação da educadora:

Se, em 1847, na mocidade é a única aprovada num concurso estadual para uma Cadeira de Instrução Primária, na Vila de Guimarães, na velhice, em 1880, conquistaria o Primeiro lugar na História da Educação Brasileira, na Província do Maranhão, tornando-a “Mestra Régia”, como chamavam, e a chamam os vimiranenses, quando a ela se referem, numa Personalidade Educacional! (MORAIS FILHO, 1975).

Angustiada pelo sistema de ensino vigente que privilegiava mais a educação escolar para meninos e uma educação doméstica para meninas, em 1880, Maria Firmina, primeira Mestra régia em Letras. Aos 54 anos de idade, e 34 anos de magistério oficial, fundou em Maçarico, uma escola mista e gratuita para as crianças pobres de Guimarães, conduzindo suas aulas em uma barraca de engenho, feito esse que foi considerado um escândalo pela educação igualitária ofertada às crianças pobres que compartilhava o mesmo ambiente que as crianças ricas, independente de gênero, e a escola funcionou por aproximadamente dois anos. Segundo Moraes Filho (1975) “Se o baiano Anísio Teixeira é o pai da escola

pública brasileira, Firmina é a mãe, e como tal deve ser homenageada” (MORAIS FILHO, 1975).

No entanto, a atuação de Maria Firmina não se limitou à carreira de professora, a qual desempenhou com muita maestria, dedicação e amor. Além de uma educadora exemplar, ela teve uma carreira engajada como escritora, publicando em variados gêneros literários, tais como poema, contos, romances. Dentre esses, destaca-se o seu romance *Úrsula*, de 1859, que é sem dúvida sua obra que mais tem atraído mais a atenção da crítica contemporânea, sendo consagrado como sua obra mais prestigiada e célebre, não tanto pelos arroubos de Romantismo, mas sim pela temática da escravidão e da abolição da escravatura no Brasil. Participou ativamente da vida intelectual maranhense e colaborou com a imprensa local, marcando sua presença no círculo de intelectuais de seu tempo, e publicou livros, participou de antologias, foi música e compositora. Em 1887, ao publicar na Revista Maranhense o conto “A escrava”, assume-se publicamente como militante ativa da causa abolicionista marcando com firmeza sua posição ao lado dos negros e vítimas do sistema escravocrata.

Uma verdadeira raridade literária: foi essa a impressão que teve o paraibano Horácio de Almeida quando descobriu o romance *Úrsula*, esquecido provavelmente, por uns cem anos, legando a escritora e seus escritos a um longo período de esquecimento histórico. A importância atribuída a *Úrsula*, justifica-se, principalmente por ser de autoria feminina que com tal obra funda a Literatura afro-brasileira. Veja-se abaixo as palavras de Horácio de Almeida que em prólogo explica a importância histórica da obra:

Pois este livro, produzido em 1859 pela Tipografia do Progresso, de São Luís, foi o primeiro no Brasil a ser publicado por uma mulher, e também o primeiro a ter por autora uma pessoa afro brasileira, o nosso primeiro romance abolicionista. É o suficiente para afirmarmos a sua importância perante as letras nacionais, para fazermos questão de que conste do nosso acervo brasileiro. (ALMEIDA, 2018 *In*. REIS, 2018, p. 5).

Até o que é sabido, Maria Firmina dos Reis faleceu em 1917, aos 95 anos e cega. Foi uma mulher que viveu e sobreviveu no século XIX, em uma sociedade patriarcal que privilegiava os homens, e, por isso, sendo condicionada historicamente à invisibilidade social. Principalmente pelas condições nas quais fora educada. Em relação a isso, em sua biografia *Resumo da minha vida*, Maria Firmina confessa que recebeu uma educação freirática, que prezava por ensinar às meninas os afazeres domésticos, tais como costurar, lavar e bordar. Isto é, uma educação empenhada na formação de meninas para serem mulheres no século XIX, adequando-se aos padrões patriarcais desse período.

Incentivada pela mãe e pelo primo Sotero – professor, poeta, jornalista, político, filósofo, e crítico literário – a Maria que até então dedicava-se exclusivamente às coisas do lar, passa a ter contato íntimo e direto com a Literatura, o envolvimento foi tanto, que hoje é louvada por conquistar o feito nobre e honroso de primeira romancista publicada no Brasil, ao escrever e publicar sua *Úrsula*, em 1859, que na época, foi assinada oficialmente com o pseudônimo de “uma maranhense”.

Em virtude dessa epopeica conquista, em 1859, Maria Firmina dos Reis foi reconhecida oficialmente como precursora da temática abolicionista da Literatura Brasileira, sendo sua obra avaliada como uma das fundadoras da Literatura Afro-brasileira. Com ela, a autora maranhense se destaca por seu pioneirismo na crítica antiescravista da nossa literatura, antes mesmo do clássico *Navio Negreiro*, publicado em 1880, do abolicionista Castro Alves. Por esse motivo, Maria Firmina dos Reis consagrou-se com o título de “Rainha abolicionista”, pelo seu engajamento nas lutas pelo fim da escravidão.

Sob a ótica de uma Crítica Literária especializada, categórica e exigente, Maria Firmina dos Reis pode ser interpretada como uma romancista social, situando-se em uma corrente romântica cujas preocupações estejam atreladas às questões sociais, aproximando-se da fase de transição do Romantismo para o Realismo,, localizando-se ao lado de tantos outros intelectuais homens de seu tempo, sem perder sua ori-

ginalidade que reside na sua essência de se reconhecer mulher escritora e intelectual militante na causa abolicionista.

Nesse sentido, Morais Filho explica o feminismo inteligente e construtivo praticado pela célebre maranhense, glorificando-a por sua atuação inteligente e apresentando-a como modelo a ser seguido:

A Glorificação da Mulher Maranhense na Memória daquela que, no Passado, era apontada como modelo que as suas comprovincianas deveriam imitar, e, que no Presente, evocamos como paradigma que devem suas conterrâneas tomar, não só no cultivo da Inteligência, mas também na prática do feminismo que Maria Firmina encarnou: - não o Falso Feminismo – o destrutivo – que quer criar a Mulher inimiga do Homem, mas o Verdadeiro Feminismo – o construtivo – que reivindica para a Mulher - Meeira Natural do Homem – as responsabilidades da Vida e na Vida – na construção de uma Nova Sociedade – de uma Nova Humanidade (MORAIS FILHO, 1975).

Em sua Literatura, é notoriamente manifesta a preocupação com os problemas sociais contemporâneos a autora. Engajada nas lutas de seu tempo, não se calava frente à sociedade autoritária, patriarcal e escravista, que submetia os negros trazidos forçosamente da África, sendo arrancados de seu país, de seus lares, de suas famílias, para serem, no Brasil, vítimas das mais violentas e cruéis formas de torturas, sejam físicas, psicológicas e morais.

A escrita de Maria Firmina dos Reis, sem pecar nas questões pertinentes aos atributos de literariedade, também podem ser interpretadas, quando aliada aos intertextos históricos, como verdadeiros escritos documentários da sociedade do século XIX, principalmente pela denúncia dos problemas sociais que a obra compartilha com os leitores, como a escravidão e a desigualdade. Com firmeza na escrita e autoridade, Maria Firmina dos Reis conseguiu conquistar seu lugar de mulher militante ativa em prol das causas e em defesa do povo.

ÚRSULA (1859), PRIMEIRO ROMANCE ESCRITO POR MULHER NA LITERATURA AFRO BRASILEIRA

Quando *Úrsula* foi publicado, no século XIX, o gênero romance ainda não tinha o reconhecimento que tem nos dias atuais. Nesse sentido, observa desde já, que a autora foi ousada desde à escolha do gênero até a temática abolicionista escolhida para exercer sua escritura em exercício de seu intelecto, fazendo circular entre a sociedade burguesa inclinada à leitura de romances de folhetim, denúncias crítico-sociais praticados contra os negros. Nesse sentido, a roupagem romântica pode ser considerada um artifício positivo para disseminação da leitura de sua obra entre o público leitor burguês. Segundo Morais Filho (1975),

Assim, vemo-la despreziosa, mas convicta, editando livro: O PRIMEIRO LIVRO PUBLICADO POR UMA MULHER MARANHENSE, e ainda um ROMANCE – gênero literário mal visto- (leitura pernicioso - por mais inocente) - por uma sociedade que impunha à mulher aquela sufocante educação portuguesa que Francisco Manuel de Melo, notável clássico seiscentista, prescrevia em “Carta de Guia de Casados”, sentencioso: “O melhor livro é a almofada e o bastidor”! ... E mais....um romance onde humanava ao negro numa sociedade de senhores e de escravos. (MORAIS FILHO, 1975).

Úrsula, considerada uma obra romântica e que veiculava valores cristãos, além de ser uma obra de deleite e catarse, por despertar pela jornada romântica e trágica entre *Úrsula* e o rico Tancredo, amigo do negro ex-escravo Tulio. De modo engenhoso, e com habilidade da arte de escrever romances, a autora conseguiu introduzir o leitor de sua época em uma reflexão crítica sobre as contradições de uma sociedade cristã que admitia e praticava a escravidão, apelando por uma consciência cristã solidária e humana.

A princípio, nota-se a descrição espiritual da natureza, típica da estética do Romantismo - As pessoas como almas que devem cultivar a generosidade para habitarem em harmonia o habitat natural que é a

terra como uma das mais sublimes criação divina, não mais sublime que o homem feito à sua imagem e semelhança, para assim, contemplarem a eternidade infinita. A narração inicial recorda à chegada dos viajantes à terra brasileira, dizente da exótica e deslumbrante paisagem, como conquistador, e recorda os preceitos divinos que apoderou o homem do espírito de dominação, recordando a imagem da virgem sedutora tal como a Iracema de Alencar. No entanto, o herói viajante é brasileiro, vindo de São Paulo, onde cursara bacharel, contextualizando com a história do ensino do Direito no Brasil e, e a fundação das primeiras escolas de Direito em Olinda e São Paulo, em 1827, por meio da promulgação da lei de 11 de agosto de 1827.

A narrativa em primeira pessoa, sugere um ser que nutre o cultiva o amor pelas terras brasileiras, quase o mesmo espírito nacionalista cultivado no coração de Gonçalves Dias e de José de Alencar. Ou seja, um narrador que cisma à noite à beira das praias tropicais do país (REIS, 2018, p. 14) recordando o saudosismo de Gonçalves Dias, quando sentia prazer em “cismar sozinho à noite”, em sua canção de exílio. Nota-se a veneração pela natureza tal como venera-se o próprio Deus que a criou pela sua criação.

Nesse cenário belo e exótico, é narrada a chegada do jovem aventureiro melancólico que acreditara já ter cumprido sua jornada ao chegar às “mais ricas províncias do Norte” (p. 15). Trata-se de um mancebo nobre da alta sociedade, é inevitável comparar a chegada do jovem ao Norte com a chegada de Martim de Alencar ao Ceará. Tal semelhança demonstra habilidade da arte de narrar romance realista semelhante ao célebre “pai da Literatura Nacional”.

Maria Firmina dos Reis introduz já no início um acontecimento trágico ao narrar a queda do cavalo do herói e de seu cavalheiro. Um prenúncio da tragédia maior que estava por vir, o trágico final do herói cavalheiresco, como idealizado pelos românticos inspirados no cavalheiro medieval e vassalo amoroso.

A narração da cena do cavaleiro desmaiado conduz o leitor a imaginar que talvez seria o momento em que apareceria uma virgem

para salvá-lo, mas logo é surpreendido com a aparição de um nobre e bondoso negro africano, Túlio, que já estava familiarizado com o local, desde que fora escravizado, e levava a vida “sem esperança e sem gozo”.

Contudo, nota-se que desde o princípio o negro escravo já ocupa a posição de heroísmo que irá ser mantida por todo o enredo. Sua primeira aparição, como salvador da vida do mancebo, é uma metáfora que busca atribuir ao negro o estatuto de herói. Apesar das condições históricas em que ocorrera o encontro desses dois homens, duas almas generosas, nasce uma amizade compactuada pelo mútuo e recíproco sentimento que os aproximara: de um lado, o espírito de gratidão pela salvação da vida; do outro, o espírito de humildade e subserviência própria do ser escravizado e inclinado à servidão. Ambos – unidos pelo sentimento de liberdade, fraternidade e de solidariedade –, concordam em espírito que a escravidão foi uma maldição para a humanidade, pensamento que vigorava na campanha abolicionista cristã desde a Revolução Francesa.

Através de Túlio, Tancredo conhece a jovem e bela donzela Úrsula, filha de Luiza B., quando essa ajuda o escravo amigo a cuidar do estrangeiro em sua febre delirante, estando fragilizado e diante da morte, mas sob a ótica de túlio “homem generoso que soubeste compreender a amargura do escravo!” (REIS, 2018, p. 30). Um ponto muito positivo da narrativa, é a opção por explorar a intelectualidade do negro, além de sua notória e conhecida força física que, infelizmente, não foi suficiente para livrá-lo da escravidão. Logo, a narrativa de Maria Firmina dos Reis apresenta Túlio como um escravo, mas um espírito livre pelo cultivo intelectual da mente aberta às ideias de liberdade. Túlio recorda com nostalgia a vida na África, antes da escravidão: seu corpo pertencia ao Brasil, mas sua mente na África (REIS, 2018, p. 30-31). Em nome da amizade e gratidão pelos cuidados que Túlio dedicara a ele, Tancredo alforriou o escravo Túlio, e esse passa a ter em Tancredo seu libertador e seu irmão. Um sentimento recíproco, pois o mancebo também o respeitava como um salvador enviado por Deus que se refletia nas nobres ações do africano. Além da amizade fidedigna, Tancredo conquista sua gratidão ilimitada e sua servidão amorosa – no sentido fraternal –, exaltando os valores incondicionais e supremos da liberdade. A maior

de todas as aspirações dos escravos e dos abolicionistas no século XIX. Nesse contexto, liberdade era, então, sinônimo de amor e de felicidade.

A donzela Úrsula diferenciava de Iracema pela sua atitude diante do aventureiro: enquanto a virgem de Alencar logo se entrega ao viajante, traindo seu povo; Úrsula desde o princípio conserva busca conservar sua pureza sagrada em diálogos com Deus e evitando ao máximo o contato com Tancredo. Sob a ótica de uma narradora feminina, como uma crítica sutil à imagem ferida da mulher em *Iracema*, o amor para Úrsula parecia uma humilhação, tamanha era sua inocência e pureza. Veja-se abaixo:

Úrsula, malgrado seu, experimentava todo o fogo de um primeiro amor, bem o conhecia, e revoltava-se contra esse sentimento, que supunha não ser compartilhado, e atribuía-o a simples amizade. Embalde o coração lhe gritava, esclarecendo a, ela julgava-se humilhada; reassumia toda a sua dignidade em face do cavaleiro, e só na solidão derramava o pranto de amargo e oculto padecer. (REIS, p. 37).

Na narrativa de Maria Firmina, Úrsula tem seus passeios matinais – que eram uma espécie de retiro espiritual para entrar em contato com Deus – quando é interrompida pelo mancebo, que a encontra no bosque. No encontro: Úrsula representava a donzela sagrada e Tancredo respeitava sua pureza com a mesma lealdade com que respeitara a liberdade do escravo Túlio, ratificando a valorização universal dos valores de liberdade.

À medida em que os laços de amizade e amor se fortalecem entre os três personagens, firma-se uma história de lealdade, veneração, amizade e respeito, entre esses três tipos humanos: o nobre e branco mancebo Tancredo; o africano Túlio; e a virgem donzela Úrsula, que passa a ser venerada como a “Senhora dos aflitos”. Tancredo vive um dilema infernal: por um lado luta contra o ódio a uma mulher do passado, a órfã Adelaide, sofrendo com a decepção do desfecho trágico do primeiro amor, pois com morte de sua mãe, o pai casa-se com Adelaide, órfão que havia prometido como esposa ao filho, consumando a dupla traição: a da mulher amada idealizada e do pai. Enquanto supera esse trauma, luta pelo amor puro e sublime que descobrira com Úrsula, uma mulher

iluminada que dissipa as trevas da alma de Tancredo, salvando-lhe das dores de amor, enquanto Túlio o salvara das dores físicas. Assim, identifica-se os três como heróis. Com isso, Maria Firmina dos Reis marca sua posição abolicionista cristã e feminista, ao elevar o negro, a mulher e o nobre cristão como heróis.

Apesar de sua resistência inicial ao amor romântico, Úrsula acaba desejando e se entregando às aventuras do Paraíso., pois precisava amar, como o próprio Tancredo disse “Amá-lo é viver, e a vida assim vivida é a eternidade no gozo” (REIS, 2018, p. 41), ou seja, o amor representava a vida, então ela se entrega ao amor como quem se entrega à vida. E Tancredo, bacharel em Direito, em nome do amor à Úrsula, sacrifica renunciando o ressentimento, o ódio e a maldição que o perseguia, com as memórias da tirania do pai e a vitimização da mãe sofredora, ou seja, memórias dolorosas de uma infância marcada pela violência familiar que culminaram com a ruptura com os laços paternos. Uma crítica sutil à sociedade patriarcal que oprimia e vitimava a mulher. Tancredo, um herói nobre e rico, conquista a confiança da viúva Luiza B. que aprova o casamento do mancebo generoso com sua filha Úrsula.

Quando Túlio notifica à Preta Suzana sua partida para seguir Tancredo de volta a São Paulo, a voz da negra que o criara como mãe é de mágoa por sob a ótica da escrava ele estava trocando o cativo da escravidão pelo cativo da servidão amorosa voluntária (REIS, 2018, p. 86), em gratidão pela alforria que o Tancredo lhe proporcionara grato pelo negro desconhecido ter-lhe salvo a vida. A voz da negra é de extremo realismo ao não idealizar seu sentimento de desgosto com a partida de Túlio para Tancredo. Sua voz representa as vozes dos negros que nutriam mágoas em relação à escravidão e não conseguiam aceitar e defender – com honestidade de espírito abatido e angustiado pela experiência do cativo – aquela amizade enlaçada entre o branco rico e o negro africano. Os desgostos da escravidão doíam profundamente na alma da negra e esse sentimento era manifesto em sua fala.

Não obstante, a voz de Túlio manifesta sinceridade de espírito de quem desejara a liberdade acima de tudo, inclusive dos desgostos e das

mágoas que tentava perdoar por meio dessa nova amizade inesperada. Em resposta à Preta Suzana argumenta em sua defesa “Não troco cativo por cativo, oh não! Troco escravidão por liberdade, por ampla liberdade!” (REIS, 2018, p. 86). Tal argumento desperta na Preta Suzana recordações de sua mocidade quando era livre e antes da diáspora africana forçada que a aprisionou em terras estrangeiras de forma humilhante e sofrível, quando foi obrigada a abandonar a sua família, sua vida, e até sua própria liberdade. E toda sua vida foi relatada – principalmente no momento em que fora traficada, com mais 300 africanos, forçadamente por dois homens que os jogaram num dos porões desses navios negreiros, tema que será depois explorado por Castro Alves, em 1868, quando escreveu seu *Navio Negreiro*.

Esse relato memorialístico, recorda as narrativas dos negros no século XIX quando escreviam narrações sobre seus sofrimentos decorrentes da escravidão. Ou seja, se antes apenas o homem branco tinha direito de narrar sua versão da História, em Úrsula, os dois relatos se entrecruzam, o de Tancredo e o da Preta Suzana. E Túlio, o escravo recém alforriado, que experimentava a tão sonhada liberdade, se vê no meio desses dois relatos: do homem branco vítima da sociedade patriarcal que o criara e a Preta Suzana vítima do tráfico de escravos e da forçada diáspora negra. Em relação às suas senhoras, Luiza B. e a filha Úrsula, Preta Suzana confessa amá-las, mas pela recordação do falecido senhor escravocrata, assassinado, e que representava o mau senhor dos escravos, ela não consegue esquecer a mágoa, conforme confessa “Túlio, meu filho, eu as amo de todo o coração, e lhes agradeço: mas a dor que tenho no coração, só a morte poderá apagar! Meu marido, minha filha, minha terra. Minha liberdade” (REIS, 2018, p. 90).

Na ausência de Tancredo, Úrsula conhece um caçador que desde o primeiro encontro, numa caçada fatal, já tentava seduzi-la e ela, angustiada e com temor, resistente, buscava a fuga daquele misterioso desconhecido que logo revelava ser amigo de sua mãe Luiza e, subitamente, confessa-lhe servo amoroso, logo no susto do primeiro encontro, quando ocultara sua identidade, que era Fernando B. irmão de sua mãe, e já determinava que deveria lhe pertencer: para ele, era isso ou a morte.

Fato que assusta a jovem donzela, e denúncia a brutalidade das relações amorosas entre homem e mulher, muitas vezes marcada pela imposição masculina e violência de gênero. A aparição do tio de Úrsula, na ausência de Tancredo, é uma fatalidade que culminou no final trágico, pois tratava-se de um homem que ao longo da vida tornou-se cada vez mais odioso e temido, desde que se opusera ao casamento da irmã. Surgindo assim como um fantasma familiar, ele transforma-se na assombração da jovem donzela que se encontra desprotegida do amado que partira em uma jornada e chegara a desejar a própria morte tamanho era o horror repugnante que ele lhe causara.

No geral, a narrativa se estrutura em um enredo desenvolvido e construído com uma tragédia após a outra. Não bastando o estado de espírito da jovem, recebe da voz da Preta Suzana a notícia de que a mãe estava prestes a morrer, abatendo-se logo após a visita do irmão vingativo, ameaçando-a deixa-la em um terrível abandono e mais vulnerável às intenções maliciosas do tio Fernando P., quando esta revela que ele, seu irmão era o comendador, assassino de seu pai e que retornou como um “anjo de extermínio” que estava impondo uma união forçada com a filha do homem que ele matou. A mãe que não poderia aceitar a desgraça da filha, em seu leito de morte, emprega suas últimas palavras aconselhando sua fuga (REIS, 2018, p. 112). Diante do abandono social, e ameaçada pela tirania masculina, a jovem donzela é possuída pela mais terrível e dolorosa das dores existenciais, decorrentes da opressão familiar que era o reflexo de uma sociedade tirânica.

Abençoado pela Preta Suzana, Túlio viaja com Tancredo, mas retorna com o mancebo que cumpri a promessa de retorna à Úrsula, porém, ele chega após a morte de Luiza B., deparando-se com a presença nefasta e ameaçadora de Fernando P., um homem cruel e torturador de escravos, responsável pela orfandade e vida miserável de Úrsula e aquele que por capricho ou vingança desejava-lhe possuir como esposa e roubar-lhe a liberdade e esperança de uma vida feliz ao lado do seu amado Tancredo. Assim, personagens opostos duelam pelo amor da donzela indefesa: Tancredo, o amigo dos escravos, e um devoto de

Úrsula X Fernando P., na voz da Preta Suzana o “maldito homem jurou exterminar esta infeliz família!” (REIS, 2018, p. 127).

Sob a ótica do narrador, parecia incoerente que um ser detestável e odiado, como o comendador Fernando P. ostentasse em sua residência um capelão, que Gilberto Freyre (2001, p. 49) explica que era comum nas Casas Grandes, fosse amigo de sacerdote, o padre F., que “parecia ser santo varão” (REIS, 2018, p. 132). Segundo a autora, essa relação parecia uma anomalia ou tentativa de preservar alguma reputação diante da sociedade (REIS, 2018, p. 132). O Fernando P. é retratado como um homem impiedoso, vingativo, o oposto do padre F., que tenta resigná-lo, mas o comendador era um exemplo de alma humana dominado pelo ódio e pela maldade. Quando suspeita da fuga de Úrsula com Tancredo e do coito da Preta Suzana, ele amaldiçoa a velha negra e jura o casal de morte, caso ele não possua a donzela, tal como quem desejasse possuir um escravo ou qualquer objeto. Enraivecido, ordena que tragam a Preta Susana e manda dobrar os castigos contra os escravos de forma cruel, descarregando toda sua fúria e desamor nos negros (REIS, 2018, p. 138). Tomado pelo ódio, Susana e Túlio entraram para a lista de vítimas de seu ódio, ao ponto de ser tomado como metáfora de “Otelu no seu ciúme, Satanás expulso do céu e ferido no orgulho” (REIS, 2018, p. 151).

O final do enredo é trágico: Túlio é assassinado com dois tiros ao tentar avisar seu benfeitor que o comendador Fernando B., informado com o casamento de Úrsula e Tancredo, tramava “manda-los ao inferno” – o que seria um eufemismo sobre morte, mas na concepção cristã, a morte não é o pior, mas descer ao inferno; logo após, o casal é abordado pelo comendador, que tomado pelo espírito maligno de vingança, apunhala Tancredo no peito, matando-o covardemente; Úrsula morre após ser possuída pela loucura que acusava e atormentava ainda mais a alma do comendador; e a Preta Susana, morre vítima dos maus tratos desde que a aprisionara em um dos quartos de tortura da fazenda do comendador.

Ao final, o comendador Fernando P. – assassino de Paulo B., de Túlio, Tancredo, Susana, e torturador de escravos, parece tomado por

um remorso culposo, mas que o sobrevivem, principalmente, como um castigo de no final não conseguir possuir a mulher desejada e que desde o princípio – contra a vontade da donzela – já presumia e determinava já ser sua, sem conseguir saciar sua vingança, pois a donzela morre fiel pronunciando o nome do amado Tancredo até o último suspiro. Esse termina louco, sendo conhecido como Frei Luiz de Santa Úrsula, mas prevalece a impunidade humana pelos seus crimes, vivendo seus últimos dias entregue à loucura e atormentado pelos crimes cometidos, à espera o julgamento final, sob a ótica do moralismo religioso cristão que já o condenara ao inferno, separando-o eternamente de Úrsula que, segundo a exortação final do sacerdote, fora habitar no céu.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da leitura de Úrsula, primeiro romance escrito por uma mulher negra no Brasil, o que já era considerado um feito grandioso, percebe-se que Maria Firmina dos Reis era uma mulher de seu tempo e de seu país. Além de uma dedicada e honrada educadora, foi uma escritora muito preocupada com os problemas sociais de seu tempo, tais como: a condição da mulher na sociedade; questões abolicionistas e antiescravistas, entre outros.

Seu estilo, abarca ideias de nacionalismo, tão em voga em sua época, mas em sentido mais crítico, incluindo como heróis da nação, os três tipos humanos: o branco rico, mas vítima do patriarcalismo; o escravo africano e a mulher. Ou seja, dando vozes a personagens silenciados e oprimidos. Além disso, ao abordar questões sociais problemáticas, tais como o tráfico de escravo e a escravidão, transita com propriedades e riquezas memorialísticas pela geração condoreira. Um romantismo muito mais realista que romântico, podendo ser considerada uma obra de transição, ou uma obra romântica que já antecipa características do realismo.

REFERÊNCIAS

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. 42^o. ed. Rio de Janeiro, Record, 2001.

MORAIS FILHO, Nascimento. **Maria Firmina: fragmentos de uma vida**. São Luís/ Maranhão, 1975.

REIS, Maria Firmina. Úrsula. Coleção Acervo brasileiro, vol.2. 2.ed. Cardernos do mundo inteiro [recurso eletrônico]. Jundiaí-SP, 2018.

SCHWARCZ, M. Lila; GOMES, Flavio (org.). **Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

CAPÍTULO 4 - UMA BRASILEIRA CONTRA UM EXÉRCITO DE BOLIVIANOS: ANGELINA GONÇALVES DE SOUZA, A HEROÍNA DOS SERINGAIS DO ACRE

Luciana Maira de Sales Pereira⁶

INTRODUÇÃO

Ao longo da história da humanidade, muitas mulheres desafiaram o papel secundário que lhes foi imposto pela sociedade patriarcal e participaram ativamente em guerras e conflitos armados.

Segundo Lorenzetto (2017), já no século IV a.C. havia mulheres lutando nas tropas gregas de Atenas e Esparta, e depois nas campanhas de Alexandre, o Grande. Já na Idade Moderna, nos anos de 1560 a 1650, a Inglaterra começou a engajar soldadas na instalação de hospitais militares e a aceitar mulheres na Força Aérea Real no início do século passado, durante a Primeira Guerra Mundial.

De acordo com Rocha (2020), a partir do século XIX, a presença de mulheres nos campos de batalha tornou-se uma constante na historiografia das guerras de independência das Américas, destacando-se o papel das “*soldaderas*” do México. Elas eram “mulheres envolvidas diretamente nas guerras desde as lutas pela independência até a Revolução Mexicana, reconhecidas pelas autoridades federais e respeitadas nos campos de batalha” (ROCHA, 2020, p. 2), desempenhando múltiplos papéis durante as guerras, de cozinheiras e lavadeiras à enfermeiras, prostitutas, espiãs e soldadas.

Na história do Brasil, uma das soldadas mais famosas é a baiana Maria Quitéria de Jesus, a primeira mulher a se alistar nas Forças Armadas Brasileiras e lutar nas guerras de independência do país entre 1822 e 1823. A princípio, como o Exército Brasileiro só admitia integrantes do sexo

⁶ Mestre em Letras: linguagem e identidade (UFAC). Professora de língua inglesa (IFAC). CV: <http://lattes.cnpq.br/9132088217604335>

masculino, Maria Quitéria se disfarçou de homem e utilizava o nome falso de soldado Medeiros, emprestado do cunhado (SCHWARCZ, 2021). Integrava o Batalhão de Voluntários do Príncipe, conhecido como Batalhão dos Periquitos devido aos uniformes de cor verde, e combatia na infantaria. Ao ter sua verdadeira identidade revelada, foi admitida no Exército por causa de sua bravura, agilidade e habilidade com armas, promovida ao posto de Alferes e condecorada pelas mãos de Dom Pedro I com a Imperial Ordem do Cruzeiro, em 1823 (MARASCIULO, 2021).

Além de Maria Quitéria, outras combatentes também foram protagonistas em conflitos de guerra. Na Bahia, Maria Felipa comandou cerca de 40 mulheres responsáveis por queimar 42 embarcações portuguesas e dar uma “surra de cansação” (planta que provoca urticária e uma grande sensação de queimadura na pele) em alguns soldados portugueses durante as batalhas pela independência do Brasil (SCHWARCZ, 2021). Já durante a Guerra do Paraguai (1864 – 1870), as soldadas Maria Curupaiti e Jovita Alves Feitosa conquistaram admiração e respeito ao se disfarçarem de homem e enfrentarem o exército paraguaio devidamente armadas (PALHANO, SOUZA E MARIN, 2016).

Apesar do recente empenho da historiografia brasileira em resgatar a identidade de mulheres guerreiras, combatentes e soldadas esquecidas e omitidas ao longo da história do país, certamente muitas ainda permanecem ocultas, até mesmo invisíveis. É o caso de Angelina Gonçalves de Souza, mãe, seringueira e soldada cearense que integrou o exército da Revolução Acriana na luta para tornar o estado do Acre independente da Bolívia.

A vida de Angelina permanece restrita aos livros de história do estado amazônico e é sempre narrada pelo ponto de vista masculino. Sua biografia é escassa, esparsa e geralmente restrita à alguns parágrafos repletos de adjetivos que a descrevem como “louca” e “desvairada”, e que pouco contribuem para retirá-la do limbo em que foi colocada.

Assim, baseada em uma pesquisa de cunho bibliográfico, este capítulo dedica-se a contar, por meio de uma perspectiva feminina, a história de Angelina Gonçalves de Souza, seringueira e soldada cearense

que desafiou o exército boliviano e os padrões da sociedade acriana extremamente machista do final do século XIX e início do século XX.

ANGELINA GONÇALVES: DO SERINGAL AOS CAMPOS DE BATALHA

Angelina Gonçalves de Souza nasceu em Aracati, no estado do Ceará. Era casada com Sebastião Ferreira de Souza e levava uma vida dura no sertão, sobrevivendo da criação de galinhas e cabras. Com a terrível seca entre os anos de 1877 a 1879, o casal se mudou para a cidade e montaram um pequeno café na praça central, sustentando-se com muita dificuldade (CAVALCANTE, 2015).

Figura 1: Angelina Gonçalves de Souza.



Fonte: Álbum do Rio Acre.

Devido às grandes adversidades climáticas e financeiras, Angelina, o esposo e os dois filhos pequenos, Delzuite e Bento, emigraram para a Amazônia, assim como vários grupos de nordestinos que fugiram da Grande Seca no Nordeste. A família partiu para o Acre em 1886 para trabalhar no Seringal Empresa, de propriedade do conterrâneo Neutel Maia, que estava enriquecendo com o comércio da borracha e do gado no

território acriano. O comerciante custeou todas as despesas de transporte e alimentação da família, que seriam pagas mais tarde com o trabalho no seringal (CAVALCANTE, 2015).

Gomes (2010, p. 8) explica que, a princípio, a formação social do Acre foi feita basicamente por homens, interessados no cultivo das seringueiras e extração do látex, “mas as mulheres não estavam ausentes”. Assim, em virtude da alta exploração da borracha no território, a sociedade acriana foi formada nos seringais, por donos de seringais, seringueiros e suas famílias, ou seja, suas esposas, filhas e filhos.

Discorrendo sobre a presença e o cotidiano das mulheres no território⁷ do Acre no período de 1907 a 1917, a autora salienta que:

As mulheres que fizeram parte da formação social do Acre contribuíram em vários aspectos para o seu desenvolvimento. Tanto as que ocuparam os seringais, na companhia do homem, no cuidado com a casa e com os filhos e até no trabalho pesado na floresta; quanto as que participaram do nascimento das primeiras cidades e lá, além de cuidar da casa e da família, foram professoras, costureiras, lavadeiras, vendedoras. Todas, de forma bastante peculiar, fazem parte da história do Acre [...] (GOMES, 2010, p. 7).

O “Registro histórico dos 100 anos de Prefeitura” da cidade de Rio Branco aponta que, embora se afirme que havia poucas mulheres no Acre nos primórdios de sua fundação, a história acriana está repleta de mulheres “com diferentes funções e posições na sociedade da borracha”. Segundo o documento, elas eram “mulheres trabalhadoras que ajudavam seus maridos no corte da seringa, enquanto criavam filhos e cuidavam da casa e do roçado, numa labuta diária muito dura e desgastante” (RIO BRANCO, 2013, p. 24).

Dessa forma, a peleja de Angelina no novo lar era árdua. Como a maioria das mulheres que viviam nos seringais naquele período, ela cuidava do trabalho doméstico e ajudava o companheiro no seringal, pois

⁷ O Acre foi a última região a ser anexada ao território brasileiro. O Território Federal de Acre foi criado em 1904 e elevado à categoria de Estado em 1962 pelo então Presidente da República João Goulart.

tinham que pagar o barracão e as mercadorias que o patrão lhes trazia das casas aviadoras de Belém e Manaus, além de tentar fazer um “pé de meia” para voltar à terra natal. Todos os dias, Sebastião e o filho “saíam para o corte de seringa nas estradas e varadouros da floresta”, enquanto ela e a filha “cuidavam da roça” (CAVALCANTE, 2015, p. 158).

Figura 2: Angelina Gonçalves de Souza no Acre.



Fonte: G1.globo.com

Com o exército boliviano invadindo constantemente a região do Acre para reivindicar a posse do território, então ocupado por milhares de brasileiros em busca dos lucros da exploração do látex e proclamado Estado Independente do Acre pelo espanhol Luiz Galvez, Sebastião foi convocado a lutar no exército da Revolução Acriana comandado por José Plácido de Castro, integrando um grupo de combates no município de Xapuri. Na ausência do marido, Angelina e o filho assumiram as atividades do seringal, incluindo o corte da seringa nas terras do Forte de Veneza, compradas do patrão Neutel Maia antes de ele partir provisoriamente da região (CAVALCANTE, 2015). Contrariando a ideia de que as mulheres não serviam para o trabalho da seringa, Angelina enfrentou a floresta e mostrou que “o mundo do seringal também era coisa de mulher” (GOMES, 2010, p. 26)

A respeito do protagonismo feminino nos seringais acrianos, Souza (2010 apud França, 2021, p. 212) argumenta que as mulheres se moldaram às práticas cotidianas do seringal e “constituíram múltiplas formas de resistência, sabendo gerir sua casa e ao mesmo tempo suprir as fraquezas mais invisíveis do homem seringueiro, graças a sua astúcia e sensibilidade”. Dessa forma, elas não estavam na linha de frente dos combates da Revolução Acriana, mas estavam em suas colocações de seringa, substituindo os homens nos trabalhos de extração do látex, sem deixar a produção parar. “Elas passaram a produzir mais borracha, pois, agora, além do trabalho normal no corte de seringa, tinham de realizar o trabalho dos homens que estavam na guerra.” (SOUZA, 2010, p. 29 apud França, 2021, p. 212).

Os combatentes brasileiros venceram a batalha em Xapuri e retornaram para Volta da Empresa (atual capital Rio Branco) junto com Plácido de Castro. Entretanto, Sebastião adoeceu de beribéri, doença muito comum naquela época, e foi dispensado para ficar em casa se recuperando enquanto Angelina continuava a cuidar da casa, do seringal e, agora também, do esposo enfermo.

Em 1902, o exército boliviano invadiu a casa do casal à procura de soldados brasileiros fugitivos de uma mal sucedida emboscada em Volta da Empresa, ocorrida pouco depois da tropa acriana retornar de Xapuri. Embora estivesse muito debilitado, Sebastião reagiu às ofensas do inimigo e foi arrancado com violência da rede em que estava deitado. Em seguida, foi covardemente espancado e assassinado à queima-roupa.

O historiador Cláudio de Araújo Lima (1952) descreve em detalhes a reação da seringueira diante do assassinato do esposo acamado:

Senão quando, assoma à porta da barraca, com uma expressão trágica, empunhando o rifle do marido trucidado, a mulher do seringueiro. Avança, sob **desvairado** impulso, para cima dos carrascos. Luta com eles, denodadamente, com um furor que chega a atordoá-los. Até disparar a arma vingadora, cuja bala se vai perder em meio ao grupo que se aproximou às carreiras para investigar o acontecimento.

A **leoa é subjugada**. [...] (LIMA, 1952, p. 143, grifo nosso).

CAVALCANTE (2015) também relata a revolta de Angelina, em uma descrição repleta de adjetivos que reduzem a fúria da mulher a um rompante de loucura e também a associam a um animal felino:

Nesse momento, Angelina que estava lá dentro do rancho, ouvindo aquela barulhada toda, passou a mão na espingarda do marido e, quando o viu morto, numa poça de sangue, investiu furiosa para cima dos soldados assassinos, como **desvairada, enlouquecida**, num furor de raiva e vingança e conseguiu disparar um tiro, que atingiu o Comandante Rojas. Assim como uma **“tigresa”** defendendo o seu covil, partiu para o ataque contra os executores do seu marido. E lutou contra eles. Tomada por uma fúria de desespero, **de loucura** e ódio, que se multiplicaram em forças inexplicáveis, atordoou-os, aos gritos, aos socos, às mordidas, a pontapés. Por fim, **subjugaram** a fera humana e a levaram de arrasto para o Comandante Rojas (CAVALCANTE, 2015, p. 162, grifo nosso).

Em outro estudo sobre a história do Acre, Meira (1964) complementa:

Muitos soldados bolivianos, vendo seu comandante ferido, lançam-se em desespero contra Angelina, que a muito custo é **dominada**, seus braços torturados pelas mãos pesadas dos soldados, os cabelos desgrenhados, nos olhos a dor e o desespero ante o corpo inerte de seu marido morto. [...]

Pagaria ela também, com a vida, o crime de defender a terra que conquistara pelo trabalho, a casa que construía com suas mãos e o marido que fora companheiro de longos anos! (MEIRA, 1964, p. 77, grifo nosso).

O tiro disparado por ela atingiu o comandante boliviano de raspão. No entanto, contrariando o clamor de seus soldados que desejavam que a audácia da mulher fosse punida com a morte por fuzilamento, Rojas ordenou: “– Libertem-na! Mulher valente como esta, não se mata! Se o exército acriano tiver dez homens tão corajosos como esta mulher, já perdemos a guerra!” (CAVALCANTE, 2015, p. 161).

Ainda sobre o ato de coragem de Angelina, Lima (1952) aponta que entre os bolivianos, houve quem afirmasse que o Comandante Rosendo Rojas segredou a um oficial que estava a seu lado: “– *Si Castro tuviera diez mujeres como aquella, conquistaria hasta ...la Bolívia ...*” (LIMA, 1952, p. 144).

Assim, muito mais do que um simples rompante de desespero e loucura, como apontado pelos historiadores, a atitude da futura combatente nos revela a figura de uma mulher determinada a lutar contra a subjugação dos soldados bolivianos e a proteger a integridade física dela e a de sua família, em um ambiente no qual as mulheres eram consideradas meras donas de casa, trabalhadoras desvalorizadas e vítimas constantes da violência sexual e de gênero imposta pelo homem. Portanto, não se tratava apenas de vingança e coragem, mas de um ato de sobrevivência e, sobretudo, resistência.

Nessa perspectiva, Wollf (2011, p. 31) afirma que dentro das possibilidades que lhes eram colocadas naquele contexto histórico-cultural, as mulheres da floresta também tomavam suas decisões, resistiam à violência “e improvisavam sua sobrevivência numa situação em que seu trabalho não parecia ter valor algum”.

Da mesma forma, Gomes (2010, p. 11) também reitera que as mulheres presentes no período de formação do estado do Acre lançavam mão de formas de resistências “no enfrentamento de seus medos, desgostos, insatisfações e desesperos” em meio às complexas e diversas relações vivenciadas por elas na floresta, “onde as vicissitudes geralmente eram inexoráveis”.

Como forma de resistência, após dar à luz ao terceiro filho, pois estava grávida quando Sebastião foi assassinado (CAVALCANTE, 2015), Angelina procurou o Coronel Plácido de Castro e pediu para se juntar ao seu exército, a fim de lutar pela independência do Acre e vingar a morte do esposo. A seringueira foi autorizada a fazer parte do grupo de revolucionários e destacou-se por sua dedicação e coragem em se arriscar à frente dos confrontos contra o exército boliviano. “Costumava levar

uma bronca de Plácido de Castro, que a mandava recuar e ficar no seu posto mais atrás” (CAVALCANTE, 2015, p. 164).

Angelina Gonçalves de Souza foi morta em combate na batalha de Puerto Alonso (atual município de Porto Acre), em 1903, e sepultada no Forte de Veneza (atual bairro Cidade Nova), ao lado do esposo. O filho Bento, que também lutou ao lado da mãe no exército acriano, continuou vivendo e trabalhando como seringueiro no Forte de Veneza, enquanto Delzuíte e o irmão caçula foram embora para Manaus.

RECONHECIMENTO E (IN)VISIBILIDADE

Em reconhecimento à coragem da primeira soldada do estado do Acre foi fundada a Escola Municipal Angelina Gonçalves de Souza⁸, em Rio Branco. Plácido de Castro e Luiz Galvez, considerados os grandes heróis da Revolução Acriana, foram homenageados com estátuas localizadas, respectivamente, na Praça da Revolução e na Assembleia Legislativa da capital do estado. À Angelina restou apenas uma singela homenagem na entrada dessa escola.

Após mais de 100 anos de sua morte, a história de Angelina foi “contada” na minissérie “Amazônia, de Galvez a Chico Mendes”, escrita pela autora acriana Glória Perez, produzida e exibida pela TV Globo em 2007. Baseada nos romances “O Seringal” (1972), de Miguel Ferrante, e “Terra Caída” (1972), de José Potyguara, a produção televisiva promoveu o resgate da história do Acre, entre os períodos de 1898 a 1988, e de diversos personagens históricos esquecidos – e até mesmo desconhecidos – pelos brasileiros (FERNANDES, 2016).

Entretanto, a parte da narrativa audiovisual dedicada à Angelina se restringe apenas ao trabalho pesado no seringal ao lado da família, com grande destaque para a cena do assassinato de Sebastião e o ataque

⁸ Até a finalização deste capítulo, a equipe da escola municipal Angelina Gonçalves de Souza e a Secretaria Municipal de Educação do Acre não souberam nos informar a data de fundação da instituição em decorrência da dificuldade de acesso aos arquivos. Também não foram encontradas informações disponíveis na internet.

da seringueira contra os soldados bolivianos, enfatizando somente a questão agrária. A Angelina Gonçalves soldada é ignorada.

[...] A viúva chora desesperadamente segurando as mãos do marido. A câmera faz um close das mãos juntas e suas alianças.

Um *flashback* da família de nordestinos é mostrado com toda sua trajetória na trama. O sonho de ter um pedaço de chão é ilustrado através das mãos sujas de terra da mulher forte que enterra seu marido e cava sua cova com as próprias mãos: é a representação da luta pela terra (FERNANDES, 2016, p. 69).

Angelina Gonçalves de Souza permanece invisível até para a história do feminismo no Brasil. O “Dicionário de Mulheres do Brasil: de 1.500 até a atualidade”, organizado por Schuma Schumacher e Érico Vital Brasil, publicado em 2.000 pela Editora Zahar e já em sua segunda edição, é um dicionário brasileiro que reúne cerca de 900 entradas sobre mulheres brasileiras, resgatando a história de mulheres invisíveis que não costumam aparecer nos livros e esboçando um retrato dos 500 anos da condição feminina no país.

Na obra, é possível encontrar uma entrada para Angelina Gonçalves (? – 1950), operária e vítima da repressão policial, referindo-se à tecelã e militante política nascida no Rio Grande do Sul e assassinada em Porto Alegre durante uma manifestação em comemoração ao dia do trabalhador. A cearense Angelina Gonçalves de Souza, seringueira e soldada, é esquecida pela coletânea feminista que se propõe a resgatar e dar visibilidade às mulheres excluídas pela história brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Angelina Gonçalves de Souza foi uma mulher que tomou as rédeas de seu próprio destino, como nem sempre faziam as mulheres que viviam sob o sistema social predominantemente patriarcal dos séculos passados, e desafiou os limites sociais e culturais impostos às mulheres de sua época ao escolher um caminho tipicamente reservado aos homens.

Lutando ao lado dos revolucionários acrianos, a seringueira nordestina não apenas afrontou o machismo da sociedade em que vivia, como também refutou o papel de coadjuvante consagradamente imposto às mulheres na história das guerras e conquistou seu protagonismo ao lutar como soldada no exército da Revolução Acriana.

Todavia, o ato de coragem e resistência de Angelina permanece restrito aos livros de história locais do Acre e às narrativas orais dos habitantes do estado. Sua trajetória segue ignorada e invisível pela história geral e, sobretudo, pela história das mulheres no Brasil.

Por isso, dedicar um capítulo à saga de Angelina Gonçalves de Souza, sob uma perspectiva feminina e também feminista, é uma tarefa necessária para torná-la visível aos olhos da historiografia brasileira, principalmente a que se refere às mulheres, bem como produzir e fomentar pesquisas mais aprofundadas sobre a vida da seringueira e primeira soldada do Acre.

REFERÊNCIAS

- CAVALCANTE, R. **Aquirya**: a origem do Acre. Rio Branco: Ed. do Autor, 2015.
- FERNANDES, S. **As representações históricas como produto midiático**: um estudo sobre a minissérie Amazônia – de Galvez a Chico Mendes. 2016. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Anhembi Morumbi, São Paulo, 2016.
- FRANÇA, J. S. Aquiranas: o protagonismo feminino na floresta acriana. **Das Amazônias**. Rio Branco, v.4, n.1, p. 210-214, 2021.
- GOMES, R. L. **Mulheres no Acre**: uma leitura do cotidiano através da imprensa 1907-1917. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Salgado de Oliveira, Niterói, 2010.
- LIMA, C. A. **Plácido de Castro**: um caudilho contra o imperialismo. 2ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1952.
- LORENZETTO, M. S. E as mulheres foram para a guerra. **Campo Grande News**, 2017. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/colunistas/em-pauta/e-as-mulheres-foram-para-a-guerra>. Acesso em: 10 fev. 2022.
- MARASCIULO, M. Maria Quitéria, a primeira mulher a se alistar no exército brasileiro. **Galileu**, 20 ago. 2021. Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/His>

toria/noticia/2021/08/maria-quiteria-primeira-mulher-se-alistar-no-exercito-brasileiro.html. Acesso em: 10 fev. 2022.

MEIRA, S. B. **Epopéia do Acre**: Batalha de Ouro Negro. Rio de Janeiro: Record, 1964.

PALHANO, H. M. L.; SOUZA, R. A. O.; MARIN, J. R. A atuação das mulheres na guerra do Paraguai: entre mitos e história, muitas personagens importantes. In: Encontro Regional de História da Anpuh, 13., 2016, Coxim. **Anais eletrônicos** [...]. Coxim: UFMS, 2016. Disponível em: <http://www.encontro2016.ms.anpuh.org/site/anaiscomplementares>. Acesso em: 10 fev. 2022.

RIO BRANCO, Prefeitura Municipal de. Fundação Municipal de Cultura Garibaldi Brasil. **A Rio Branco que vivemos**: registro histórico dos 100 anos de Prefeitura. Rio Branco, 2013.

ROCHA, E. P. “Guerreiras ou Anjos? As Mulheres Brasileiras e a Grande Guerra”. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 28, n. 3, p.1-15, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n361492>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/61492/44912>. Acesso em: 08 fev. 2022.

SCHUMAHER, S.; BRASIL, E. V. **Dicionário de Mulheres do Brasil**: de 1.500 até a atualidade. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

SCHWARCZ, L.M. A traída, a amante: silenciadas, elas atuaram na Independência do Brasil. **Universa**, 07 set. 2021. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/colunas/2021/09/07/7-de-setembro-e-a-invisibilidade-das-mulheres-na-historia-do-brasil.htm>. Acesso em: 10 fev. 2022.

WOLFF, C.S. Mulheres da Floresta: outras tantas histórias. **Revista Estudos Amazônicos**, vol. VI, nº 1, p. 21-40, 2011.

CAPÍTULO 5 - DA MENINA REPRIMIDA À MULHER CONFIANTE: PERCURSOS E PERCALÇOS DE ANINHA (CORA CORALINA)

Marcela Ferreira Matos⁹

INTRODUÇÃO

Ana Lins dos Guimarães Peixoto, mais conhecida como Cora Coralina, nasceu no final do século XIX, em 20 de agosto de 1889, na cidade de Goiás. Aos 14 anos escreveu seus primeiros contos e, em 1907, participou da elaboração do jornal *A Rosa*, publicado na sua cidade natal. Ficou conhecida por vários críticos da época com a publicação do conto “Tragédia da roça” em 1910, no *Anuário Geográfico e Histórico do Estado de Goiás*. Nesse mesmo ano, Cora casou com Cantídio Bretas e mudou para o estado de São Paulo, onde morou em várias cidades. Após a morte do marido, retorna à cidade de Goiás. Somente em 1965, com 76 anos, publica seu primeiro livro, *Poemas dos becos de Goiás e estórias mais*. Seu reconhecimento efetivo como poeta, deu-se depois da publicação dos artigos de Oswaldino Marques, na década de 70 e de Carlos Drummond de Andrade, na década de 80.

A obra de Cora abrange contos, poesias e, também, literatura infantil. Os livros de contos compreendem *O tesouro da casa velha* (1989) e *Estórias da casa velha da ponte* (1996); já os de poesia são *Poemas dos becos de Goiás e estórias mais* (1965), *Meu livro de cordel* (1976) e *Vintém de cobre* (1983); e sua obra infantil, *Os meninos verdes* (1986) e *A moeda de ouro que o pato engoliu* (1997).

Tanto nos livros de contos como nos de poesia há várias temáticas como educação, a cidade natal (Goiás), épocas passadas, contemporaneidade, situação da mulher. Nesse texto daremos destaque à temática

⁹ Doutora em Letras – Literatura e Vida Social (UNESP). Professora (IFG).
CV: <http://lattes.cnpq.br/2901013717583548>

do retorno à infância, na obra poética da autora, como expressão típica da literatura de autoria feminina. Embora a temática da infância seja recorrente na literatura, essa aparece mais viva na literatura feminina.

Cora Coralina, particularmente na poesia, passa por um processo memorialístico, refletindo sobre a infância passada na cidade de Goiás. Depois, como um salto profundo, passa para a reflexão sobre seu amadurecimento como mulher. O tempo de intervalo entre a criança e a mulher é vagamente retratado em algumas poesias, em que retrata o tempo que fazia seus doces e o cuidado com os filhos.

Para esse trabalho foram escolhidos, como objeto de análise, três poemas, a saber: “Minha infância”, “Menina mal amada” e “Lucros e perdas”, retirados respectivamente de *Poemas dos becos de Goiás, Vintém de cobre e Meu livro de cordel*. Todos estão circunscritos no tema em questão.

AUTOBIOGRAFIA: BUSCA DA IDENTIDADE FEMININA

Uma marca da literatura de autoria feminina é a autobiografia, dessa forma “a vida e a obra permanecem de tal forma indissociáveis que não há como – e por que – distingui-las” (CASTELLO BRANCO, 1989, p. 89). Cora Coralina, em seu processo de escrita, aproveita da história vivida na sua terra natal para poetizar as suas memórias e as características da sociedade goiana no final do século XIX. A poeta chega a reafirmar a relação da poesia e sua vida em “Ressalva”, poema de abertura do livro *Poemas dos becos de Goiás e estórias mais*:

Este livro foi escrito
por uma mulher
que no tarde da Vida
recria e poetiza sua própria
Vida.

Este livro
foi escrito por uma mulher

que fez a escada da
 Montanha da Vida
 removendo pedras
 e plantando flores.

Este livro:

Versos... Não.

Poesia... Não.

Um modo diferente de contar velhas estórias.¹⁰

Cora “poetiza sua própria vida”, num processo de busca de sua identidade, de retorno ao passado, principalmente à infância. Castello Branco em seu texto “As incuráveis feridas da natureza feminina”, em que analisa as obras de Florbela Espanca e Gilka Machado, fala-nos de uma poética uterina que seria a “trajetória de retorno ao útero, seja através do papel de filhas (e aí a recorrência à infância é constante), seja através do impulso materno, que estende a relação mãe-filho para todos os objetos circundantes: a poesia, a natureza, o amado” (p. 96). Cora explora esse “retorno uterino”, em que fala de seu papel como filha, relatando a sua triste infância, ressaltando o papel das crianças naquela época e, principalmente, o sofrimento da menina-criança.

Nessa “atmosfera infantil” criada por Cora surge a figura de sua avó, de quem fala com carinho, de sua mãe, a quem atribui os castigos e, de seu pai, uma figura não muito presente fisicamente na sua infância, mas presente constantemente no seu pensamento. Segundo Denófrío (2004), o “oásis” da vida de Cora era:

Sua bisavó (Mãe Iaiá), tia Nhorita e, em sua mais recuada ‘puerícia’, Mãe Didi, a ex-escrava que a ‘alimentou em seus seios fecundos’. Sua poesia não deixa dúvida quanto a isto. Amava também, profundamente, o seu avô meio filósofo [...] Da mãe, afirma poeticamente: ‘Venci vagarosamente o desamor, a decepção de minha mãe’. (p. 339)

¹⁰ CORALINA, Cora. *Poemas dos becos de Goiás e estórias mais*. São Paulo: Global, 2006. p. 27.

Voltando à pesquisa de Castello Branco, em outra passagem afirma que “Béatrice Didier analisa o retorno à infância como índice da busca da identidade da mulher, impulso direcionador da criação literária feminina”. Segundo Didier “a infância é esta espaciosa catedral aonde as mulheres adoram retornar, e se recolher; lá elas parecem encontrar sua verdadeira identidade, como uma nostalgia de integridade original.” (supracitado p. 98). Em Cora, o sofrimento passado na infância é muito presente.

Darcy França Denófrío (2004), no ensaio “De Aninha a Cora Coralina: traços biográficos” afirma que:

Sobre sua infância, Cora Coralina constrói versos autobiográficos em que nos fala fartamente dessa quadra dolorosa de sua vida em que sofreu a indiferença da mãe (viúva por três vezes e sempre fechada no universo da leitura de jornais e romances ou dos negócios); a discriminação das irmãs e a insensibilidade de adultos da família. (p. 339)

Cora parece buscar sua identidade na infância, marcada fortemente pela tradição de seu tempo. Em sua poesia fica claro, ou mesmo induz que o leitor pense dessa forma, que ela pertence a essa tradição, como no trecho de “Minha cidade”:

Goiás, minha cidade...
Eu sou aquela amorosa
de tuas ruas estreitas,
[...]
Minha vida,
meus sentidos,
minha estética,
todas as vibrações
de minha sensibilidade de mulher,
têm, aqui, suas raízes.¹¹

¹¹ CORALINA, Cora. *Poemas dos becos de Goiás e estórias mais*. São Paulo: Global, 2006. p. 34-36.

Nesse poema, o eu-poético assume uma voz feminina explícita, usando fortemente palavras no feminino. Há a reafirmação de quem é a voz do poema, é “Aninha”, “aquela menina feia da ponte da Lapa”. O poema que é composto de 7 estrofes, apresenta a forma “eu sou” 10 vezes, simbolizando a afirmação de forma categórica, não só da presença dessa voz feminina, mas do pertencimento àquele local. A forma “eu sou” também se insere na tradição cristã, mostrando a valorização da religiosidade na poesia de Cora, sempre como modo de reafirmar o pertencimento e a ligação com suas raízes. Esse processo, além de ser um retorno às raízes, também mostra a junção do canto de Aninha ao seu passado/presente e, como esse interfere na sua vida. É uma busca constante por sua identidade. “Minha cidade” pode ser considerado como uma reafirmação de quem é o eu-poético, é a menina estereotipada como “feia” que viveu ali, é a mulher que ficou “velha, esquecida”. O poema mostra dois polos da vida de Cora a infância e a velhice, ambos vividos na cidade de Goiás.

“MELHOR FORA NÃO TER NASCIDO”: SOFRIMENTO E TRANSFORMAÇÃO

Um sentimento marca presença na poesia que faz o retorno da poeta a sua infância: o sofrimento. Para evidenciar este, há uma característica estilística marcante nos poemas de Cora, o eu-lírico em 1ª pessoa, faz com que, de certa forma, com a leitura do poema, o leitor vivencie e, por conseguinte, sofra com a menina Aninha¹². A memória aflora tão presente, que o eu-poético consegue transpor até mesmo as vozes que escuta. Todas as sensações são possibilitadas pelos “Versos... não” e pela “Poesia... não” de Cora. O modo de escrever, sem a rigidez da forma e com prolixidade excessiva reforça o tom memorialístico do texto.

No poema “Minha infância”¹³, Cora retorna ao tempo em que era criança, lembrando os momentos e situações vividas naquela época.

¹² Aninha é apelido de Cora, diminutivo de seu nome (Ana).

¹³ CORALINA, Cora. *Poemas dos becos de Goiás e estórias mais*. São Paulo: Global, 2006. p. 168 – 173.

Não se fixa em datas, mas em situações díspares que marcaram a frágil menina Aninha. O poema que é lírico-narrativo, é composto de 131 versos livres, dispostos em 20 estrofes¹⁴, em que se constata um eu-lírico feminino, contando a história de sua vida. Tudo que é contado forma um fio tênue com a biografia da autora em questão. Dessa forma, Cora insere-se nas temáticas e estratégias da literatura de autoria feminina, pois há em sua poesia aspectos de retorno à infância e traços biográficos em sua produção poética.

Sobre o epíteto “freudiana” a autora constrói sua poesia, evidenciando o aspecto da teoria de Freud que “vê a identidade sexual como uma posição instável, ‘que é cultural e socialmente construída no processo de inserção da criança na sociedade humana’” (CASTRO, 1991, p. 229). O processo da criança-Cora na sociedade foi de forma repressora e sofrida como percebemos na composição do poema.

O eu-lírico mostra os fatos de sua meninice até o presente em que escreve seu poema. Já no título percebemos que é uma fala do particular, pois é “minha infância”, que reflete no geral. Relata-nos o processo de rejeição da mãe, deixando a menina no “pior lugar” entre as irmãs, ficando sempre em segundo lugar da irmandade.

A figura paterna na vida de Cora é marcante, mesmo o pai tendo falecido quando ela era pequena. Na segunda estrofe do poema analisado, quando a autora se reporta ao pai, a palavra “Pai” é grafada em letra maiúscula, podendo simbolizar uma divinização da figura paterna. Nessa estrofe, que remete à solidão da menina-criança, expondo “cresci filha sem pai./secundária na turma das irmãs”, a menina está sozinha na vida, e o eu-poético se caracteriza como “triste, nervosa e feia”, num processo depreciativo provocado pela ausência de carinho por parte da família. A figura do pai só consegue se tornar tão presente, pois todos diziam “ ‘_Essa menina é o retrato vivo/ do velho pai doente’ ”. Dessa forma, não há como não lembrar do pai falecido e a própria criança acaba sendo reflexo de uma espécie de morbidez.

¹⁴ Contagem feita conforme a edição da Global, de 2006. O mesmo poema foi publicado em outra edição da mesma editora, intitulada *Melhores poemas*, em que há divergência na separação das estrofes.

A voz que compara a menina ao pai não é a única que aparece no poema. Há diversas vozes que aparecem grafadas com travessão, evidenciando mais uma marca do gênero narrativo, o diálogo. Esses diálogos representam as vozes da repressão, bem como a categorização ou rotulação depreciativa de Aninha. Com diversas falas, fica evidente que essas se tornaram uma espécie de fala traumática, que condenava essa criança mais uma vez a sua solidão. Essas vozes parecem que não conseguem sair da cabeça e no caso, da lembrança do eu-poético, como se ainda a atormentassem e a condenassem a um estereótipo: ser triste e feia, com o aspecto mórbido do pai doente.

A menina também era medrosa. O eu-poético nos revela que a menina tinha medo das “estórias” e dos monstros que aparecem nos contos infantis, mostrando a fragilidade dessa criança e que ela era igual a todas as outras. A fragilidade torna-se mais evidente nos versos em que se faz menção aos membros inferiores “Tinha as pernas moles/ e os joelhos sempre machucados/ feridos, esfolados”. Nos versos seguintes há o registro das caídas e o verso “Caía à toa” aparece no poema no 12º verso, com o verbo no gerúndio “caindo”, depois no 24º e no 34º versos, com a forma no presente “caía”; a diferença desses dois últimos é a pontuação do verso, no caso do 24º o ponto final e do outro com reticências. Essa forma no poema é muito expressiva, revelando não só a fragilidade da menina, mas os “tombos” que sempre levou na vida e o que ficou desse momento triste de sua meninez. O verbo no gerúndio revela que essa circunstância era frequente. O verso em que a forma “caía a toa.” está no presente e com ponto final, mostra que era um fato presente em sua infância, e com as reticências revela que aquilo iria continuar na sua vida. A caída revela a menina rejeitada por toda a família.

O processo de rejeição e inferioridade da criança fica evidente com as vozes que aparecem quando essa menina caía. Há três situações em que novamente aparecem as vozes, dessa vez, o leitor sabe que as vozes são da “casa”, representando a família, que deveria ser a instância protetora da criança, mas, no caso de Aninha, é quem realmente a repreendia. Na primeira caída da menina, ela chora e começa a importunar a todos, a “casa” agia com autoridade e “comandava”: “Levanta, moleirona”. Na

segunda caída a menina “gritava, gemia.”, sendo que a “casa” apenas respondia “Levanta, pandorga”, evidenciando que ela era tola. Na terceira caída, a “casa” se “impacientava” e dizia “Levanta, perna-mole”. As adjetivações pejorativas ao invés de “levantar” como expressa o verbo no imperativo, derruba ainda mais aquele ser fragilizado que está no chão. Nota-se que quando a menina cai, ela tem reações, primeiro ela chora e importuna, que aparece no verso “Chorava, importunava.”, depois “Gritava, gemia” e por último “Chorava. Chamava. Reclamava”, percebe-se que a primeira reação é separada por vírgulas, a segunda também e a terceira por pontos, que num processo de gradação, na terceira vez, colocando em destaque que o sofrimento do eu-poético é maior.

O sofrimento da menina cresce quando percebemos que esse conjunto familiar não a ajuda, e a seguinte estrofe composta por dois versos fica isolada, como a menina: “É a moleirona, pandorga, perna-mole/ se levanta com seu próprio esforço.”. Sozinha, sempre sozinha, a “casa” não a ajudava, não a apoiava. Era um processo de educação em que a criança tinha que enfrentar seus problemas sozinha.

A partir desses versos, o leitor constrói a imagem da menina debilitada e feia, e essa descobrirá depois que a transformação da menina em mulher a tornará corajosa em relação à vida. Os verbos usados nas estrofes revelam os “tombos” e podem se referir tanto a 1ª pessoa como a 3ª pessoa, fazendo um jogo de aproximação e distanciamento da memória em relação à menina. Ao mesmo tempo em que o “eu” caía, pode também ser “ela”, podendo significar que ela quer se desconectar do passado sofrido em sua infância. A lembrança é tão doída para o eu-poético, está tão colada a sua lembrança, que há apenas uma referência a 1ª pessoa em “Minhas pernas moles desajudavam” (verso 30). Os verbos das estrofes 5 a 7, que são específicos da reação do eu-poético, confundem-se com as pessoas do discurso (caía/ chorava/ importunava/ gritava/gemia/chorava/chamava/reclamava), tornando o momento mais presente e ao mesmo tempo distante do eu-lírico-narrativo.

Depois de relembrar suas “caídas”, há a lembrança dos brinquedos usados nos momentos lúdicos de criança. Esses eram retirados da

vegetação, como os “coquilhos de palmeira”, a “forquilha” que servia de cavalinho, tudo reinventado pela menina, que cria seu “mundo imaginário”, fugindo, momentaneamente, da sua dura realidade.

A “casa” sempre a “cortava”, e novamente uma voz marcante aparece para evidenciar o abismo entre a menina e a família, chamando-a de “inzoneira”, ou seja, “sonsa, manhosa, enredadora”. E mais uma vez o eu-poético expressa a solidão e principalmente a exclusão, por parte da família e também pelas irmãs, que saíam e a deixavam em casa sozinha. Seguindo, a criança relata seu aprisionamento em casa, principalmente por causa da época em que ela viveu e faz uma crítica ao modo de educação do final do século XIX, que seria o tempo em que Cora foi criança. A menina queria ir à rua, que era um “mundo sugestivo de maravilhosas descobertas”. Mas, a “rua” era “proibida às meninas do meu tempo”, por causa dos “rígidos preconceitos familiares,/normas abusivas de educação/ - emparedavam.”. Esse emparedamento da menina, mostra como as meninas eram aprisionadas em casa, sem poder ver como era o mundo fora do âmbito familiar. Era um modo de protecionismo, mas que não deixava que as meninas progredissem e pensassem na sua vida. A única forma de ver o que tinha por trás das janelas, era por um “vidro quebrado”, apenas pelo pequeno buraco poderia se ver o que era o mundo. A “liberdade” era vista, dessa forma, por um “buraco na fechadura”, uma pequena fenda. Além desse aprisionamento, as crianças tinham que se calar, não podiam rir, tudo era proibido, a casa como descreve o eu-poético tinha uma “quietude sepucral”.

A casa que sempre desprezou a menina, agora a aprisiona, mas no interior daquela menina há uma “gesta”, apesar de ter que apresentar um comportamento estreito, limitado, sem exuberâncias, e a casa sempre a colocando para baixo, com palavras pejorativas. A 16ª estrofe mostra a situação da menina/mulher daquela época:

Intimidada, diminuída. Incompreendida.

Atitudes impostas, falsas, contrafeitas.

Repreensões ferinas, humilhantes.

E o medo de falar...

E a certeza de estar sempre errando...
Aprender a ficar calada.
Menina abobada, ouvindo sem responder.

Nessa estrofe há um distanciamento do eu-poético com a menina que é lembrada em sua infância, pois ela fala como uma “narradora observadora”. É como se ela apenas observasse a “menina abobada”.

O eu-poético fala sobre o fim de sua vida, o que aquela infância obscura a transformou e, dessa forma a ligação com a psicanálise de Freud. A menina tem vontade de sumir. Nessa lamentação, um verso se destaca “sem compromisso de classe, de família”, ou seja, não queria o pertencimento a uma entidade que a rejeitava. Repete novamente suas características de “triste, nervosa e feia”, e novamente uma voz atormentada, a voz solitária de um velho tio, que diz “esta filha de minha sobrinha é idiota/ melhor fora não ter nascido!”. Essa frase dói profundamente no eu-poético, que numa espécie de revolta, repete “melhor fora não ter nascido...”, agora o verso é grafado com reticências. E o eu-poético, em tom irônico, afirma “que trabalho imenso dei à casa/ para me torcer, retorcer,/medir e desmedir.” Revela a grande “indiferença” que sempre viveu, mostrando que não quis percorrer o destino traçado. Nesse momento, é reproduzida novamente as vozes ouvidas durante toda uma vida. A penúltima estrofe é reservada para o desabafo “Sem carinho de Mãe/ Sem proteção de Pai.../ - melhor fora não ter nascido.”

A última estrofe do poema é pessimista, mas ao mesmo tempo madura. Mostra o reflexo da rejeição da criança na mulher:

E nunca realizei nada na vida.
Sempre a inferioridade me tolheu.
E foi assim, sem luta, que me acomodei
na mediocridade de meu destino.

Todas as indiferenças da família, o aprisionamento, as rotulações pejorativas deixaram a menina/moça/mulher sem rumo na vida, sem saber exatamente como conduzir seu destino. A solução foi se acomodar com a “inferioridade” imposta a essa criança por todos que estavam a seu redor. A última estrofe mostra o amadurecimento do eu-poético, que conseguiu refletir sobre quem se tornou.

O poema “Menina mal-amada”¹⁵, que também pode ser denominado como lírico-narrativo, apresenta 158 versos livres e características da prosa. Publicado no livro *Vintém de Cobre*, o tema da infância se repete, em tom memorialístico, com as mesmas cenas contadas em “Minha infância”. Também poderíamos chamá-lo de lírico-biográficos, ou lírico-memorialísticos.

No poema, novamente o eu-lírico é feminino e conta sobre a frustração da mãe em relação a ela. Novamente repete sobre o seu nascimento, a doença de seu pai e de sua morte. As vozes reaparecem, evidenciando como os dizeres são inesquecíveis para essa mulher que relembra sua infância. Em “Menina mal-amada” ao invés dessa voz aparecer como discurso direto, como em “Minha infância”, aparece como discurso indireto (Retrato vivo do velho doente, diziam todos.), se distanciando da menina e ao mesmo tempo demonstrando que aquela constatação era geral. Todos pensavam daquela forma.

Novamente temos a comprovação da solidão do eu-poético na vida, sempre rejeitada: “Me achei sozinha na vida. Desamada, indesejada desde sempre.” Esse sujeito feminino conseguiu vencer “vagarosamente o desamor, a decepção” da mãe. Em todo poema mostra como era tratada por sua mãe e suas irmãs, mas que ainda tinha um pouco de carinho despendido de Mãe Didi, sua madrinha.

A rejeição não era apenas familiar. Sua “fama”, principalmente de “menina atrasada” na escola, reflete na escrita de seus primeiros escritos literários, em que ninguém acredita que sejam de autoria dela. Então, novamente torna-se a “pedrinha rejeitada” e a família nunca lhe dá nenhum estímulo. O eu-poético se revela usando o pronome “eu” que torna o verso de certa forma forte, “Eu, perna mole, pandorga, moleirona, vencendo sozinha as etapas”, como essa menina estava sempre só, que encaminha para o fechamento do limitado mundo da menina.

Nesse poema, há a passagem da infância a menina-moça, essa já pensa em casamento e seu medo é ficar “moça velha sem casar”. Nesse

¹⁵ CORALINA, Cora. *Vintém de cobre: meias confissões de Aninha*. São Paulo: Global, 2007. p. 114 – 121.

instante é revelado o apego à religiosidade de Cora, em que encontra nos santos de sua devoção um refúgio, expressado por “me apegava demais”.

Em tom irônico, o eu-lírico começa a relatar sobre a escola e o castigo que recebeu de mestre Silvina. A palmatória que recebeu na mão frágil ficou marcada, não pela dor, mas porque “mijou de medo” e foi alvo da vai impiedosa dos meninos. Novamente, a menina se sentiu “sofrida, humilhada”. Esse episódio é uma crítica ao sistema de ensino da época, pois a palmatória conseguiu fazer com que a frágil menina aprendesse a lição? Não, só mesmo que sentisse, mais uma vez em sua vida, rejeitada. A crítica é expressa nos seguintes versos “Sei que todo castigo que me davam era para meu bem./ Eu não sabia que bem seria este representado por bolos nas mãos,/ chineladas e reprimendas, sentada de castigo com a carta de ABC na mão.”

Mesmo com toda essa trajetória de sofrimento, o eu-poético é otimista com os versos “A certeza de ter vivido é vencido/ a maratona da vida.”, mas não consegue se desprender do passado e novamente começa a relatar que lhe faltou muita coisa. Chega, sobre essa falta, fazer uma antítese (Hoje, nada me falta,/ me faltando sempre o que não tive.). E faz novamente todo o percurso da frustração de sua mãe sobre a sua existência. Nesse instante conta sobre a sua fuga da realidade e de suas brincadeiras, em que ela sozinha recriava um outro mundo, passando a “viver uma vida estranha de mentiras e realidades.” A mãe tinha medo que aquelas brincadeiras fossem um “ramo de loucura” e não deixava a menina brincar no quintal.

O sentimento do eu-lírico sobre a “ridicularização” sofrida por parte de todos é revelada no verso “essa palavra me doía”. Ela sentia-se mal com as palavras que a ridicularizavam e que ela não sabia direito o significado, mas que a marcaram profundamente, pois mesmo sem saber o significado tem certeza que são para a ridicularizar.

Cora termina o poema com dois versos que revelam, de certa forma, sua aversão às palavras “saudade” e “infância”. Aversão, pelo que já sabemos, por causa de todo o sofrimento vivido nessa época.

Se Cora tivesse nascido homem seria a felicidade de sua mãe, seria o destaque entre suas irmãs e na família, como nasceu mulher foi a frustração de sua mãe. Um garoto poderia ajudar a mãe nos negócios e no cuidado com as irmãs, além de poder trabalhar, o que não poderia acontecer com a mulher naquela época. Mulher tinha que ficar presa dentro de casa. Além disso, a menina Aninha não possuía a beleza e a delicadeza exigidas pelo padrão feminino da época.

Em “Lucros e perdas”¹⁶, Cora dá um grande salto e reflete sobre a condição da menina, da moça e da mulher. A infância pobre em que tinha que usar vestido apertado, ‘pregado” e isso era humilhação para as meninas “botando seio”. No poema, revela-se que foi “menina do tempo antigo comandada por velhos”, e esses é quem mandavam, fiscalizavam e censuravam, calando as vozes da mocidade.

Segundo o eu-lírico, os velhos não deixavam as meninas serem originais, elas tinham que seguir “a rotina, o bom comportamento,/ parecer com os velhos,/ ter atitudes de ancião.” Ou seja, parecerem mortas perante a sociedade. Sendo moça, teve muitos “censores” tanto dentro como fora de sua casa, revelando a falta de liberdade e o emparedamento das moças.

No meio de tudo isso, Cora dá uma voz, como se fosse uma escritora “ ‘Perdas e danos, meus acertos./ _Lucros, meus erros’”. Esses dois versos demonstram que a moça ganhou muito mais errando, do que acertando – o acerto significa seguir os passos dos “censores” de sua vida. Nos erros, ela descobriu o melhor da vida. Esse parece, singelamente um gesto de rebeldia da poesia doce de Cora. Em palavras simples e delicadas, ela consegue demonstrar toda a sua não aceitação da imposição de uma sociedade castradora, na qual os homens mandavam e as mulheres obedeciam. Apesar de não ficar explícito, Cora consegue mostrar-se uma mulher rebelde.

CONSIDERAÇÕES

Drummond afirma que Cora “remontando à infância, não a ornamenta com flores falsas”. Percebe-se nos livros de poesia de Cora,

¹⁶ CORALINA, Cora. *Meu livro de Cordel*. São Paulo: Global, 2002. p. 98 – 100.

que ela reconta todo o sofrimento vivido durante a infância e a influência disso em sua vida, como mulher. Ainda citando Drummond, “a tristeza infantil não lhe impediu, antes lhe terá preparado a percepção solidária das dores humanas, que o seu verso consegue exprimir tão vivamente em forma antes artesanal do que acadêmica” (DRUMMOND *citado por* TAHAN, 2002, p. 37).

Cora, enfim, nos ensina poeticamente, com os percalços de menina e de moça de seu tempo, a viver, mesmo com todo o sofrimento que podemos passar durante nossas vidas.

REFERÊNCIAS

CASTELLO BRANCO, Lúcia Brandão. **A mulher escrita**. Rio de Janeiro: Casa Maria, 1989.

CASTRO, Nancy Campi de. O feminismo em questão: uma leitura de Elizabeth Wright e de Toril Moi. I: VIANNA, Lúcia Helena (coord.). **IV Seminário Nacional Mulher e Literatura**. Niterói: UFF/ABRALIC, 1991.

COELHO, Nelly Novaes. Tendências atuais da literatura feminina no Brasil. I: **Feminismo Singular**. São Paulo: GRD, 1989.

CORALINA, Cora. **Vintém de cobre**: meias confissões de Aninha. São Paulo: Global, 2007.

CORALINA, Cora. **Estórias da casa velha da ponte**. São Paulo: Global, 2006.

CORALINA, Cora. **Melhores poemas**. São Paulo: Global, 2004.

CORALINA, Cora. **Meu livro de Cordel**. São Paulo: Global, 2002.

CORALINA, Cora. **Poemas dos becos de Goiás e estórias mais**. São Paulo: Global, 2006.

DENÓFRIO, Darcy França. Cora dos goiases. I: CORALINA, C. **Melhores poemas**. São Paulo: Global, 2004.

DENÓFRIO, Darcy França. De Aninha a Cora Coralina: traços biográficos. I: CORALINA, C. **Melhores poemas**. São Paulo: Global, 2004

HOLLANDA, Heloísa Buarque. Feminismo em tempos pós-modernos. I: **Tendências e impasses**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LOBO, Luiza. **A literatura de autoria feminina na América Latina**. Disponível em: <http://filipe.tripod.com/LLobo.html>.

TAHAN, Vicência Brêtas. **Cora Coragem, Cora Poesia**. São Paulo: Global, 2002.

CAPÍTULO 6 - AS VÁRIAS FACES DA LITERATURA DE DINAH SILVEIRA DE QUEIROZ

Isabelle Maria Soares¹⁷

Taynara Leszczynski¹⁸

Em seu ensaio intitulado “Carta a um incerto amigo”, presente no livro *Eles herdarão a Terra* (2019)¹⁹, Dinah Silveira de Queiroz define sua escrita como “as mil e uma faces do autor num espelho partido”. Dessa maneira, objetivamos investigar essas múltiplas facetas da autora, a fim de conhecer e entender melhor os seus desdobramentos. Com isso, pretendemos também realizar um resgate literário, dando novamente visibilidade a essa escritora de suma importância na história da literatura brasileira, mas que acabou caindo no esquecimento.

Apesar de ter sido uma das mulheres que inaugurou a presença feminina na Academia Brasileira de Letras, Dinah Silveira de Queiroz (1911-1982), que escreveu e publicou dezenas de romances e contos em seu tempo, com algumas adaptações significativas para a televisão, foi sendo lentamente apagada do cenário literário nacional, passando despercebida tanto pela academia quanto pelo público leitor brasileiro. Contudo, aos poucos, Queiroz volta a ser lembrada no cenário contemporâneo, por meio de pesquisas e divulgação científica e de novas edições de seus livros que são publicadas. Do mesmo modo, pretendemos contribuir com esse retorno.

Além de ter cumprido um papel socio-político importante, ao ser a segunda mulher a ingressar na Academia Brasileira de Letras em

¹⁷ Doutoranda em Letras - Estudos Literários (UFPR). Bolsista CAPES/PROEX. CV: <http://lattes.cnpq.br/6604231475566070>

¹⁸ Doutoranda em Letras - Estudos Literários (UFPR). Bolsista CAPES/PROEX. CV: <http://lattes.cnpq.br/6045444396132214>

¹⁹ A primeira publicação do livro de contos *Eles herdarão a Terra* aconteceu em 1960, pela editora GRD. A edição aqui citada é um e-book organizado por Ana Rüsche e publicado pela editora Plutão em 2019.

Abril de 1981, Dinah Silveira de Queiroz se destacou por sua poética única e sua produção literária diversificada. A escritora trabalhou, à sua maneira, com diferentes gêneros literários, como a ficção científica, o fantástico e o romance histórico. Como pontua Zahidé Muzart (2013, p. 168), pesquisadora que leu todos os livros de Dinah Silveira de Queiroz, “ela sempre buscou sair da mesmice, escrever algo ainda não escrito na busca pelo diferente”.

Sua primeira publicação, em 1939, o romance *Floradas na serra*, foi adaptada para o cinema em 1954, e para a televisão, como minissérie, em 1991, na extinta Rede Manchete. Outra produção de grande destaque foi seu romance *A Muralha*, publicado em 1954, que recebeu adaptação televisiva por três vezes: em 1961, para a TV Tupi; em 1968, para a TV Excelsior; e em 2000, para a TV Globo (MUZART, 2013). Esse último, voltado para a ficção histórica, conta a história de um bandeirante, Dom Braz Olinto:

Ao longo da narrativa, Dinah Silveira de Queiroz assume uma perspectiva de contraponto entre os habitantes de São Paulo (os paulistas) e o povo do reino (Portugal), tomando o partido dos primeiros. Esse procedimento fica evidente na abordagem do conflito, ocorrido no início do século XVIII, entre os paulistas exploradores e os habitantes de outras capitâneas e mesmo da metrópole pela posse das lavras de ouro, conhecido como Guerra dos Emboabas (DUARTE, 2021, p. 235).

O enredo nos mostra a inclinação da escritora em escrever sobre a história do Brasil. Tanto é que o outro romance de grande sucesso, *Floradas na serra*, também contempla um período histórico marcante: a epidemia de tuberculose que assolou o Brasil nas primeiras décadas do século XX. Contudo, nem o romance e nem a ficção histórica foram os únicos expoentes da escrita literária de Queiroz. Como pontua Muzart (2013, p. 162), “a obra de Dinah Silveira de Queiroz percorre vários gêneros: romances, crônicas, contos, artigos e dramaturgia”. Dada essa característica, Muzart considera ser difícil destacar uma particularidade da escritora. Talvez, justamente por isso, poderíamos apontar a plurali-

dade de temas como a essência de sua literatura. Além disso, “o próprio período em que ela escreveu apresenta essa característica de variação, de diversidade” (MUZART, 2013, p. 163):

No momento em que Dinah começou a escrever, anos 30, imperava, no romance, o regionalismo [...]. Dinah Silveira de Queiroz vai escolher outro caminho e irá inclinar-se, inicialmente, em favor de sondagens psicológicas. Essa procura por outra via levou seu primeiro romance a se tornar um sucesso de público porque era uma narrativa que tratava de temas do gosto do público, contava histórias e o assunto estava na ordem do dia, como a tuberculose (MUZART, 2013, p. 163).

De acordo com Constância Lima Duarte, Dinah Silveira de Queiroz se distanciava do projeto modernista dos anos 30 pois estava dedicada em lutar pela “emancipação da mulher” (2016, p. 10 *apud* RÜSCHE, LAGO E LOUSA, 2020, p. 13). E esse envolvimento não foi expressado somente em sua produção literária, mas também “em sua postura diante da sociedade” (RÜSCHE, LAGO E LOUSA, 2020, p. 13). É importante lembrar a mulher brasileira de grande influência que foi Dinah Silveira de Queiroz haja vista que “para além da sua extensa e diversificada obra literária, teve uma longa e intensa atuação nos meios culturais de sua época” (STEFFEN, 2020, p. 14). Talvez sua maior luta foi a pela inserção das mulheres na Academia Brasileira de Letras:

Pleiteou uma cadeira na ABL por três vezes: nas duas primeiras, 1970 e 1979 não foi bem-sucedida, ainda que tivesse apoio de muitos intelectuais. Enfrentou as normas sexistas da instituição e, em 1981, um ano antes de sua morte, foi empossada.

Quatro anos depois de sua prima não-consanguínea, Rachel de Queiroz, ter sido aprovada como a primeira mulher a entrar na ABL, Dinah Silveira de Queiroz assumiu a cadeira de número 7, cujo patrono é Castro Alves. Para Nélida Piñon, segundo consta nos estudos de Michele Fanini (2009), a nomeação de Dinah se dá num contexto de reparação histórica, haja vista que o seu ingresso é muito mais expressivo do que o de Rachel, por tratar-se de uma mulher que travava suas conquistas

amplamente no campo político e ser assumidamente feminista, enquanto a segunda estava muito mais alinhada aos interesses dos homens. (RÜSCHE, LAGO E LOUSA, 2020, p. 17-18).

Apesar disso, Dinah Silveira de Queiroz acabou sendo esquecida com o passar o tempo. Esse apagamento sucedeu não apenas no meio popular, pois como a pesquisadora Ana Steffen (2018) identificou, ao investigar livros de história da literatura brasileira, quando mencionada por essas obras, Dinah não tem sido apresentada de forma significativa. Dentre os manuais que Steffen analisou, um dos únicos que dissertou sobre a escritora de forma expressiva, foi o mais recente, *História da literatura brasileira: da carta de Pero Vaz de Caminha à contemporaneidade* (2007), de Carlos Nejar. Nessa obra, Nejar oferece uma mini-biografia da escritora:

Dinah foi jornalista, radialista, crítica, cronista, contista, autora de ficção científica e romances. Tinha uma inteligência múltipla e extraordinária. Pertenceu à Academia Brasileira de Letras. Dama fidalga que acolhia os colegas de ofício no Encontro de Escritores, em Brasília, era simultaneamente trabalhadora infatigável. E de tal maneira sua ficção com ela se parecia, que, às vezes, nessas recepções em Brasília, tinha-se a impressão de que ela escapava de algumas de suas páginas, ou as páginas escapavam dela, resvalantes. (...) Dinah captura o leitor com astuciosa ciência narrativa, e suas criações mais imperiosas são as mulheres como Isabel, Mãe Cândida, Margarida, Rosália, Guida. E enfatizo – imperiosas – porque nascem de dentro para fora, porque já vêm com alma pronta, a que Dinah lhes confere (NEJAR, 2007, p. 336-337 *apud* STEFFEN, 2018, p. 8-9).

Ao analisarmos o que encontramos de produção científica acerca da obra da autora, identificamos uma diversidade de temas. Chamou a atenção, em especial, um artigo em língua inglesa, publicado em 1978, de autoria de Maria Teresa Leal de Martinez²⁰, intitulado “*Dinah*

²⁰ De acordo com informação declarada no artigo, Maria Terese Leal de Martinez, em 1978, foi professora associada de Espanhol na universidade norte-americana *Rice University*.

Silveira de Queiroz: an innovator in Brazilian Literature”. Já de início, a pesquisadora elenca algumas publicações de Queiroz, identificando suas principais características, denotando a produção heterogênea da escritora brasileira. Entre elas, destacamos o livro de contos de ficção científica *Eles herdarão a terra* (1950), a peça teatral de tema bíblico *O oitavo dia* (1956), o romance histórico *Os invasores* (1965), a tentativa de um *nouveau roman*²¹ *Verão dos Infiéis* (1969), a biografia de Jesus Cristo *Eu venho* (1975) (MARTINEZ, 1978).

Ainda, Martinez comenta acerca do romance *Margarida La Rocque* (1949), no qual o fantástico é, para a protagonista da história, “um veículo para a libertação, a fuga para um espaço e tempo - uma ilha no século XVI - criados para a habitação de seus “demônios”, sua luta com eles e sua vitória sobre eles” (MARTINEZ, 1978, p. 83, tradução nossa)²². De acordo com Muzart (2013), o fantástico maravilhoso é “tema dominante na obra de Dinah, tanto de um passado remoto, [...] como de um futuro imaginoso” (p. 163). A pesquisadora defende, no entanto, que o fantástico de Dinah se aproxima mais do maravilhoso, “tal qual a literatura medieval europeia, os seres fantásticos da ilha são aparentados com os das histórias de fadas, como a lebre, a dama verde, por exemplo” (MUZART, 2013, p. 165). De qualquer maneira, “o romance é apontado por muitos críticos como precursor do realismo fantástico” (MUZART, 2013, p. 166).

Já quando Dinah Silveira de Queiroz ousou publicar uma obra de ficção científica, ela correu riscos (MARTÍNEZ, 1978), tanto é que “[...] a Ficção Científica Brasileira sofre um apagamento constante nas memórias literárias, esse bastante democrático com relação a gênero:

²¹ De acordo com Eunice Cabral (2009), *nouveau roman* é “um termo aplicado a um conjunto de romances franceses publicados no pós guerra (depois de 1945) da autoria de Alain Robbe Grillet, Nathalie Sarraute, Michel Butor, Marguerite Duras, Claude Simon [...] e “designa o “romance em superfície” (R. Barthes) de características anti humanistas” pois “recusa em representar sentidos para o mundo, instituindo o “*nada* humano do objecto” (R. Barthes)”. Disponível em: <<https://edtl.fsh.unl.pt/encyclopedia/nouveau-roman/>> Acesso em: 19 jan. 2022.

²² “[...] a vehicle for liberation, the flight to a space and time - an island in the sixteenth century - created for habitation by her “devils,” her struggle with them and victory over them” (MARTINEZ, 1978, p. 83)

obras nem de mulheres ou homens são muito lembradas” (RÜSCHE, LAGO E LOUSA, 2020, p. 12). Nesse sentido, Queiroz apostou na escrita de Ficção Científica ciente de que poderia ser:

[...] um gênero não aceito como «literário» no meio intelectual brasileiro (exceto escritores como Huxley, Orwell e, mais recentemente, Simak, Ballard ou Stefan Wul, e estes por um público muito restrito), e que a ficção científica teve poucas raízes em um país carente do desenvolvimento técnico e científico dos países anglo-saxões, onde o gênero nasceu e faz muito sucesso. A literatura latino-americana tem se preocupado principalmente com raça ou imagem mítica, não com possíveis revoluções científicas e tecnológicas (MARTÍNEZ, 1978, p. 84, tradução nossa)²³.

De todo modo, o percurso de Queiroz pela ficção científica, embora correndo o risco de pôr em xeque uma carreira já consolidada, foi uma grande e indiscutível “abertura”, pois, a partir dele, várias portas foram abertas para outros autores embarcarem nesse gênero, visto que como a sua escrita já era reconhecida como detentora de uma qualidade significativa, a autora, de certa forma, legitimou esse gênero, que ainda era bastante novo para o cenário brasileiro da época. Ademais:

Dinah Silveira de Queiroz relacionava-se com quem a lia de um jeito diferente, de forma mais direta, buscando proximidade. Ao veicular sua obra em mídias massivas, como jornais e crônicas na rádio, utilizava seu nome civil. Outras pessoas, para poupar a face social, utilizavam-se de pseudônimo, pois a exposição em colunas sobre temas domésticos seria considerada pouco recomendável para a carreira – por exemplo, Clarice Lispector assinava como Helen Palmer quando contribuía ao Correio Feminino, coluna do Correio

²³ [...] that it was a genre not accepted as “literary” in intellectual Brazilian circles (except for such writers as Huxley, Orwell, and more recently Simak, Ballard, or Stefan Wul, and these by a very restricted public), and that science fiction had few roots in a country lacking the scientific and technical development of the Anglo-Saxon countries, where the genre was born and is very successful. Latin American literature has primarily been concerned with race or mythic image, not with possible scientific and technological revolutions (MARTÍNEZ, 1978, p. 84).

da Manhã em 1959 (THOMÉ, 2015 *apud* RÜSCHE, LAGO E LOUSA, 2020, p. 7-8).

A lista de contos e romances de Dinah Silveira de Queiroz é imensa. Apesar disso, a crônica foi o gênero em que a autora mais produziu:

[...] ao todo, mais de 11 mil textos ao longo da vida, interrompidos apenas três dias antes da sua morte, em 27 de novembro de 1982 (ALVES, 1989). Suas crônicas foram veiculadas durante quase quatro décadas consecutivas em diversos jornais do País e também vocalizadas em programas de rádio. Tais fatos, por si só, já tornariam a sua história indissociável dos veículos de comunicação. No entanto, sua atuação enquanto ficcionista e intelectual também estiveram, por outras maneiras e motivos, entrelaçadas com as páginas da imprensa (STEFFEN, 2020, p. 14).

Percebemos, portanto, que as produções de Dinah Silveira de Queiroz se aproximavam do gosto popular de sua época, e talvez isso justifique o apagamento da escritora no meio canônico e acadêmico. Além de sua inclinação para gêneros literários “das massas”, como o romance histórico, a ficção científica, a fantasia e a crônica, “a autora esteve presente na rádio e no jornal, abrindo diálogo com mulheres da mais variada ordem, donas-de-casa e/ou trabalhadoras, por meio de dicas de beleza, receitas culinárias, entre outros feitos” (RÜSCHE, LAGO E LOUSA, 2020, p. 17). Tendo isso em vista, Queiroz conseguia se relacionar com seus leitores diretamente, pois buscava essa proximidade.

Uma das principais características da escrita de Dinah Silveira de Queiroz é a presença feminina em suas histórias. Ao lermos um de seus livros de contos de ficção científica, *Comba Malina* (1969), por exemplo, vemos que em cada história, sem exceção, há pelo menos uma personagem mulher com função significativa para o desenrolar do enredo. Em seu romance *A Muralha*, Queiroz atribui as suas personagens mulheres o prestígio de construtoras de país (MARTÍNEZ, 1978). De modo geral, a obra de Dinah Silveira de Queiroz “consegue revelar, por meio das mulheres, sistemas de família, honra, religiosidade, costumes, instituições

cuidadosamente observadas e sutilmente transmitidas” (MARTÍNEZ, 1978, p. 87, tradução nossa)²⁴.

Em suma, as personagens femininas de Dinah Silveira de Queiroz são ativas em suas histórias, conduzindo a trama, haja vista que são mulheres “fortes, lutadoras e, na maioria, pecadoras” (MUZART, 2013, p. 167). Apesar de considerar o romance histórico um expoente dominante na obra de Dinah, a pesquisadora Muzart observa que a escrita de Dinah não segue uma forma uniforme, haja vista que a autora permeia outros modos de escrita, como o fantástico, o introspectivo e o romance de personagem. É mesmo que as personagens mulheres sempre são dotadas de protagonismo, Dinah nos oferece “uma linha que permite a personagens masculinas aparecerem com seus dramas e problemas” (MUZART, 2013, p. 168).

Para além dos gêneros já citados, descobrimos recentemente que Dinah Silveira de Queiroz se envolveu também com a literatura policial. Em 1948, Queiroz foi convidada para escrever um capítulo de uma história policial escrita em conjunto para um folheto. Cada um dos dez capítulos de *O homem das três cicatrizes* foi escrito por um autor diferente, a partir da seguinte ordem: Fernando Sabino, Herberto Sales, Adonias Filho, Josué Montello, Dinah Silveira de Queiroz, Marques rebelo, Lêdo Ivo, Rosário Fusco, Newton de Freitas e José Condé.

Assim, a narrativa foi publicada em dez partes no suplemento *Letras & Artes* do jornal *A Manhã*, no decorrer do ano de 1948, na seção “Arquivos Implacáveis”, coordenada por João Condé. É interessante mencionar que a dinâmica dessa escrita coletiva era um pouco diferente, pois o autor de um capítulo convidaria o do próximo. Dessa maneira, Dinah Silveira de Queiroz foi convidada pelo escritor Josue Montello a escrever o quinto capítulo dessa história e, posteriormente, convidou Marques Rebelo.

²⁴ “[...] succeeds in revealing, through the women, systems of family, honor, religiosity, custom, carefully observed and subtly transmitted institutions” (MARTÍNEZ, 1978, p. 87).

Um tema muito presente na obra de Dinah é a questão da loucura, que aparece também aqui, em sua face policialesca. Na parte da trama escrita pela autora ela direciona a possível explicação do mistério para uma perturbação mental de um dos personagens. Esse tema aparece de forma semelhante em outras ficções da escritora, como nos contos de ficção científica “Comba Malina” e “Céu Anterior”, nos quais Dinah deixa pistas que induzem os leitores a uma segunda interpretação para esses contos: o insólito científico que aparece no conto pode ser apenas uma criação mental, uma “loucura”, dos personagens.

Outra recorrência na escrita de Queiroz no universo policial é o protagonismo feminino, já apontado em suas outras faces. É por meio do capítulo de Dinah que pela primeira vez a novela se direciona a uma mulher: Ludmila. Nele, Dinah constrói uma personagem que aparenta ser poderosa. Inclusive, exercendo domínio sobre os homens. Ou seja, há uma inversão de papéis, pois, tradicionalmente, a mulher é que representava “o corpo dominado”.

Vemos isso, especialmente, na literatura policial, ao observarmos os três papéis fundamentais das narrativas de detetive: vítima, criminoso e investigador. Dificilmente a mulher exercia o papel de criminoso, seja pela sua força física ser considerada inferior, ou seja, pela descrença de sua intelectualidade. Não obstante, vemos que os detetives literários mais importantes são homens, como Auguste Dupin, de Poe e Sherlock Holmes de Conan Doyle. Por outro lado, a esmagadora maioria das vítimas eram mulheres. Logo, quando a autora insere uma personagem feminina em uma posição que representa força, ela questiona diretamente a construção clássica do gênero.

Mas a participação de Dinah Silveira de Queiroz e as suas contestações no gênero policial não acabavam por aí. Quase 30 anos depois, em 1975, João Condé organiza o livro *O Mistério dos MMM*, seguindo a mesma metodologia da história citada anteriormente. Nesse romance policial, Dinah Silveira de Queiroz fica responsável por escrever o segundo capítulo. Percebemos que como uma das duas únicas escritoras mulheres que compõem essa obra (a outra é Rachel de Queiroz), Dinah

se preocupou, novamente, em introduzir uma personagem mulher com características fortes com o fim de torná-la uma personagem fundamental para o desenrolar da história: Peleguinha, uma presidiária.

No decorrer do capítulo de Dinah, com a ênfase dada pela autora à Peleguinha, podemos ver que ela tentou construí-la tal qual a figura do detetive, claro que de forma mais moderna, mas com o intuito de torná-la essencial para a história. Entretanto, isso acaba não ocorrendo, uma vez que a personagem é assassinada em um dos capítulos a seguir, escrito por outro escritor. Além disso, é indispensável observar que a autora critica diretamente a polícia e o modo como conduzem as suas investigações a partir de sua escrita. Ela evidencia que os policiais só trabalham, de fato, quando há uma pressão popular, sobretudo, causada pela imprensa. Nesse sentido, em seu texto também vemos como a opinião pública era formada e manipulada pelo jornal.

Desse modo, podemos considerar que, mesmo esquecida, Dinah Silveira de Queiroz contribuiu significativamente para a “brasileirização” de alguns gêneros que, em sua época, eram produzidos pela cultura anglófona e apreciados mundo a fora, como a ficção científica e a literatura fantástica. Podemos incluir ainda, a literatura policial, haja vista que encontramos registro de duas pequenas, mas relevantes, contribuições de Queiroz nela. Nesse sentido, este capítulo buscou resgatar para a memória brasileira as ricas contribuições dessa escritora.

REFERÊNCIAS

CABRAL, Eunice. Nouveau Roman. **E-Dicionários de Termos Literários de Carlos Ceia**, 2009. Disponível em: <<https://edtl.fcsh.unl.pt/encyclopedia/nouveau-roman/>> Acesso em: 19 jan. 2022.

DUARTE, André Luís Bertelli. *A Muralba*: (ainda) os bandeirantes e a identidade nacional na “festa” dos 500 anos. **Revista Brasileira de História da Mídia**, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 232-249, jan./jul., 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.26664/issn.2238-5126.101202110500>> Acesso em: 30 jan. 2022.

MARTÍNEZ, Maria Teresa Leal de. Dinah Silveira De Queiroz: An Innovator in Brazilian Literature. **Rice Institute Pamphlet** - Rice University Studies, 64, n. 1, 1978. Disponível em: <<https://hdl.handle.net/1911/63310>> Acesso em: 19 jan. 2022.

MUZART, Zahidé Lupinacci. Lembrando Dinah Silveira de Queiroz. **Navegações**, Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 162-169, jul./dez., 2013. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/navegacoes/article/view/16790>> Acesso em: 18 jan. 2022.

QUEIROZ, Dinah Silveira. **Eles herdarão a Terra**. Editora Plutão, 2019.

RÜSCHE, Ana; LAGO E LOUSA, Pilar. Na máquina do tempo de papel: *Comba Malina* e a importância da ficção científica de Dinah Silveira de Queiroz. **Abusões**, n. 11, v. 11, ano 06, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.12957/abusoes.2020.46421>> Acesso em: 26 jan. 2022.

STEFFEN, Ana Cristina. Dinah Silveira de Queiroz: presença nas histórias da literatura brasileira. **MEMENTO** - Revista de Linguagem, Cultura e Discurso, v. 9, n. 1, jan./jul., 2018. Disponível em: <<http://periodicos.unincor.br/index.php/memento/article/view/4500>> Acesso em: 29 jan. 2022.

STEFFEN, Ana Cristina. Dinah Silveira de Queiroz: uma trajetória pelas páginas da imprensa. **Letras em Revista**, Teresina, v. 11, n. 1, jun./dez., 2020. Disponível em: <<https://ojs.uespi.br/index.php/ler/article/view/348>> Acesso em: 24 jan. 2022.

CAPÍTULO 7 - PROCURA-SE LOBO: LITERATURA INFANTO-JUVENIL DE ANA MARIA MACHADO COMO ELEMENTO DIDÁTICO NO DESENVOLVIMENTO DE HABILIDADES LINGUÍSTICAS

Karime Massignan Grassi Vieira²⁵

INTRODUÇÃO

Ana Maria Machado, escritora brasileira nascida em Santa Teresa, Rio de Janeiro, em 24 de dezembro de 1941, formada em Letras Neolatinas, tendo lecionado em Paris, na Sorbonne e na Universidade de Berkeley, Califórnia e em importantes universidades brasileiras como Universidade Federal do Rio de Janeiro e PUCRJ, contribui com sua produção literária para o estudo e análise de representação sociocultural da mulher do Brasil.

Autora de mais de uma centena de livros dedicados ao público infanto-juvenil, com publicações inclusive em línguas estrangeiras como inglês e espanhol, além de bibliografia para o público adulto, entre romances, ensaios, poesias. Ocupa a Cadeira n°1 da Academia Brasileira de Letras (ABL) desde sua eleição em abril de 2003. Reconhecida por sua produção literária desde a década de 1970 como ao receber o prêmio João de Barro pelo livro “História Meio ao Contrário” (MACHADO, 1979), posteriormente três prêmios Jabuti e vários outros no país e no exterior, conforme referências do *site* da ABL, exerce intensa atividade na promoção do desenvolvimento de habilidades linguísticas de seu público de alunos e leitores.

Em meio a variados assuntos e temas, nos volumes produzidos pela autora há aventuras, brincadeiras e fantasia, animais, história da escravidão. Os enredos de sua autoria familiarizam-se com represen-

²⁵ Doutora em Gestão Urbana (PUC-PR). Arquiteta e Urbanista (PUC-PR). Pedagoga em formação (FCE). CV: <http://lattes.cnpq.br/1055895695056367>

tações do imaginário infanto-juvenil, sendo o livro “Procura-se Lobo” (MACHADO, 2005) – com diversas edições subsequentes, contemplado com o prêmio Ofélia Fontes, *hors concours* de melhor livro do ano para crianças pela Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil - FNLIJ em 2005. No mesmo ano, contando com ilustrações de Laurent Cardon, a obra recebeu a premiação de livro Altamente Recomendável na categoria Criança da FNLIJ, ano de sua primeira edição pela Ática. São diversos os prêmios recebidos por Machado, em variadas categorias, no entanto, dentre os pressupostos de ensino de língua materna nas séries iniciais para desenvolvimento da capacidade de leitura e escrita, identifica-se rico mecanismo e estratégias no conjunto organizado de elementos de Procura-se Lobo.

O título selecionado como acompanhamento de análise do presente capítulo traz como tema a interação discursiva nos eixos Análise Linguística/Semiótica, Leitura/Escuta, Produção de Textos e Oralidade, como progressiva incorporação de estratégias de produção de textos de gêneros textuais, neste caso a ficção. Estes eixos são adequados para a ampliação de conhecimentos nos contextos de letramento da Língua Portuguesa no Ensino Fundamental – anos iniciais, em meio as práticas de linguagens e desenvolvimento de habilidades, segundo diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018, p. 91). Embora a obra em questão tenha público específico, sua leitura pode interessar pessoas de diversas idades, tanto pela narrativa quanto por ilustrações e diagramação.

A partir da análise da obra de literatura infanto-juvenil “Procura-se Lobo”, cuja autora representa a mulher do Brasil por sua contribuição sociocultural, define-se o objetivo deste trabalho como a realização de reflexão teórica acerca das concepções de linguagem, demonstrando as variações dos suportes de leitura a ela atreladas, considerando o livro como ferramenta didática no ensino da língua materna.

Para tanto, pautamo-nos na perspectiva teórica de Bakhtin (2003), além de teóricos e pesquisadores brasileiros, como Menegassi (2005), Rojo

e Almeida (2012) e informações fornecidas a partir da Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018), dentre outras referências.

PROCURA-SE LOBO: REPRESENTAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DE HABILIDADES LINGUÍSTICAS

O livro tem sido ferramenta essencial na materialização da aprendizagem do aluno, ao despertar seu interesse pelo aprendizado a partir de tentativas e práticas de leitura, estimulando a imaginação, criatividade e estimulação da linguagem oral e escrita.

Segundo premissas da Base Nacional Comum Curricular – BNCC para o Ensino Fundamental, há que se “valorizar as situações lúdicas de aprendizagem” (BNCC, 2018, p. 58), sendo o livro uma das ferramentas de apoio possíveis para suprir necessidades de articulação com as experiências vivenciadas na Educação Infantil. Tal articulação, possível de ser complementada por vivências a partir de bibliografias apropriadas à cada etapa, pode participar dos processos de ensino-aprendizagem a partir do desenvolvimento progressivo, ao proporcionar diversidades de experiências aos alunos. Considera-se que o livro apresenta “novas formas de relação com o mundo, novas possibilidades de ler e formular hipóteses sobre os fenômenos, de testá-las, de refutá-las, de elaborar conclusões, em uma atitude ativa na construção de conhecimentos” (BNCC, 2018, p. 58).

No período da infância as crianças vivem mudanças importantes em seu processo de desenvolvimento, as quais repercutem em suas relações consigo mesmas e com o mundo ao qual pertencem. Nesta hipótese, referências de categorias para faixa etária e gênero de livros contribuem para o alcance da Competência 4 da BNCC (BRASIL, 2018), na área de Linguagens e suas Tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, auxiliando na alfabetização, utilizando-se da comunicação de ideias a partir de frases e letras em tamanhos mais indicados para as faixas etárias, da mesma forma que os gêneros. São habilidades essenciais descritas na Competência 4 da BNCC para a educação básica:

Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo. (BRASIL, 2018, p. 9).

Segundo orientações previstas, a apropriação de saberes advém das diversidades vistas pelo aprendiz, capacitando-o a interpretar, compreender e utilizar informações no exercício de sua cidadania e projeto de vida. Para que isso aconteça, valoriza-se a diversidade de saberes e vivências culturais, desenvolvendo competências para que seja um ente colaborativo, participativo, conhecedor dos diversos gêneros linguísticos.

De acordo com Bakhtin (2003, p. 262), os gêneros são “tipos relativamente estáveis de enunciados”, ou seja, formas de textos criados pela sociedade, que funcionam como mediadores entre o emissor e o destinatário. O autor salienta a existência da heterogeneidade dos gêneros, tanto no discurso oral quanto escrito,

“nos quais devemos incluir as breves réplicas do diálogo cotidiano (...), o relato do dia-a-dia, a carta (em todas as suas diversas formas), o comando militar lacônico padronizado, a ordem desdobrada e detalhada, o repertório bastante vário (padronizado na maioria dos casos) dos documentos oficiais e o diversificado universo das manifestações publicísticas (...) as variadas formas das manifestações científicas e todos os gêneros literários (do provérbio ao romance de muitos volumes) (BAKHTIN, 2003, p. 262).

E desta mistura de gêneros que pode compor um texto define-se um lugar propício de interação, uma vez que a partir dele, professor e aluno podem interagir, trocando informações. Logo, o significado do texto não está nem nele próprio nem na mente do leitor (Menegassi; Angelo, 2005), mas é constituído da interação entre eles.

O ouvinte que recebe e compreende a significação de um discurso adota para com este discurso uma atitude responsiva ativa: ele concorda ou discorda, completa, adapta (...). A compreensão de uma fala de um enunciado

é sempre acompanhada de uma atitude responsiva ativa (BAKHTIN, 2003, p. 271).

A atitude ativa, responsiva do leitor ou ouvinte caracteriza campo amplo de aprendizado, a partir das interações entre o sujeito da aprendizagem e objeto do conhecimento. Esta visão advém das novas práticas alfabetizadoras que foram desenvolvidas sobretudo a partir da década de 1980, quando perspectivas e práxis sobre aprendizagem humana passaram a ser repensadas por contribuições trazidas da área da psicologia. Estudos de teóricos da psicologia como Piaget e Vygotsky, guardadas suas diferenças teóricas, demonstraram que é na interação com objetos de conhecimento que os indivíduos constroem o saber. Nesse processo, tem sido considerado que o meio no qual o indivíduo está inserido desempenha papel fundamental. Deste modo, quando o meio permite ao indivíduo a execução de atividades, por exemplo as de leitura, e além disso sejam incluídas referências com as quais o aprendiz tenha familiaridade, como elementos de representação reconhecíveis - a geografia humana local, geografia física, tal meio estará fornecendo elementos com os quais e sobre os quais o indivíduo irá interagir e construir novos conhecimentos.

Nesta interação o sujeito vai paulatinamente atribuindo significado aos objetos, compreendendo sobre características, aprendendo a fazer relações, derivando na construção de habilidades linguísticas. Frisando que, segundo Kaufman (KAUFMAN et al., 1998, p. 17-18), “o aprendizado é um modo particular de construção de conhecimentos em uma situação em que há uma intervenção intencional externa” e que as teorias denominadas interacionistas provocaram reflexões sobre os modos de ensinar utilizados até então, cujo papel do aluno era principalmente de receptor passivo dos conteúdos escolares, muitas vezes desprovidos de referências.

BRASILIDADES NAS REFERÊNCIAS DE PROCURA-SE LOBO

A produção literária de Ana Maria Machado para o público infanto-juvenil oferta variedades de gêneros textuais, construindo enredos e personagens que contemplam, tanto o contexto sociocultural do

Brasil, quanto a universalidade na referenciação, ao trazer conjuntamente para a narrativa, personagens que, ao menos em parte, são previamente conhecidos do universo escolar ou familiar da maioria dos aprendizes.

Questões relacionadas à universalidade podem ser observadas em diversas páginas do livro em questão, por exemplo, na inclusão de referências em “Procura-se Lobo” (MACHADO, 2005) do lobo de “Chapeuzinho Vermelho”, de “Os Três Porquinhos”, de “Pedro e o Lobo”, do “Lobisomem”, o lobo do escritor francês Jean de La Fontaine (1621-1695) em “O Lobo e o Cordeiro”, recontado em outras fontes literárias por autores como os brasileiros Monteiro Lobato e Ruth Rocha, dentre outros escritores e oportunidades de abordagem de personagens que remetem ao animal lobo.

Por outro lado, o contexto da nacionalidade brasileira pode ser reconhecido em parte do diálogo da página 32 (MACHADO, 2005): “Não tenho muita chance com eles, será que não tem um lugarzinho para mim numa das escolas de samba da sua terra?” e, ainda, em outra passagem, “Até no Brasil tem o lobo guará” (MACHADO, 2005, p. 38).

Da atividade de leitura acontece então a co-produção de sentidos, segundo Dell’Isola (1996), fundamentada na perspectiva sócio-discursiva, ou seja, aquela que considera autor e leitor como partes constitutivas da comunicação verbal, necessários à compreensão de um texto. Por parte do leitor é necessária uma parte preparatória para a concepção e interpretação do discurso e suas formas, em atitude responsiva ativa do leitor. É o que os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs concebem como sendo a promoção da leitura fundamentada na concepção dialógica de linguagem, possibilitando o desenvolvimento e o crescimento do leitor competente que é. Este leitor competente, segundo os PCN’s, entende-se como:

Alguém que compreende o que lê; que possa aprender também o que não está escrito, identificando elementos implícitos; que estabeleça relações entre o texto que lê e outros textos já lidos; que saiba que vários sentidos podem ser atribuídos a um texto; que consiga justificar e

validar a sua leitura a partir da localização de elementos discursivos (BRASIL, 1998, p. 54).

Para Bakhtin e Volóchinov (1992), a língua se constitui em um processo ininterrupto, realizado através da interação verbal, social, entre interlocutores, não sendo um sistema estável de formas normativamente idênticas. Visto desta forma, oportunizado o treinamento prévio do aluno leitor dentro do conjunto de regras gramaticais, há subsídios para que o mesmo seja capaz de realizar a leitura em formatos não coincidentes, como o que se precisa ler fora dos portões da escola” (FUZA *et al*, 2011, p. 480).

A partir da não estabilidade das formas normativas de escrita do livro Procura-se Lobo, não idênticas aos estudos tradicionais de gramática normativa, ampliam-se as possibilidades de treinamento e desenvolvimento de capacidades do leitor na produção de sentido. Assim, por exemplo, ao realizar a leitura de partes do texto formatadas para o conteúdo de cartas, é possível identificar diferentes formas de escrita, podendo ser datilográfica ou manuscrita, em letra cursiva ou de fôrma, letras de caixa alta ou baixa, em linguagem formal ou informal, partindo para a diferenciação de regramentos da escrita própria de envelopes, anúncios de jornal, dentre outras.

Além da forma peculiar de escrita, o enredo explora competências interdisciplinares como as geográficas, quando referenciadas características de fauna (lobo guará), cultura (escola de samba), transcontinentais, tais como a citação da cidade de Roma, na Itália - ao referir-se à fábula da “Loba Romana” em que dentre os personagens principais incluem-se Rômulo e Remo, e ainda a geografia climática na citação sobre o clima da Rússia. Observe-se: “Vivo no meio da neve e fiquei muito interessado nessa oferta de emprego, porque ando mesmo desejando mudar de ares, ir para um clima melhor do que este daqui da Rússia” (MACHADO, 2005, p. 32).

Relacionado à geografia, observa-se que, na sequência do diálogo supracitado, um dos pretendidos lobos candidatos à vaga de emprego anunciada no jornal dirige-se ao narrador Manuel Lobo: “Sei que faz calor aí no seu país, tem muito sol e não está cheio de caçadores correndo atrás

da gente” (MACHADO, 2005, p. 32). Os pressupostos da autora são de que o leitor terá capacidade cognitiva suficiente para perceber de que a escrita do livro se trata de uma narrativa ficcional, atribuindo características humanoides à personagens de ficção, que interagem com um ser humano real – Manuel Lobo, trocando mensagens escritas em cartas ou jornais, fornecendo informações sobre os países cujos interlocutores estão a se referir – se Brasil, Rússia, Itália. Há ainda a necessidade de interpretação dos diálogos para identificação do personagem, se este poderia ser um ser humano real ou personagens de ficção.

Nas passagens do texto em que há trocas de mensagens entre o personagem humano Manuel Lobo e os candidatos interessados na vaga de emprego para lobo, a autora faz referências a elementos particulares, oferecendo subsídios ao leitor para que identifique qual seria a fábula de referência. No exemplo da página 32 trata-se da fábula de “Pedro e o lobo”, conto musical do maestro e compositor ucraniano Sergei Prokofiev (1891-1953), segundo dados da escritora. O interlocutor e candidato à vaga avisa que está na Rússia e descreve o clima local. Fornece nomes peculiares à cultura moscovita, ao exemplo de Sacha e Ivan, ao que poderia se cogitar a hipótese de que o nome Manuel seja derivativo de Portugal, do qual o Brasil foi colônia.

Neste ponto da estória, além de informações sobre a geografia física da Rússia, a do Brasil também é citada, de maneira implícita, conforme mencionado anteriormente. Sabe-se que se trata do clima brasileiro devido ao fato de que, em geral, suas temperaturas são elevadas em boa parte do ano, predominando o clima tropical e equatorial, em geral, quentes.

Incorporado à cultura europeia, o retrato de São Francisco de Assis visto em ilustração da página 35, remete aos vitrais típicos da arquitetura medieval. Elemento construtivo trazido da Europa pelos colonizadores, os vitrais estão presentes na arquitetura brasileira contemporânea, principalmente em igrejas. Comparativamente à sua popularidade, outro elemento da arquitetura, este, porém, ainda mais comum no Brasil, é o tijolo cerâmico, visto em ilustração da Figura 1. A referência ao uso deste material de construção que se popularizou no país, embora não

seja de uso exclusivo deste mercado, e que tem sido utilizado para alvenaria em substituição à taipa de pilão e tijolos de abobe, reforça dados recentes da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio (PNAD Contínua), coordenada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019), revelando que a alvenaria está presente em 88,2% das construções brasileiras.

Figura 1: Elementos socioculturais reconhecíveis no território brasileiro



Fonte: MACHADO, 2005, p. 13 e 35.

A PNAD Contínua investigou características de aproximadamente 168 mil domicílios que participaram da amostra da pesquisa, revelando materiais usados para construir paredes externas, como alvenaria com ou sem revestimento, madeira apropriada para construção, e outros materiais como madeira aproveitada de embalagens, tapumes ou andaimes,

dentre outros, apresentando variações percentuais por região. São dados informativos que despertam curiosidade a partir da imersão na cultura escrita, “partindo do que as crianças conhecem” (BNCC, 2018, p. 44), aprendendo com diferenças e diversidade.

O LOBO DE ANA MARIA MACHADO COMO ELEMENTO DIDÁTICO PARA LEITORES APRENDIZES

Sob a perspectiva de proporcionar experiências que contribuam para a ampliação dos letramentos, avanços na oralidade e escrita, conforme proposta de ensino da Língua Portuguesa da BNCC (2018), a utilização de componentes curriculares de apoio ao aprendiz, como práticas de leitura, são capazes de fomentar nos educandos maior criticidade, além de fornecer informações complementares. Vistos sob o prisma dos conteúdos interdisciplinares presentes nos diálogos de Machado (2005), onde geografia e história são abordados de maneira a integrarem-se no conteúdo próprio da língua portuguesa - no caso a atividade de leitura de livros de literatura, estes conteúdos aliam-se com o objetivo de alfabetização e letramento em um compilado de formatos de escrita. Além da integração de conteúdos interdisciplinares citados, ampliando as formas de expressão dentro da Língua Portuguesa são oferecidos pelo livro em questão diferentes formatos de escrita, como a tipicidade da escrita de cartas, dos anúncios de jornais, em linguagem e formatos reconhecíveis pelo leitor.

O uso desta técnica apoia-se no conceito de multiletramentos, o qual, de acordo com Rojo e Almeida (2012, p. 13), entende-se como:

O conceito de multiletramentos aponta para dois tipos específicos e importantes de multiplicidade presentes em nossas sociedades, principalmente as urbanas, na contemporaneidade: a multiplicidade cultural das populações e a multiplicidade semiótica de constituições dos textos por meio dos quais ela se informa e se comunica.

A multiplicidade cultural está presente na maior parte das populações do mundo e, na intenção de que o aprendiz da leitura possa se informar para posteriormente utilizar em prol da eficiência comunicacional, lança-se mão de recursos semióticos na constituição de textos infanto-juvenis. Estes recursos motivacionais despertam maior interesse do leitor e são elementos de complementação informacional.

No caso de “Procura-se Lobo”, a ampliação do conceito de letramento ocorre pela oferta de uma multiplicidade de formas de expressão baseada na presença de textos multissemióticos, ou multimodais, que são textos com muitos elementos como imagens, desenhos, ícones, trazendo exemplos de formatos impressos, em suportes variados. Típico de livros infanto-juvenis, o formato multimodal presente no objeto deste estudo traz anúncios, currículo, cartas, onde as configurações do texto são variadas. Assim, à exemplo da Quando a referência é feita ao personagem fictício Mogli (MACHADO, 2005, p. 28), um menino criado por uma pantera na selva, o suporte da carta é um papel rústico, lembrando papiro, como referência ao material possível de existir em tal ambiente.

No processo de construção da língua escrita, há pesquisas que mostram ser preciso aprender a diferenciar grafismos de letras/grafemas. Para se dominar uma língua específica, é necessário desenvolver a capacidade de reconhecimento dos símbolos de representação gráfica, e, para exemplificar, remete-se à passagem do livro em que Rômulo e Remo (p. 30) são citados. Provenientes da mitologia romana, o recurso semiótico utilizado como suporte de escrita é a pedra, e as letras, em impressão de baixo relevo, remetem à escrita primitiva da Idade Antiga, lembrando a escrita cuneiforme. O leitor deve aprender a reconhecer as letras representadas por diversas fontes, seja Arial, Times New Roman, Freestyle Script, bem como as letras que formam palavras em um papel de caderno com escrita à mão, como se vê na página 24 do livro em questão, preparando-o para a ocorrência de multiletramentos.

Para que a compreensão do texto infantil (principalmente) se faça possível, são explorados por autores e ilustradores não só os recursos de fala ou escrita, mas também os recursos gráficos, em multimodalidade.

Da mescla de multimodalidades, recursos multissemióticos e interdisciplinaridade, resulta o trabalho de Ana Maria Machado como escritora do livro em análise e Laurent Cardon, seu ilustrador. É possível reconhecer nele a existência de determinadas interações alinhadas às determinações da BNCC para eixos estruturantes da educação infantil, como explorar, expressar, conhecer, dentre outros, que são verbos de ação.

Ainda nesta perspectiva, o livro vai ao encontro do entendimento de Geraldi (1985, p. 43), para o qual a linguagem propicia um lugar de interação humana, “constituída como um instrumento de ação do falante sobre o ouvinte”, criando a possibilidade de que este ouvinte tenha sua atenção despertada tanto para a fruidez do momento, quanto para a continuidade da pesquisa em outras fontes de conhecimento. Caso tenha conhecimento prévio, o leitor pode reconhecer na narrativa fatos relacionados aos “Três porquinhos” dos irmãos Grimm, e, no entanto, desconhecer elementos da fábula “O lobo e o cordeiro” e ainda assim interagir com o falante. Quanto aos elementos ignorados, a narrativa poderá conduzir o leitor a dar vazão ao impulso de consultá-lo em outra oportunidade. “Estudar a língua é, então, tentar detectar os compromissos que se criam através da fala” (GERALDI, 1985, p. 43), criando condições para outras narrativas a serem preenchidas em situações vindouras

Nessa lógica, a leitura de “Procura-se Lobo” - de Ana Maria Machado, representa exemplo prático-educativo de material pautado na busca por situações e experiências que fomentam o uso da linguagem, em meio a outros trabalhos produzidos por esta prolífica autora brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em meio à diversidade de métodos de alfabetização adotados por educadores, há estudos realizados por pesquisadores como Emília Ferreiro e Ana Teberosky (FERREIRO; TEBEROSKY, 1999) mostrando que o processo de alfabetização tem início antes mesmo de os indivíduos chegarem à escola. Considerando-se que estejam inseridas em sociedades que se expressem por meio de leitura e escrita, as crianças interagem, diariamente, com diferentes materiais escritos, tais como rótulos, matérias

de jornais e revistas, bulas de medicamentos, instruções de brinquedos, receitas, cardápios, panfletos publicitários, legendas, entre outros, sendo que, nessa interação, começam a construir conhecimentos sobre a escrita.

Diante do objetivo de analisar meios de expressão em materiais escritos por mulheres brasileiras, representantes socioculturais, contribuintes para a construção da identidade da literatura nacional, realizou-se a análise da obra de literatura infanto-juvenil de Ana Maria Machado. A contribuição da análise realiza-se por meio da apresentação e reflexão teórica acerca das concepções de linguagem presentes em “Procura-se Lobo” (MACHADO, 2005), no contexto linguístico da literatura infanto-juvenil como manifestação cultural.

Os resultados da pesquisa demonstram as variações dos suportes de leitura a ela atreladas, considerando este livro e análise como ferramentas didáticas no desenvolvimento de habilidades linguísticas e ensino da Língua Portuguesa, reconhecendo sua expressiva contribuição sociocultural.

REFERÊNCIAS

- ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS - ABL. **Ana Maria Machado – Bibliografia**. Disponível em: <https://www.academia.org.br/academicos/ana-maria-machado/biografia>. Acesso em: 17 jan. 2022.
- BAKHTIN, Mikhail; VOLÓCHINOV, Valentin. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 1992.
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa**. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, 1998.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf. Acesso em: 26 jan. 2022.
- FERREIRO, Emília; TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986.
- FUNDAÇÃO NACIONAL DO LIVRO INFANTIL E JUVENIL – FNLIJ. **Prêmio FNLIJ – 40 anos**. Disponível em: file:///D:/User/Downloads/Brochura_40AnosPremioFNLIJ_Web.pdf. Acesso em: 17 jan. 2022.

FUZA, Ângela; OHUSCHI, Márcia; MENEGASSI, Renilson. **Concepções de linguagem e o ensino da leitura em língua materna.** *Linguagem & Ensino*, v. 14, n. 2, p. 479-501, jul./dez. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/rle/article/view/15401/9588>. Acesso em: 21 jan. 2022.

GERALDI, João Wanderley (org.). **O texto na sala de aula: leitura e produção.** 2. ed. Cascavel: ASSOESTE, 1985.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Características gerais dos domicílios e dos moradores 2018.** Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101654_informativo.pdf. Acesso em: 27 jan. 2022.

KAUFMAN, Ana Maria, *et al.* **Alfabetização de crianças: construção e intercâmbio.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

MACHADO, Ana Maria. **História Meio ao Contrário.** Rio de Janeiro: Ática, 1979. Também publicado em espanhol, sueco e dinamarquês.

MACHADO, Ana Maria. **Procura-se Lobo.** São Paulo: Ática, 2005.

MENEGASSI, Renilson José; ANGELO, Cristiane Malinoski Pianaro. **Conceitos de leitura.** In: MENEGASSI, R. J. (Org). *Leitura e ensino.* Maringá: Eduem, 2005. p.15-40.

ROJO, Roxane; ALMEIDA, Eduardo de Moura (org.). **Multiletramentos na escola.** São Paulo: Parábola, 2012.

CAPÍTULO 8- A VALORIZAÇÃO DAS MULHERES NA EDUCAÇÃO BÁSICA A PARTIR DAS MEMÓRIAS DE UMA EDUCADORA

Silvana Barreto Oriente²⁶

Maria Isabel Alonso Alves²⁷

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente capítulo objetiva refletir sobre a valorização da mulher no espaço escolar, a partir das memórias relatadas por uma educadora sobre sua trajetória de vida, sendo motivada por uma indagação que há muito tempo inquieta educadores da educação básica que estudam o empoderamento feminino: o espaço escolar tem proporcionado um ambiente de valorização às mulheres, de modo a reconhecer as suas diversas potencialidades?

A fim de nortear essa investigação, fez-se necessário refletir sobre alguns aspectos vivenciados nesse contexto educacional e como influenciam na construção da identidade do indivíduo. Isso porque a presença das mulheres nas instituições de ensino nem sempre foi uma realidade, visto que esse direito só foi assegurado após anos de um sistema de educação exclusivo aos homens, os quais faziam questão de deixar claro que o ambiente escolar e acadêmico não seria apropriado ao público feminino, sendo-lhe mais pertinente o espaço doméstico.

Alcançar o direito e acesso à educação não representou o fim de uma guerra, mas marcou o início de uma luta por valorização e reconhecimento das potencialidades intelectuais das mulheres, fatos que, infelizmente, ainda não fazem parte da realidade em alguns contextos escolares, como alguns dos que serão relatados no presente trabalho,

²⁶ Mestranda em Ensino de Ciências e Humanidades (UFAM).

CV: <http://lattes.cnpq.br/3544554590356349>

²⁷ Doutora em Educação (UCDB). Professora do Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências e Humanidades (UFAM). CV: <http://lattes.cnpq.br/1157608326062043>

o qual trata-se um recorte da dissertação de mestrado desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Humanidades (PPGECH) da Universidade Federal do Amazonas, cujo objetivo maior foi refletir sobre as políticas públicas que amparam as práticas pedagógicas que visam a valorização da mulher no Estado do Amazonas.

O caminho metodológico escolhido segue as bases dos estudos pós-críticos em educação trazidos por Meyer e Paraíso (2012, p. 24), ao defenderem que “existe pedagogia, modos de ensinar e possibilidades de aprender nos mais diferentes artefatos culturais, que se multiplicaram na nossa sociedade”.

Entende-se que os estudos relacionados às questões das minorias, de gênero e quaisquer tipo de discriminação, devem ser estudadas a partir de um viés investigativo mais aberto, dinâmico e inovador. Isso permite ao investigador olhar sob um novo ângulo, fazer novas perguntas, experimentar novas metodologias ou métodos de produção de dados, “afastando-nos daquilo que é rígido, das essências, das convicções, dos universais e de todos os conceitos e pensamentos que não nos ajudam a construir imagens de pensamentos potentes para interrogar e descrever-analisar nosso objeto” (MEYER; PARAÍSO, 2012, p. 16-17).

A produção de dados se deu a partir de um estudo bibliográfico, o qual proporcionou uma investigação sobre a trajetória histórica das mulheres na busca por direito à educação e condição social apropriada para estudar e permanecer na escola. Utilizou-se, ainda, a análise das memórias da autora, a fim de perceber se as práticas as quais foi exposta ao longo da educação básica estimularam suas potencialidades e promoveram empoderamento feminino.

A partir dessa concepção de se pensar a educação e a pesquisa, foram propostas as reflexões desse texto, sugerindo uma nova forma de enxergar as práticas desenvolvidas nas escolas de Educação básica, de modo a considerar como elas influenciam na construção da identidade do estudante.

MEMÓRIAS DE UMA ESTUDANTE/EDUCADORA

Escrever nossas memórias é uma tarefa prazerosa, mas que, ao mesmo tempo, torna-se um desafio, pois exige uma reflexão sobre práticas, posturas, conceitos, às vezes pré-conceitos, aprendidos e desenvolvidos ao longo da trajetória escolar, acadêmica, familiar ou profissional. Sousa e Cabral (2015, p. 51) afirmam que “as narrativas, nesse aspecto, levam-nos à compreensão da historicidade do sujeito, do voltar para si num processo de reflexão”.

Inúmeras são as atividades escolares às quais somos submetidos (as) e ficam marcadas, positiva ou negativamente, visto que é sabido entre a comunidade acadêmica, que a escola tem um papel de suma importância no processo de socialização do indivíduo, segundo Gomes (2006), capaz de promover não apenas a escolarização, mas também o desenvolvimento de inúmeras habilidades e competências, além do estabelecimento de princípios e valores, os quais o guiarão durante toda sua jornada de aprendizagem. Nesse processo de olhar para si, Bosi (2004) afirma que a [...] a memória permite uma relação do corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no processo “atual” das representações. (p. 46).

As narrativas ora apresentadas são frutos de um rigoroso exercício que percorre minhas origens, minha base familiar e educacional, ambas fortalecedoras das identidades que me acompanham ao longo da minha trajetória de vida e que proporcionaram uma identificação e aproximação com os sujeitos e objetos da presente pesquisa. Silva (2014) afirma que, em um primeiro momento, parece ser fácil definir “identidade”, pois se trata de como o sujeito se reconhece. No meu caso, eu me identifico como mulher, amazonense, negra, descendente da mistura de negro, indígena e nordestino, de certo modo característico da miscigenação da população brasileira.

Nesse mesmo contexto, o autor destaca que “a diferença é aquilo que o outro é” (SILVA, 2014, p. 74), nesse caso, nem sempre é positivo, pois durante toda minha infância fui a “neguinha”, “do cabelo ruim”, “fogãozinho” – em referência ao meu excesso de peso, e o pior de todos

considerado à época, “a filha do Maranhão” - como meu pai era conhecido na cidade em que passei minha infância.

O destaque dessas características físicas e sociais, frequentemente reiteradas por meus colegas de sala, me renderam inúmeras situações desconfortáveis ao longo da Educação Básica, algumas delas estão registradas no presente texto, a fim de trazer a reflexão esses binarismos que classificam os grupos, condicionando “um dos lados a um lugar privilegiado, positivo e o outro, a uma situação de carga negativa” (SILVA, 2014, p. 83). Essa relação entre identidade e diferença perpassa os relatos que passam a ser revisitados, visto estar intimamente ligada a construção histórica e social do sujeito.

Vale destacar que vivemos em uma sociedade que, segundo Hall (2014), está deslocando suas estruturas e processos centrais, logo, os quadros que ancoravam o mundo social precisam ser discutidos. Nesse sentido, a prática de reflexão sobre as memórias pode contribuir tanto para a reafirmação da identidade quanto para justificar o interesse pela temática ora apresentada.

DE ONDE EU VIM: BASE FAMILIAR

Sou natural de Manaus/AM, nasci em uma família um tanto peculiar. Minha mãe, amazonense, natural do município de São Paulo de Olivença/AM. Ela foi a filha número 04 de 06 irmãos; seu pai era cearense e se casou com a minha vó, filha única de um casal indígena, mas de etnia por mim desconhecida, pois perdi a oportunidade de conhecer esses dados enquanto ela ou meus avós estavam vivos.

Meu pai, maranhense, natural do município de Viana/MA, teve como tataravós, um casal que viveu no tempo da escravidão, moradores dos últimos engenhos daquela região, cujos familiares ainda gozaram dos benefícios da lei do ventre-livre, segundo narrativas de meu pai, ainda vivo.

Mediante minhas origens, me vejo em um contexto de identidades múltiplas hibridizadas, visto que Silva (2014, p. 87) aponta que, na perspectiva cultural contemporânea, “o hibridismo – a mistura, a

conjunção, o intercurso entre diferentes nacionalidades, entre diferentes etnias, entre diferentes raças – coloca em xeque processos que percebem as identidades separadas, divididas, segregadas”. O autor explica que essas miscigenações ou sincretismos aludem a alguma espécie de mobilidade entre os diferentes territórios de identidade.

É importante entender que esses processos de hibridização discutidos pelos estudos culturais nascem de relações conflituosas entre grupos nacionais, raciais ou étnicos, ligados a histórias de ocupação, colonização ou destruição (SILVA, 2014). O autor enfatiza que essas questões de mobilidade e mistura afetam tanto as identidades subordinadas quanto as hegemônicas.

Dessa mistura de linhagens, somado a uma vida de vários relacionamentos clandestinos de meu pai, eu nasci, a 13^a filha. Minha mãe já era viúva e tinha outras 02 (duas) filhas, as quais criava sozinha, com um salário mísero de empregada doméstica e, posteriormente, de vendedora de roupas e tecidos no centro comercial de Manaus/AM. Como meu pai possuía vários outros filhos e amantes, o que ele ganhava como taxista não era suficiente para proporcionar uma vida muito confortável a nenhum de nós, até que ele recebeu uma proposta de ir morar em uma cidade do interior do Estado do Amazonas, Codajás, a fim de administrar um estabelecimento comercial: uma casa de prostituição.

Foi inserida nesse ambiente bem atípico, visto que morávamos no mesmo prédio em que meus pais trabalhavam, que minhas irmãs e eu crescemos. É importante destacar, que meu pai ainda constituiu uma nova família, na mesma cidade pequena de interior, sendo de conhecimento da população em geral, que ele mantinha e se relacionava ao mesmo tempo com as duas famílias.

No mundo heterogêneo em que vivemos, é frequente encontramos com o outro, com o que é diferente de nós, e a escola precisa estar preparada para lidar com todos os possíveis embates que poderão surgir ao lidar com esse multiculturalismo, não apenas como uma questão de tolerância e respeito, mas como processos de uma produção social, como afirma Silva (2014, p. 97), produção essa que envolve relações de poder.

Sendo assim, “o outro cultural tende a colocar em xeque a nossa própria identidade”, tornando-se um problema, social, pedagógico e curricular.

A EDUCAÇÃO BÁSICA

Minha vida escolar começou no interior do Estado do Amazonas, cidade de Codajás, conhecida como a “Terra do Açaí”, onde fui alfabetizada e estudei as séries iniciais do Ensino Fundamental, sempre em escola pública. Desse período, lembro-me muito bem da “Tia Maricota²⁸”, como era carinhosamente chamada a professora que me alfabetizou. Ela também me conduziu nos meus primeiros passos na fé, pois ela frequentava uma igreja cristã e como meus pais e ela possuíam certo grau de amizade, eles permitiam que eu a acompanhasse rotineiramente nas atividades bíblicas dominicais. Penso que esse período escolar veio marcar toda a minha vida, minhas escolhas futuras e minha formação, me tornando a mulher que hoje vejo constituída.

Ao discorrer acerca do sujeito pós-moderno, Hall (2014), declara que esse sujeito não possui uma identidade fixa, essencial ou permanente, ao contrário sua identidade é transformada continuamente, à medida que é interpelado pelos sistemas culturais que o cercam. Nesse sentido, justifica-se que o sujeito pode assumir identidades diferentes, em momentos diversos da vida.

O Grupo Escolar (assim eram chamadas as escolas de ensino infantil na década de 80) onde cursei a chamada Alfabetização (hoje primeiro ano fundamental) ficava a poucos metros de minha casa, possibilitando que eu fosse à escola sozinha. Esse ingresso na Educação básica fortaleceu meu processo de socialização, visto que eu era uma criança muito falante, esperta e desenvolta, mas, segundo relatos dos meus pais, apenas em casa e com familiares próximos.

Cavaleiro (2000, p. 284) cita que a socialização da criança é ampliada e intensificada com a experiência escolar, logo o contato com outras crianças da mesma idade e/ou com outros adultos, fora do convívio familiar, pode possibilitar novas leituras de mundo. Esse comportamento

²⁸ Nome fictício utilizado para preservar a identidade da professora citada;

defendido pela autora, “leva a dizer que nem sempre os conhecimentos valorizados pelo grupo familiar são os mesmos valorizados e reconhecidos pela escola e vice e versa”.

Minha mãe conta que eu tive que cursar duas vezes a “alfá”, pois como eu já conseguia ler, eu fui matriculada antes da idade apropriada, por insistência de meu pai, que acabou convencendo a gestão da escola. Ao chegar o final do ano letivo, tive que ser retida, a fim de cursar novamente a Alfabetização e, assim, alcançar a idade ideal para frequentar o Ensino Primário.

Essa “repetição” me proporcionou certo avanço, em relação aos alunos que frequentavam a escola pela primeira vez, ocasionando, por inúmeras vezes, um desconforto entre os coleguinhas, os quais se aproveitavam de minha condição familiar atípica, para tentar me ofender e me diminuir, o que acabavam conseguindo. É interessante refletir o quanto as brincadeiras de criança, aparentemente bobas, acabavam me afetando tanto, a ponto de fazer com que, gradativamente, eu me tornasse uma criança retraída.

Hall (2014) defende que dentro de nós podem existir identidades contraditórias e que nos impulsionam a direções diversas, conforme a força dos fatores que nos influenciam. À época, eu não compreendia esses fatores, mas minhas memórias me fazem perceber, o quanto esses conflitos familiares trazidos ao contexto escolar interferiram na formação da minha identidade, levando-me a uma postura de recolhimento e timidez.

Cavaleiro (2000, p. 129) destaca que a sua relação diária com crianças de quatro a seis anos tornou possível “identificar que, nesta faixa de idade, crianças negras já apresentam uma identidade negativa em relação ao grupo étnico ao qual pertencem”. Destaca, ainda, que muitas situações ocorrem na presença dos (as) professores (as) e que, no geral, eles (as) se calam, talvez por não saber lidar com a situação.

Apesar dos singelos esforços da professora para evitar as piadas cotidianas, a situação só foi piorando, pois começaram as questões relacionadas à cor da minha pele, meus cabelos (minha mãe cortava

baixinho como de menino, pois alegava que dava trabalho para pentear) e meu corpo, pois vivi a maior parte da minha vida com sobrepeso, o que diminuía ainda mais a minha estima.

Essa questão de aceitação das minhas características físicas nunca foi sequer trazida ao debate por parte da professora, tudo era encarado como “brincadeira de criança”, e deveria permanecer do lado de fora da sala de aula, especialmente no pátio do recreio. Cavaleiro (200) defende que o silêncio do professor facilita novas ocorrências, reforça e legitima procedimentos preconceituosos e discriminatórios na prática escolar e defende que o professor deve estar atento a tudo o que perpassa ao convívio escolar e se manifestar sempre que observar uma postura que venha a ferir os direitos ou a dignidade dos estudantes.

Nesse período, poucas vezes ou quase nunca se falava sobre bullying, não porque não existisse, mas por ser ignorado, talvez por não se imaginar os efeitos nocivos dessas “brincadeiras” para quem era vitimada. Cavaleiro (2000, p. 143) compartilha sua experiência como criança negra e ressalta que sua reação às práticas discriminatórias sofridas expressava a vergonha que sentia da cor de sua pele. Afirma que a dor sentida era inevitável, mas “dada sua constância, aprende-se a silenciosamente ‘conviver’”.

Entende-se que o preconceito racial se perpetua nas salas de aula brasileiras atuais e deve ser investigada, apurada e combatida, visto que Scopel e Gomes (2006, p. 02) afirmam que as divergências sempre surgirão no âmbito educacional, manifestando-se nas atitudes e condutas da comunidade, entretanto, o preconceito, “assumido como um julgamento de pessoas, estruturas sociais e objetos, fundado sobre bases insuficientes” são carregados de uma carga emocional geralmente negativa, o que amplia a responsabilidade dos educadores pela não promoção e prevenção a tais práticas.

Independente dos constrangimentos vividos, eu seguia como uma boa aluna, sempre com notas bem acima da média, excelente leitura e interpretação, e por muitas vezes destaque nas aulas de “sabatina” – quando éramos submetidos a testes para decorar a tabuada. Confesso que nessas ocasiões eu aproveitava para descontar a raiva que sentia por conta

das chacotas a que era submetida, pois quem não conseguisse acertar as perguntas da professora, levava “bolo de palmatória” – castigo dado a quem errasse aplicado pelo aluno que acertasse, diretamente nas mãos do aluno, utilizando uma régua de madeira. Isso nos remete a ideia de que a criança interage com o meio à medida que é submetida às mais diversas situações no ambiente ao qual está inserida, como dispõem Silva e Garcia (2019),

A criança é um sujeito social que interage com a história, está presente no tempo e espaço. Ela tem a capacidade de construir sua própria história e a transformá-la quando necessário, seja ela nas culturas de pares, culturas dos adultos, nas suas leituras de mundo e nas interações com os diferentes contextos. (SILVA; GARCIA, 2019, p. 158).

Dessa forma, eu me sentia um pouco “aliviada” e a professora percebia isso, mas não intervinha, visto que a penalidade estava contemplada nas “regras” da proposta pedagógica trabalhada. Cavaleiros (2000) orienta que é preciso observar as práticas interpessoais que são vivenciadas na escola, pois entende-se que nela são desenvolvidos os fatores essenciais para a construção e vivência da cidadania.

Estudei 03 (três) anos com a “tia Maricota”, duas vezes a alfabetização e depois, a primeira série fundamental, sempre apresentando êxito, bom desempenho em notas e comportamento, não sendo necessário que meus pais fossem chamados à escola, senão para receber os boletins e ouvir elogios, logo, eles nunca ficaram sabendo das situações constrangedoras as quais eu era exposta.

Queiroz (2021) discorre acerca do que a sociedade contemporânea chama de família desestruturada alegando que esse conceito não cabe mais, visto que autores das áreas jurídicas e sociais elencam diversas formas ou configurações de família (p. 31). No meu caso, eu não tinha dimensão das implicações que a construção da nossa família acarretava no contexto social daquela pequena cidade, mas podia perceber o quanto aquelas brincadeiras me causavam mal.

É importante pensar que a ideia de família estruturada vem do modelo patriarcal de família que se sustenta ao longo dos anos (QUEIROZ, 2021). Dessa forma, qualquer modelo que rompa com o padrão estabelecido é considerado desestruturado. Na tentativa de evitar as brincadeiras dos colegas em relação a minha família, eu tentava não dar trabalho, ser uma aluna modelo, já que minha família não poderia ser considerada um modelo à sociedade.

Minha inocência infantil apenas me dizia que era uma questão de honra ser a melhor aluna da turma, numa tentativa desesperada de superar aquilo que eu não podia modificar: minha condição social, cor da pele e aparência física. Scopel e Gomes (2006) explicam que o homem precisa adquirir uma consciência em relação à moral e a partir daí, poderá comportar-se de acordo com as normas que o governam. Como eu ainda não sabia lidar com essas questões de moralidade, e muito menos conversar sobre o assunto em casa ou na escola, eu associei o meu rendimento escolar a uma aceitação dos meus pares e ao reconhecimento dos meus pais, os quais me elogiavam, sempre que os boletins chegavam.

Queiroz (2021, p. 33) destaca que a família e a escola tiveram suas relações redefinidas na contemporaneidade, devidos às mudanças históricas e sociais as quais foram submetidas. Ainda assim, reforçam que existem alguns fatores que dificultam o envolvimento dos pais e/ou responsáveis ao longo do período de escolarização das crianças, como “a pobreza, falta de tempo e a omissão”.

O fato é que, quanto menos necessidade de meus pais irem à escola, eu considerava melhor. Os anos passaram, fui avançando as séries sem deixar cair o rendimento e, a cada nova escola por onde passava o cenário se repetia, só que deixando marcas mais profundas, visto que eu passei a questionar e não concordar com o que falavam e faziam comigo, tornando-me uma menina de poucos ou quase nenhum amigo.

Rosemberg (2005) destaca que a escola poderia e deveria contribuir para a modificação das mentalidades discriminatórias, implementando ações que combatam a discriminação, mas longe disso, acaba contri-

buindo para essa perpetuação, às vezes por omissão e outras vezes por ação direta dos seus agentes.

Devido a inúmeras crises familiares entre meus pais, eles acabaram se divorciando. Minha mãe, irmãs e eu voltamos para a capital, Manaus, onde prossegui com a minha trajetória escolar. Cursei o Ginásio (hoje Ensino Fundamental II) em uma escola pública de tradição em qualidade de ensino, longe da minha casa, dependendo assim, de transporte público.

Eu ia sozinha à escola, o que me ajudou no processo de construção de independência e autonomia, visto que desde cedo eu me tornei responsável por organizar meu material de estudos, fardamento e horário de pegar o ônibus coletivo, a fim de cumprir com a pontualidade exigida pela escola. Martins (2015) questiona se a escola estava pronta ou se sabia lidar com as indagações que inquietavam os educadores no novo cenário despontado na educação brasileira, de universalização do acesso à educação. A autora questiona

Qual o significado da presença desses estudantes oriundos da classe popular no cotidiano da escola? Como tem sido a experiência desses estudantes na escola pública? A permanência e o sucesso dessas crianças e adolescentes têm encontrado dificuldades? Como essas dificuldades são enfrentadas pela escola? (MARTINS, 2015, p. 203).

Por diversas vezes não consegui acompanhar o ritmo imposto pela escola. Precisava acordar muito cedo, não havia café da manhã em casa, na maioria das vezes, a não ser que eu fizesse, quando havia o que preparar. Minhas roupas nem sempre estavam limpas, então usava da forma como estivesse, às vezes mal cheirosas, amassadas, etc., o que só piorava a visão que meus colegas e professores tinham ao meu respeito. Martins (2015) discute justamente sobre a necessidade dessa reflexão, visto que a escola faz parte da totalidade da sociedade, logo, deve se preocupar com a exposição mais evidente que as crianças das classes populares são ou estão submetidas, pois a falta desse olhar humano pode interferir sobremaneira na condição de permanência e sucesso desses estudantes.

Minha mãe trabalhava fora o dia inteiro, de segunda a sábado, o que não lhe permitia acompanhar meu desempenho escolar, mas sempre fez questão que eu me dedicasse aos estudos, e fazia tudo o que estava ao seu alcance para que não faltasse o mínimo necessário para me manter na escola. Posso dizer que minha realidade como estudante foi uma das exceções vivenciadas na escola, pois pude perceber, ao longo dessa jornada escolar, a desistência de vários colegas que ficaram pelo caminho, por motivos diversos. Martins (2015) reforça sua preocupação nesse sentido

Outra questão que se impõe nesta abordagem é a necessidade de reconfiguração da escola a partir do diálogo entre educadores e famílias oriundas das classes populares, reconhecendo as diferenças culturais, sociais e escolares que permeiam o imaginário dos educadores em relação ao aluno/família “ideal” para uma escola também “ideal”. É preciso decodificar as marcas de abandono, subalternidade, trazidas pelas crianças, adolescentes e suas famílias, que revelam a condição de classe social à qual pertencem e que são desvalorizados por não estarem condizentes com o “padrão” da sociedade burguesa, muitas vezes imposto pela escola. (MARINS, 2015, p. 204).

Foi na fase da adolescência que surgiram os meus maiores conflitos. Estudei em uma escola bem tradicional, com metodologias de ensino conteudistas, baseadas em aulas expositivas, nas quais o aluno era avaliado a partir de provas teóricas, sendo necessário “apenas decorar” os conteúdos trabalhados. Silva (2018) defende que “é de fundamental relevância que os profissionais de educação conheçam as tendências pedagógicas. Isso porque a prática docente apresenta uma demanda cada vez maior de desafios a serem superados” (p. 104). A partir desse conhecimento, é mais viável perceber a necessidade de inovar práticas e estratégias de ensino, de modo a envolver os alunos em um processo de ensino-aprendizagem significativo.

Como não eu precisava interagir com os colegas e nem com os professores, eu seguia com bons resultados, o que era suficiente para minha mãe, quando conseguia ir à escola buscar meus boletins. Essa visão conservadora da Educação não permite que sejam identificadas as

necessidades identitárias e existenciais dos educandos, visto que o seu foco está centrado nos resultados e não nos meios, nem nas variáveis que implicam o processo de aprendizagem, como se espera em uma concepção libertadora do ensino, como propõe Freire (1987).

Eu tentava ser uma garota invisível, pois eu não seguia o padrão das meninas da minha sala: não possuía recursos financeiros (para comprar o lanche da cantina, por exemplo), estava longe do padrão geral de beleza, pois era a única menina negra, na maioria das vezes, e ainda gordinha. Isso sem falar que eu não possuía os mesmos hábitos sociais dos demais adolescentes, pois nessa época eu busquei refúgio na igreja, para tentar me sentir aceita e amada.

Hall (2014) afirma que é fantasioso pensar em uma identidade unificada, completa, segura, ele afirma que repetidas vezes somos confrontados com uma multiplicidade de identidades, à medida que as situações e representações sociais e culturais se apresentam diante de nós. Nesse caso, o indivíduo tende a buscar caminhos para que sua identidade momentânea se solidifique.

Nunca encontrei na escola uma possibilidade de mudar a concepção que eu tinha sobre mim e sobre a minha história, ao contrário, por muitas vezes pensei em desistir de estudar, só não o fiz, para não decepcionar minha mãe, que tanto se sacrificou para me manter na escola; eu a via como uma mulher muito sofrida, por tudo o que já havia passado e eu não queria proporcionar mais um motivo de sofrimento.

Barreto et al (2019, p. 14) discorre sobre a importância de compreender essas questões vivenciadas no âmbito escola, a fim de promover ações que transformem essa realidade. A autora destaca que a escola, “que poderia ser uma ferramenta geradora de mudança marcada pela separação dicotômica formada pelo binômio dominação-sujeito, converteu-se em um mero instrumento da sociedade capitalista”, o que a colocou em condição de um produto a ser consumido e formadora de novos consumidores, sem a devida preocupação com as mazelas e traumas os quais os indivíduos vivenciam.

Rosemberg (2005, p. 128) informa que é comum crianças/adolescentes negros (as) recorrerem a práticas de resistência diante de práticas discriminatórias, podendo ir da passividade ao enfrentamento agressivo, “com consequências importantes, tanto para seu equilíbrio psíquico, sua autoimagem quanto para seu aproveitamento escolar”. No meu caso, optei pela passividade, não relaxei no rendimento escolar, mas não pude deixar de me inquietar emocionalmente com a realidade.

Durante o Ensino Médio, nunca me foi nítido algum esforço da escola ou dos professores para mudar essa vivência na sala de aula ou nos entornos da escola. Novamente convivi com práticas pedagógicas conservadoras, as quais não proporcionavam interação entre os alunos e não estimulavam a descoberta das potencialidades dos estudantes. Eu segui com minha tentativa de não ser enxergada, evitando transtornos desnecessários. Silva (2018) reforça que

[...] as práticas educativas articuladas à pedagogia e à teoria de educação estão impregnadas de concepções ideológicas e filosóficas que interferem no processo de ensino e aprendizagem. O conhecimento histórico sobre as tendências pedagógicas pode ajudar a compreender as questões pertinentes à prática educacional, sua relação com a vida e os movimentos sociais da época respectiva (SILVA, 2018, p. 104).

A autora salienta que a escola deve preparar o estudante para o mundo e suas contradições, sendo necessário repassar conteúdos, mas sem negligenciar “a socialização para a participação ativa e organizada na democratização social” (p. 102). Esses conteúdos precisam ser articulados à vivência social do aluno. Nesse contexto, a educação assume o papel de atividade mediadora na prática social, “passando de uma experiência fragmentada para uma visão unificada” (p. 102). Infelizmente, não percebi tal postura nas escolas onde estudei.

Concluí a Educação Básica, em 1999, sempre alcançando ótimos rendimentos e sendo motivo de satisfação a minha mãe, que não media esforços para manter o mínimo necessário de que eu precisava em meus estudos. A conclusão do Ensino Médio foi uma grande vitória para mim, pois enxergava naquele momento, a possibilidade de ingressar no ensino

superior, a fim de me tornar educadora e poder, de alguma forma, ajudar meninas que viriam a passar por experiências parecidas com a minha.

Enfim, minha trajetória durante a educação básica foi marcada por diversos tipos de preconceito e discriminação, ainda que, a época, eu não tivesse consciência desses termos. Destaco, principalmente, a discriminação por ser negra, pobre, de uma família conturbada, fora do padrão de beleza e, ainda, por ser religiosa. Pelo fato de sempre estudar em escolas públicas que eram referência em qualidade de ensino, não era raro encontrar pessoas de famílias bem mais favorecidas financeiramente que a minha, de famílias conceituadas, o que acentuava os conflitos internos que eu vivenciava. Sobre essa realidade, Martins (2015) pontua

No processo da vida social, na sociedade capitalista, a tensão entre exclusão-inclusão está cotidianamente presente, inclusive nas instituições escolares. Por isso, é preciso que a comunidade escolar compreenda essa dinâmica para buscar, através do trabalho coletivo, ampliar o diálogo, mobilizar o encontro, politizar as reflexões, fortalecer os sujeitos coletivos para realmente democratizar a escola. Democratizar tanto no sentido de viabilizar o acesso e a permanência quanto para ampliar a democratização da gestão escolar, democratizando as instâncias de representações colegiadas, que são legalmente instituídas nas escolas, tornando-as canais de diálogo, de participação, de ampliação e luta pelos interesses coletivos. (MARTINS, 2015, p. 206).

Por muitas vezes chorei enquanto voltava para casa, mas na escola eu apenas me afastava das pessoas que me perseguiram e a resposta que eu dava a elas era sempre ser uma das melhores ou a melhor aluna da turma, em termos de nota e comportamento, pois estava sempre tentando sempre tirar boas notas e ser um exemplo de comportamento, mas, infelizmente, em algumas ocasiões, eu sentia esse preconceito por parte de alguns professores também, o que dificultava a minha tentativa de superar aqueles alunos que me perseguiram e me transportava a uma zona de comodismo ou de apatia, agia como se ninguém ali existisse ou importasse.

Barreto et al (2019) entende que as banalizações de atitudes e comportamentos observados na escola requerem atenção renovada, não que essa discussão a respeito das interações entre docência e gênero seja suficiente para prescrever vias de saída para a superação da discriminação e das desigualdades de gênero, mas a autora defende que que é preciso desconfiar “de tudo aquilo que é tomado como “natural”, a exemplo da linguagem que silencia o feminino e que passa despercebida nas relações de poder que institui, constitui e reproduz” (BARRETO, 2019, p. 16).

A partir daí, ao ingressar na vida adulta, deparei-me com outros desafios e responsabilidades, os quais me roubaram temporariamente um pouco do meu foco de prosseguir na caminhada acadêmica, mas não foram suficientes para apagar o desejo de atuar na educação, investigando possibilidades de empoderar mulheres como eu, negras, pobres, de famílias formadas por novos arranjos sociais, com problemas de autoestima, mas que lutam com uma sociedade mais igualitária e democrática, que enxergue e ouça as diversas vozes oprimidas que são silenciadas continuamente em nossas escolas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Olhar para si é uma experiência que envolve um grande esforço e disciplina, a fim de relatar experiências marcantes em etapas significativas na construção da identidade. Estar em uma sala de aula na qual não se é notada ou valorizada, pode afetar significativamente a vida do estudante.

Os relatos demonstraram que o espaço escolar posto em reflexão, não proporcionou um ambiente de valorização e estímulo às habilidades e competências da estudante, visto que ela se auto invisibilizou, na tentativa de amenizar os traumas causados pelos diversos tipos de discriminação por ela vivenciados.

É possível perceber um silenciamento por parte dos docentes que acompanharam as práticas narradas, visto não haver muita flexibilidade no paradigma educacional vivenciado à época, tornando as práticas pedagógicas enrijecidas e não voltadas a uma educação libertadora ou autônoma.

Entende-se, então, a necessidade de se repensar as práticas pedagógicas adotadas na educação básica, a fim de perceber quais metodologias de ensino podem ser desenvolvidas pelos educadores de modo a promover uma educação para inclusão das diversidades na sala de aula. É preciso enxergar a multiplicidade de saberes presente nos indivíduos e discutir sobre as consequências das práticas discriminatórias no ambiente escolar.

REFERÊNCIAS

BARRETO, Giovana Carla (org.). Gênero na educação e educação de gênero: a invisibilidade da mulher apesar de principal protagonista. **Vozes e diálogo**. Itajaí, v.18, n.02, jul-dez 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1884/53883>. Acesso em: 6 ago. 2021.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembrança de velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos; GOMES, Jerusa Vieira. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar**: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. 2000. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

GOMES, Mercedes; SCOPEL, Delza. **O papel da escola na superação do preconceito na sociedade brasileira**. Educação e Tecnologia, ano 2, n. 01, abril/set - 2006. Disponível em: http://www.faacz.com.br/revistaeletronica/links/edicoes/2006_01/edutec_delza_preconceito_2006_1.pdf. Acesso em: 25 mar. 2021.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2014.

MARTINS, Eliana Bolorino. O rebatimento das expressões da questão social no cotidiano escolar e a contribuição do serviço social. *IV*. DAVID, Célia Maria (org.). **Desafios contemporâneos da Educação**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.

MEYER, Dagmar; PARAÍSO, Marlucy (Org.). **Metodologia de Pesquisa Pós-Críticas em Educação**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012.

PARAÍSO, Marlucy. Metodologia de pesquisa pós-críticas em educação e currículo: trajetórias, pressupostos, procedimentos e estratégias analíticas. *In*: MEYER, Dagmar; PARAÍSO, Marlucy (Org.). **Metodologia de Pesquisa Pós-Críticas em Educação**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012.

QUEIROZ, Nágila Maria. **Família e escola**: ações institucionais sobre o acompanhamento escolar no ensino médio em uma escola estadual do Amazonas. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Amazonas, 2021.

SILVA, Marcia Soares; Garcia, Narjara Mendes. Ser professor (a) na ótica das crianças: potencialidades da escuta sensível para a formação de educadores dialógicos. In. PIMENTA, Jussara (org.). **Docência, formação e práticas pedagógicas**: experiências e pesquisas. Jundiaí/S: Pacu, 2018.

SILVA, Tomás. A produção social da identidade e da diferença. IN. SILVA, Tomás. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis/RJ: Vozes, 2014.

SOUZA, Maria; CABRAL, Carmem. A narrativa como opção metodológica de pesquisa e formação de professores. **Horizontes**, v. 33, n. 2, p. 149-158, jul./dez. 2015. Disponível em: file:///C:/Users/INFORM~1/AppData/Local/Temp/149-Texto%20do%20artigo-822-1-10-20151220.pdf. Acesso em: 6 ago. 2021.

ROSEMBERG, Fúlvia. Desigualdades de raça e gênero no sistema educacional brasileiro. **Seminário Internacional “Ações afirmativas nas políticas educacionais brasileiras: o contexto pós-Durban”**. Brasília, 20 2 22 setembro 2005. Disponível em: <https://docero.com.br/doc/vcsn>. Acesso em: 25 mar. 2021.

CAPÍTULO 9 - A OUTRA! A CONSTRUÇÃO DA MULHER NEGRA NA SOCIEDADE BRASILEIRA

Luciane Silva de Almeida²⁹

Thaís Ramos Trindade³⁰

Elma Pimentel do Carmo³¹

A OUTRA!

Este texto será “sobre” ela, a outra. Que no inconsciente coletivo: sou eu, somos nós, e é possível que seja você! E por aqui, “já”, “adequando”, melhor as preposições que acompanham e ligam os elementos desta construção, nos permita afirmar que o “sobre” é muito pouco, para a representatividade e potência dela, minha, nossa: a mulher negra. Portanto, nos predispomos a retificar: Este texto é com ela, é para ela, é por ela mulher negra. Escrito por três mulheres pretas, povoadas de tantas outras que as antecederam e que também caminham juntas, rente a elas, lado a lado. Tal como um compromisso firmado em outrora:

A ideia de que se tem de escrever, quase como uma obrigação moral, incorpora a crença de que a história pode “ser interrompida, apropriada e transformada através da prática artística e literária” (hooks, 1990, p. 152). Escrever este livro foi, de fato, uma forma de transformar, pois aqui eu não sou a “Outra”, mas sim eu própria. Não sou o objeto, mas o sujeito. (KILOMBA, 2019, p. 22).

²⁹ Doutora em História (UFMG). Professora EBTB (IFMG).
CV: <http://lattes.cnpq.br/2003686159963628>

³⁰ Mestranda em Segurança Pública, Justiça e Cidadania (UFBA). Coordenadora do Núcleo de Religiões de Matriz Africana da Polícia Militar da Bahia (NAFROP).
CV: <http://lattes.cnpq.br/1865002421090321>

³¹ Graduada em Enfermagem (UEFS). Coordenadora do Centro de Valorização da Mulher - Centro Maria Felipa da Polícia Militar da Bahia. (CMF-PMBA).
CV: <http://lattes.cnpq.br/5249850621816984>

Mulheres que veem na escrita um grande movimento em forma de ato político, importante instrumento de reencontro com a nossa história, nossa ancestralidade, com a nossa subjetividade, as quais foram continuamente desconstruídas.

Por aqui, conversaremos sobre hipersexualização de mulheres negras e como esses processos cumulativos e contínuos recaem sobre os nossos mais variados corpos. De antemão, afirmo que não será uma conversa de boa degustação, pois falaremos de dores antigas que são atuais e naturalizadas. Por isso, a cada texto nosso, nos comprometemos a trabalhar as dores e logo adiante, como ato revolucionário, fazer um grande movimento de cura.

E aí, vamos fazer esta roda girar?

A OUTRA: O ENTRELAÇAMENTO GÊNERO E RAÇA

Enquanto formas antigas de racismo apelavam para “raças biológicas”, e para a ideia de “superioridade” versus “inferioridade” – e a exclusão daquelas/es que eram “inferiores” –, as novas formas de racismo raramente fazem referência à “inferioridade racial”. Em vez disso, falam de “diferença cultural” ou de “religiões” e suas incompatibilidades com a cultura nacional. O racismo, portanto, mudou seu vocabulário. Nos movemos do conceito de “biologia” para o conceito de “cultura”, e da ideia de “hierarquia” para a ideia de “diferença”. (KILOMBA, 2019, p. 85).

A outra, aquela que beira o hiato do não pertencer! Desconstruída na projeção dupla de forças que interagem entre si: do gênero à raça! A outra! Residente do vazio, no imaginário social e que abriga o vale mais profundo da objetificação, e da animalização.

A outra! Que foi reconstruída por um processo normativo de adequação e afirmação de uma estrutura social, que se organiza a partir dos pilares de uma supremacia branca, patriarcal, heterossexual. Estruturação que transforma o equidistante desta criação de forças sociais: em outras, em outros, em diferentes de/da (como referencial), a NORMA!

A outra: mulheres negras habitantes de um “terceiro espaço” de apagamento e contradição “sustentado pela polarização do mundo em negros de um lado e mulheres do outro” (MIRZA, 1997, p. 04 apud KILOMBA, 2019, p. 101).

Mas quem é diferente de quem? Eles ou nós? É necessário compreender que esta é uma definição relacional, portanto, como Grada Kilomba (2019) nos afirma, uma pessoa apenas se torna diferente no momento em que dizem para ela que ela difere daquelas/es que têm o poder de se definir como “normal” “portanto não se é diferente, torna-se diferente por meio de um processo de discriminação. Assim, neste encaixe imperfeito de normalidade de um lado e desajuste do outro o grande palco racializado é formado:

O sujeito negro torna-se não apenas a/o “Outra/o” – o diferente, em relação ao qual o “eu” da pessoa branca é medido –, mas também “Outridade” – a personificação de aspectos repressores do “eu” do sujeito branco. Em outras palavras, nós nos tornamos a representação mental daquilo com o que o sujeito branco não quer se parecer. (KILOMBA, 2019, p. 30).

Nesta mesma correlação de outridade e normatividade no cenário pautado pelo gênero temos:

(...) A literatura feminista ocidental também falhou em reconhecer que o gênero afeta as mulheres de outros grupos racializados de formas diferentes das que atingem mulheres brancas, tornando as mulheres negras invisíveis.

Nos discursos feministas ocidentais, o conceito dominante de “homem branco heterossexual” tornou-se “mulher branca heterossexual”. Somente uma categoria mudou em oposição ao seu inverso de homem para mulher, mantendo sua estrutura racial conservadora: branca. (KILOMBA, 2019, p. 83).

Na encruzilhada da raça e do gênero encontramos ela, a mulher negra. Alocada no meio, Grada Kilomba (2019), fundida na duplicidade conceitual, em uma só. Segundo Hall (1992, p. 256) uma espécie de duplo

poder de um em relação à outra e “se refletindo nas estruturas da *Outridade*, complexificando suas políticas” (apud KILOMBA, 2019, p. 80).

Aqui, é necessário fazermos uma pausa para melhor entender esta dinâmica: nossa construção normativa, como falado anteriormente, prevê uma supremacia branca e patriarcal como norma, o que gera privilégios para aquelas pessoas que se aproximam do ideal previamente padronizado. Ora, a mulher branca, embora esteja em uma estrutura patriarcal, ela goza de todo o benefício que sua branquitude lhe oferece. Ao contrário experenciam as mulheres negras recortadas tanto pelo racismo quanto pelo sexismo, como veremos adiante.

Neste sentido, temos:

(..)Primeiro, que elas são brancas e, portanto, têm privilégios brancos. Esse fator torna impossível a comparação de suas experiências às experiências de pessoas negras. E, segundo, que as mulheres negras também são mulheres e, portanto, também experenciam o sexismo. Uma falha irônica, porém, trágica, que teve como resultado a invisibilização e o silenciamento de mulheres negras dentro do projeto feminista global. (KILOMBA, 2019, p. 86).

Para Jurema Werneck, as mulheres negras não existem. Ou, falando de outra forma: as mulheres negras, como sujeitos identitários e políticos, são resultado de uma articulação de heterogeneidades, resultante de demandas históricas, políticas, culturais, de enfrentamento das condições adversas estabelecidas pela dominação ocidental eurocêntrica ao longo dos séculos de escravidão, expropriação colonial e da modernidade racializada e racista em que vivemos.

É importante, contudo salientar que as diferentes formas de opressão, tais como o racismo, o sexismo a lesbofobia não são cumulativas, mas sim interseccionais, e essas formas de opressão operam de diferentes formas a partir das interseções que podem surgir quando diferentes identidades e lugares sociais se cruzam. As interseções das formas de opressão não podem ser vistas como uma simples sobreposição de camadas, mas sim como a “produção de efeitos específicos” (ANTHIAS e YUVAL-DAVIS, 1992, p. 100 apud KILOMBA, 2019, p. 85).

Formas de opressão não operam em singularidade; elas se entrecruzam. O racismo, por exemplo, não funciona como uma ideologia e estrutura distintas; ele interage com outras ideologias e estruturas de dominação como o sexismo. Portanto, é útil falar em racismo genderizado para se referir à opressão racial sofrida por mulheres negras como estruturada por percepções racistas de papéis de gênero (ESSED, 1991; HOOKS, 1989, apud KILOMBA, 2019, p. 85).

A construção da outra é frutoencontro gerado pelas sistematizadas violências raciais e de gênero, um entrelaçamento entre raça e gênero. Por esse, motivo Kilomba (2019) revela como “raça” e gênero são inseparáveis. “Raça” não pode ser separada do gênero nem o gênero pode ser separado da “raça”. A experiência envolve ambos porque construções racistas baseiam-se em papéis de gênero e vice-versa, e o gênero tem um impacto na construção de “raça” e na experiência do racismo.

Neste sentido o conceito de interseccionalidade, cunhado pela professora estadunidense Kimberlé Crenshaw em 1989 (mas cujas características já vinham sendo alvo de reflexão da nossa intelectual Sueli Carneiro desde 1985), apresenta-se não somente como uma ferramenta metodológica, mas também como um potente instrumento de luta política em favor tanto de mulheres negras, quanto de outras minorias que são diariamente discriminadas e excluídas da dita justiça social. Nas palavras de Carla Akotirene: “a interseccionalidade pode ajudar a enxergarmos as opressões, combatê-las, reconhecendo que algumas opressões são mais dolorosas. Às vezes somos oprimidos, mas às vezes somos opressores” (AKOTIRENE, 2020, p. 97-98).

CONSTRUÇÃO DE ARQUÉTIPOS: E A MULATA? NÃO REPRESENTA?

Os arquétipos são formações a partir da construção inconsciente do homem, eles organizam e estruturam a forma de ser, agir e determinam a vivência em sociedade. Afinal: “(...) todo homem vem ao mundo como indivíduo, como ser biológico; portanto, sua natureza social seria secundária. (NOGUEIRA, 2021, p. 38).

Sua natureza social é secundária, pela necessidade da estrutura física, biológica para o existir; no entanto, se sabe que a existência vai além do biológico, e hoje volta a se reconhecer o papel fundamental da construção de identidade a partir das interações sociais, ou seja, o papel social exercido por cada indivíduo. “No entanto, a autoconsciência da singularidade do eu não é suficiente por si só para fazer um indivíduo; o indivíduo é uma autoconsciência social”. (NOGUEIRA, 2021, p. 38).

A autoconsciência social é fruto desta interação, da construção dos papéis sociais de brancos e negros, homens e mulheres; afinal, o homem é a partir de como a sociedade o enxerga. De tal modo que as ações são individuais, mas reflexos desse poder social na construção dos papéis; e quando nos deparamos com uma ação; ela é sim individualizada e, portanto, acessada como do ser, mas é reflexo da construção social por de trás dela, que nesse processo se retira da responsabilidade, tornando uma ação coletiva como pontual. “(...)Essa visão sociológica mostra uma sociedade que pressiona violentamente o indivíduo, e as reações individuais são contidas de modo a esconder as responsabilidades da sociedade, que as coloca como um problema de ordem psicológica.” (NOGUEIRA, 2021, p. 39).

A forma com que a sociedade brasileira atua dentro da perspectiva do racismo é tão bem formulada que traz a concepção das mazelas, como questão unicamente social ou até individual; não relacionando à questão racial, e esta ideia, nada mais que a concretização de um processo de racismo com formulação perfeita. E todos repetimos que o problema é social, até porque vivemos em uma “democracia racial” em que todos temos sangue negro, mas, o responsável pela criação desta falácia é aquele que “(...) tem tudo, menos cor, onde cor importa demais”, como cantou Emicida.

Se o negro, de um lado, é herdeiro desse passado histórico que se presentifica na memória social e que se atualiza no preconceito racial, vive, por outro lado, numa sociedade cujas autorepresentações denegam esse mesmo racismo, camuflando, assim, um problema social que produz efeitos sobre o negro, afetando sua

própria possibilidade de se constituir como indivíduo nosocial (NOGUEIRA, 2021, p. 47)

E dentro desta perspectiva do individual, há as setorizações dos processos, como se estes fossem ímpares e não interseccionalizados; e montamos uma hierarquização que envolve raça e gênero, promovendo a repetição de opressões, inclusive para justificar nossas ações e conceitos para manutenção do sistema opressivo.

(...) é julgar que se empoderar é transcender individualmente certas barreiras, mas seguir reproduzindo lógicas de opressão com outros grupos, em vez de pensar empoderamento como conjuntos de estratégias necessariamente antirracistas, antissexistas e anticapitalistas e as articulações políticas de dominação que essas condições representam (BERTH, 2019, p. 51)

E assim cada uma de nós vai tentando sobreviver ao tempo que: “Ela quis ser chamada de morena, que isso camufla o abismo entre si e a humanidade plena”, canta mais uma vez Emicida. E essa HUMANIDADE é o que todos buscamos, buscamos dentro do projeto perfeito de manutenção das estratificações, em que Eu me afasto do que sou, para estar a cada dia mais humana; onde, na busca da humanidade vou me desfazendo, afinal, “Eu deveria ser uma branca em um corpo negro.” (NOGUEIRA, 2021, p. 5). E em sendo uma branca em corpo negro preciso me afastar cada vez mais da referência negra que tenho e me tornar a branca que jamais serei.

E neste processo onde se encaixa A Mulata? Ela será apresentada em algumas posições, mas para entendermos esses locais precisamos caminhar pelas outras construções de figuras de mulher. Desta forma caracterizamos em quatro categorias. Vamos lá?

Por exemplo, dentro da construção social brasileira temos a figura da mulher sob a perspectiva da fragilidade, sendo esta dependente do homem. Esta mesma mulher, a depender das características que apresente pode assumir papéis diversos. Traremos alguns:

1. **Bela, recatada e do Lar:** Se você é uma mulher intitulada bonita (dentro dos padrões eurocêtricos), você se adequa em

nosso imaginário, previamente formado, a imagem de uma mulher de pele clara, cabelos lisos (loiros em seus vários tons ou bem preto para ter o “belo” contraste com a cor da pele), magra e de comportamentos ditos suaves e delicados.

2. **A executiva:** Mulher intitulada bonita (naquele padrão da bela recatada e do lar), mas com características mais fortes (e nesse caso masculinas), ou uma mulher que por não se encaixar no padrão da mulher perfeita encontrou na eficiência do trabalho uma forma de destaque. No entanto, essa forma a deixa em débito, pois, lhe falta a figura masculina ao lado.
3. **A mulata tipo exportação:** Se pensarmos em uma mulher intitulada gostosa, dentro dessa mesma premissa social brasileira imaginaremos os seios fartos, nádegas grandes, os tons de pele podem escurecer e são relativizados – uma “morena” – (e aí passeia-se pelo colorismo³² – da cor do pecado – seria ideal).
4. **A trabalhadora:** Se pensarmos em uma diarista/empregada doméstica, teremos a figura de uma mulher, meia idade, corpulenta, entre a intitulada mulata e negra (mais uma vez o colorismo).

Quando nos referimos às duas primeiras categorias, o fazemos dentro da perspectiva estratificada da sociedade e se ao pontuarmos as falas de Bell Hooks neste texto não trazer a expressão dos locais predeterminados para cada uma das mulheres, estaremos colocando venda nos olhos e dando vazão ao processo de negação do racismo em suas intersecções e da posição da mulher dentro desta estrutura na base da pirâmide.

Trabalha-se na ideia de competitividade e estratifica-se racialmente o gênero, então como poderemos dissociar tais caracteres? Quando se fala em Mulher, se refere à mulher branca, ao tratarmos da mulher negra,

³² O termo *colorismo* refere-se a uma ferramenta do racismo onde as discriminações, mesmo entre pessoas negras, dependem também do tom da pele e de outras características fenotípicas (como tipo de cabelo, traços mais finos) da pessoa. Neste sistema, quanto mais clara for a pele, maior a possibilidade de esta pessoa ser tolerada (mas não aceita) pela branquitude, e quanto mais escura, mais forte o racismo recaía sobre ela.

refere-se à Outra! A mesma outra do início desse texto, a mesma outra que nos referimos como amante, como “Nega”, visto não ser a esposa da relação. E na luta por direitos, repete-se hoje, o que ocorreu na luta pelo direito ao voto, em que a cor prevalece ao gênero “(...) uma sufragista do Sul defendeu que as mulheres brancas deveriam receber o direito, com base no fato de que “garantiria imediata e durável supremacia branca” (HOOKS, 2020, p. 205). Não se deve esquecer que esta estratificação citada não se finda com as mulheres, mas ao longo do processo vai ganhando adaptações com categorias como LGBTQi+, e quanto mais afastado do perfil dito heteronormativo, mais desumanizado.

Ao apontar os papéis reservados às mulheres pretas (entre “mulatas” e negras), Lélia Gonzalez trabalha perfeitamente a ideia de sexualização e mão de obra escravizada na atualidade, lembrando que podem ocorrer intersecções entre as duas vertentes:

A mulata foi criada pela ideologia de embranquecimento. Nós sempre somos vistas como corpos: ou como um corpo que trabalha, que é burro de carga, que trabalha e ganha pouco, ou como um corpo explorado sexualmente, que é o caso da mulata, símbolo dessa ideologia (...). Tanto a empregada como a mulata são expressões modernas daquela que no passado foi chamada de mucama (GONZALEZ, 2020, p. 308).

Ao analisarmos essa pequena construção que fizemos para as variações destes perfis (e neste ponto fiquem à vontade para as discordâncias), podemos posteriormente incluir neles também todas as nossas crenças, até porque possivelmente podemos nós identificar em uma dessas descrições, e na maioria delas estaremos entre a mulata gostosa e a empregada doméstica e diremos, mas eu apresento a cor negra e sou universitária, ou eu sou morena, mas meu cabelo é crespo/cacheado.

Depois de refletir sobre o parágrafo anterior, depois de reler sobre a formação de arquétipos, depois de lembrar algumas passagens de sua trajetória enquanto mulher preta ou parda, você compreenderá que há uma escala de hierarquização sim para nós. E se aprofundarmos um pouco mais nesse campo perceberemos o quanto nossas falas e ações reforçam esses arquétipos- que nos chocaram, que fizeram com que

quiséssemos parar a leitura, até porque essas autoras estão falando da construção delas, não é mesmo? Será, Bell?!

Devido ao medo que brancos tinham da mistura entre raças e à história do desejo sexual de homens brancos por mulheres negras, não podemos descartar a possibilidade de mulheres brancas terem relutado em reconhecer mulheres negras socialmente, por medo de competição sexual. Em geral, mulheres brancas não queriam se associar com mulheres negras, porque elas não queriam ser contaminadas por criaturas moralmente impuras. (HOOKS, 2020, p. 210)

Então agora você deve está se perguntando...o que tudo isso tem a ver com a sexualização da mulher na modernidade? E eu te respondo: Tudo!

DO CORPO!

O racismo, portanto, constrói a mulheridade negra como um duplo – a “doméstica assexual obediente” e a “prostituta primitiva sexualizada” (Hall, 1992, p. 120). É um processo de duplicação, pelo qual o medo e o desejo pela/o “Outra/o” são representações um do outro:

1º porque somos fruto da criação dos estereótipos, contos e histórias que nos foram passadas, de forma falada, ou não, no decorrer de séculos.

2º Porque dentro deste mesmo processo, as negras que eram estuproadas pelos senhores de Engenho, eram, ao mesmo tempo rejeitadas pelas sinhazinhas. Atividade de disputa e separação entre Mulheres e Negras “(...) E foi nesse contexto de infundáveis comparações entre a difícil situação das “mulheres” e das “negras” que elas revelavam seu racismo”. (HOOKS, 2020, p. 219)

3º Porque este mesmo método mostrou as essas mulheres escravizadas que elas poderiam conseguir algumas informações a partir dessas violações corporais...pensem comigo, estou sendo estuprada, posso fingir que gosto e assim ter acesso a alguns “privilégios” e informações que dentro daquele processo de grande núcleo de irmandades negras poderia auxiliar nessa libertação.

Se olharmos para esta história a partir da perspectiva da longa duração, podemos perceber que esse processo é vivenciado hoje pela continuidade do homem no poder (sociedade patriarcal e machista), pela disputa entre as mulheres e pela sedução associada ao corpo negro objetificado. Fora da sexualização ou do trabalho doméstico a mulher não tem importância: em ambientes de trabalho não doméstico precisa da figura do homem para representá-la e se fazer ouvida, fora disso, precisa se exaltar para que os ouçam, e no grito: “Olha lá a Louca!”

E COMO ISSO PODE AFETAR A SAÚDE DESSAS MULHERES?

Precisamos tocar aqui sobre a integralidade do ser? Precisamos pontuar que nosso corpo trabalha em consonância com nosso cérebro e se essa ligação é partida por algum motivo teremos danos que se apresentarão física ou mentalmente? Ou este já é um daqueles assuntos superados por todos nós?

Só para lembrar que o próprio Hipócrates, considerado o pai da medicina, falava sobre o tratamento das doenças em uma perspectiva ambiental correlacionando com aspectos morais e espirituais, ou seja, a integralidade do ser e sua interação com o meio. “Sua obra caracterizava-se pela valorização da observação empírica, observações essas que não se limitavam ao paciente em si, mas a seu ambiente”. (BALESTRIN, BARROS, 2019, p. 19)

É importante pontuar sobre novas descobertas genéticas, ou melhor, epigenéticas³³, vem ocorrendo através de interações sociais e vivências passadas por nossos antepassados e sua influência em nossa saúde física e psíquica. Neste sentido, vivenciado por um processo de desumanização dentro da escravização, processo esse com resquícios na atualidade. É sobre viver constantemente cercadas pelo racismo estrutural em todos os ambientes: saúde – o mito de resistência à dor de mulheres em trabalho de parto; Educação – a elitização dos cuidados dedicados

³³ A palavra epigenética se refere a alterações persistentes do DNA que não envolvem mudanças na sequência em si.

às crianças brancas em detrimento às crianças negras; Segurança – a morte e encarceramento diário de jovens negros, em sua maioria, filhos de mães solo. A epigenética versa sobre as heranças que as vivências de nossos antepassados produzem em nós:

A esse respeito, cabe notar que os efeitos adversos da fome não se limitaram àqueles que a viveram. Os filhos dos que passaram pela fome no ventre materno são mais suscetíveis a apresentar problemas de saúde que os filhos de mães não expostas à fome (FRANCIS, 2015, p. 15).

E em todo esse processo uma mãe que reza pelo filho; uma mulher sofre pelo companheiro, uma guerreira luta contra a objetificação, em todos eles a mulher negra está presente. E como não adoecer? “Essa é uma descoberta estarrecedora, uma forma não genética de hereditariedade capaz de influenciar nossa saúde”. (FRANCIS, 2015, p. 16)

Em se tratando das mulheres negras iremos juntar várias não denominações. E assim, precisamos entender o papel da imagem para nós, nesse mundo em que somos coisificadas, que buscamos essa humanidade que nos foi tirada e a cada passo desaparecemos mais dentro da perspectiva de mulher negra. Falemos então de estética e do empoderamento a partir dela como forma de prevenção ao adoecimento, visto que, “o belo é uma percepção e como percepção pode ser alterada, manipulada ou influenciada” (BERTH, 2019, p. 113)

Este passo se dá apenas a partir da nossa consciência em relação aos nossos antepassados. Perceber quem somos, de onde viemos, e a forma como o processo de colonização teve em sua estrutura o racismo embutido em nossos dias atuais, nos fará ter a consciência de nosso papel, do papel das mulheres que nos antecederam, bem como de nossa forma de nos mantermos resistentes e atuarmos para um mundo melhor para nossa geração futura. Assim, nossa visão de nós mesmas, começa a deixar de ser distorcida e influenciada de forma negativa, para ser vivenciada em sua plenitude como Mulher preta, A Uma de muitas!

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2020.

BALESTRIN, Maria Fátima e BARROS, Solange Aparecida Barbosa de Moraes. **A relação entre concepção do processo saúde e doença e a identificação/hierarquização das necessidades em saúde**. VOOS Revista polidisciplinar eletrônica da faculdade de Guairacá, Volume 1, Julho 2009, Caderno de Ciências da Saúde, (p. 18-41). ISSN 1808- 9305;

BERTH, Joice. **Empoderamento**- São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. 184p.

CERQUEIRA, G.M. **Visibilidade espacial**: aspectos da poética teatral negra a partir da interseção entre gênero, raça e sexualidade em Candaces da Cia dos Comuns. Revista Espaço Acadêmico- n. 226. p. 68-80. Jan/fev.2021.

HOOKS, Bell. **E eu não sou eu uma mulher?** Mulheres negras e feminismo. Rio de Janeiro: Ed. Rosa dos Tempos, 2019.

FRANCIS, Richard C. **Epigenética**: Como a ciência está revolucionando o que sabemos sobre hereditariedade. 1ª Edição. Editora Zahar, 2015.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro latino americano**. Editora Zahar, 2020.

KILOMBA, G. **Memórias de uma Plantação**: Episódio de Racismo Cotidiano. Rio de Janeiro. Ed. Cobogó, 2019.

MORRISON, T. **A origem dos outros**: Seis ensaios sobre racismo e literatura. Tradução de Fernanda Abreu. São Paulo. Companhia das Letras, 2019.

NOGUEIRA, Isildinha Baptista. **A cor do inconsciente. Significações do Corpo Negro (Palavras negras)**. 1ª Edição, Editora Perspectiva S/A, 2021.

STUART, Hall; WOODWARD, Kathryn; SILVA, Tomaz da (Org.). **Identidade e diferenças**: A perspectiva de estudos culturais. Petrópolis, Rj. Ed. Vozes, 12 Ed. 2000.

WERNECK, Jurema. **Mulheres Negras**: um Olhar sobre as Lutas Sociais e as Políticas Públicas no Brasil. 2ª edição, Ed. Pallas.

CAPÍTULO 10 - A INSERÇÃO TARDIA DAS MULHERES NO PARLAMENTO BRASILEIRO (1945-2018)

Romer Mottinha Santos³⁴

Geissa Cristina Franco³⁵

INTRODUÇÃO³⁶

A garantia de mais mulheres na política tem sido uma preocupação do Tribunal Superior Eleitoral - TSE. Todavia, historicamente a representação feminina no Brasil é ínfima e há um longo caminho para uma distribuição mais igualitária de gênero para os cargos políticos eletivos. Em 04 de agosto de 2021 foi sancionada a Lei 14.192/2021 que “estabelece normas para prevenir, reprimir e combater a violência política contra a mulher”, porém não altera a legislação de cotas para candidaturas femininas.

Ainda que o debate acadêmico exista há algum tempo, faz poucos anos que a noção de gênero se tornou comum em debates parlamentares, campanhas eleitorais e em protestos na América Latina (BIROLI, 2019). Quando se fala de mulheres que foram eleitas para cargos legislativos é apontada a literatura sobre representação descritiva. Na década de 1970, a teoria de ciência política que estudava a participação feminina das mulheres começou a separar a análise dos estudos.

Um dos objetos da discussão é o que se refere aos processos de entrada das mulheres na instituição política, observando numericamente a quantidade de mulheres eleitas, bem como os obstáculos encontrados

³⁴ Mestre em Ciência Política (UFPR). Pesquisador no grupo de pesquisa Estudos Políticos e Internacionais do Centro Universitário Internacional – Uninter. CV: <http://lattes.cnpq.br/0613976614011382>

³⁵ Doutoranda em Ciência Política (UFPR). CV: <http://lattes.cnpq.br/4380872441300251>

³⁶ Este texto faz parte da pesquisa apresentada no *VI Congreso Uruguayo de Ciencia Política - Repensando los márgenes de la Democracia: la Ciencia Política frente al nuevo escenario global*, sobre “A trajetória das mulheres nos parlamentos da América Latina (1945-2018)” (SANTOS; FRANCO, 2021).

nesse trajeto, o qual ficou conhecido como representação descritiva. Há também estudos sobre a atuação e dificuldades encontradas pelas parlamentares após ocuparem a esfera política, o que a literatura apontou como representação substantiva (KANTER, 1977).

Pesquisas sobre representação descritiva avaliam a trajetória anterior das mulheres serem eleitas, como por exemplo os processos eleitorais observando comparativamente os países para saber qual sistema é o melhor para que haja um número maior de mulheres eleitas. Outro exemplo de estudo é como ocorre o recrutamento dessas candidatas dentro dos partidos políticos (ARAÚJO; ALVES, 2007).

Esta pesquisa se enquadra na perspectiva teórica da representação descritiva que busca observar os processos de aumento de mulheres em cargos políticos. Assim, temos como problema de pesquisa se há progressão na ocupação das mulheres em cargos políticos eletivos no Congresso Nacional brasileiro?

O objetivo deste estudo é demonstrar a trajetória histórica das mulheres parlamentares no Congresso Nacional, conforme os indicadores internacionais do *Inter-Parliamentary Union* <<https://data.ipu.org/historical-women>>. O recorte temporal é relativo aos resultados eleitorais entre 1945 e 2018. A metodologia é quantitativa de estatística descritiva.

A hipótese do estudo é de que a participação política tenha uma inserção mínima devido às políticas afirmativas ou reformas na legislação eleitoral. Atualmente as cotas para candidaturas femininas servem como tentativa de apresentar mais mulheres eleitas nos parlamentos. Os resultados demonstram que a representação feminina cresceu pouco em sua trajetória histórica e verificou-se um aumento em pequenos percentuais de mulheres, com a ocupação de homens eleitos no Congresso ainda predominante.

A PARTICIPAÇÃO FEMININA NOS ESPAÇOS POLÍTICOS

As mulheres estão submetidas a várias pressões que prejudicam sua constituição como atores políticos. São insuladas numa esfera doméstica separada do espaço público, têm seu tempo comprimido pela responsabilidade que precisam assumir na gestão do lar e no cuidado com as pessoas mais vulneráveis, controlam menos recursos econômicos, são estigmatizadas se assumem a defesa dos próprios interesses ou se participam da disputa pelo poder (MIGUEL, 2014).

O contexto de participação das mulheres na política é recente, pois, sob a ótica dos movimentos feministas, as mobilizações se localizavam inicialmente mais limitadas ao protagonismo em instituições variadas da sociedade. Demandas posteriores de ocupação de cargos se fundamentam na existência de interesses específicos de mulheres, o que justificava a necessidade de uma construção da representação tendo como pedestal os requisitos de gênero. Foi no reconhecimento da pertinência da função das mulheres nos espaços de poder que despontou o debate sobre as condições e possibilidades de formação de representantes capacitadas. Então, a participação das mulheres na esfera política vem demandando uma reflexão sobre o papel das dinâmicas institucionais e das interações mais amplas que se efetivam nos variados campos da atividade social, interferindo na construção e incremento das candidaturas (BARREIRA; GONÇALVES, 2012).

As políticas de igualdade de oportunidades são elaboradas para providenciar um nível em que as mulheres possam almejar carreiras políticas em condições similares às dos homens. As políticas de igualdade de oportunidades são valiosas a longo prazo, em especial quando combinadas com outras estratégias, todavia, por si próprias, na maior parte das vezes elas mostram ter pouco impacto em aumentar a representação feminina (NORRIS, 2013).

É necessário destacar que além do instrumento de cotas, há outras maneiras de contribuir para o aumento no número de mulheres em eleições. O Estado pode contribuir positivamente com as campanhas

femininas quando os partidos se encontram em posições de relutância. Uma maneira de fazer isso é por meio dos fundos partidários destinados a mulheres (KROOK; NORRIS, 2014).

As mulheres são um excelente exemplo para se ter uma ideia de quanto é longo o caminho da luta pela extensão real dos direitos de cidadania aos muitos segmentos de minorias de uma sociedade. Apesar das mulheres brasileiras serem um pouco mais da metade da população e do eleitorado, com maior nível de escolaridade e representando quase a metade da população economicamente ativa, são sub-representadas na política (AVELAR, 2002).

Considerando que, historicamente, a política se constitui como um território masculino, a ausência das mulheres foi vista por longo tempo como um fenômeno natural das características intrínsecas e pela propensão ao espaço doméstico, o desinteresse pelos negócios públicos ou a racionalidade inferior. A partir do século XX há uma outra perspectiva das mulheres com a extensão dos direitos políticos, votar e ser votado (MIGUEL; FEITOSA, 2009).

O DEBATE SOBRE REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA VINCULADO ÀS COTAS

A política é construída em um ambiente masculino, e nesse sentido as mulheres ao chegarem nesse espaço sofrem violências por serem do gênero feminino e estarem em um ambiente que até então era constituído apenas de homens. A literatura chama esse fenômeno de violência contra a mulher na política (KROOK; SANÍN, 2016).

Mas o que é essa violência que as mulheres sofrem nos espaços políticos? Para entender esse conceito, é necessário diferenciar a violência política de assédio político. O segundo é um ato de pressão, perseguição, hostilidade e ameaça. Já o primeiro são ações, condutas e agressões que causam danos físicos, psicológicos ou sexuais. Na violência política a ideia do agressor é reduzir e suspender o exercício das funções do cargo dessa mulher política ou mesmo induzir a terem certas atitudes particulares

ou deixarem de agir de certa maneira dentro do seu mandato político (KROOK; SANÍN, 2016).

Exemplos práticos desses tipos de violência é destinar a essas mulheres políticas tarefas que não se relacionam a seu cargo, dar informações erradas ou imprecisas prejudicando as mulheres na hora de realizar as atividades do cargo, impedir que essas mulheres assistam sessões ou outras atividades que se relacionem com tomada de decisão, fornecer informações falsas ou incompletas referentes à identidade ou ao gênero dos candidatos para autoridades eleitorais. Impedir a reeleição de mulheres quando as mesmas fazem bem seu trabalho. Divulgar informações pessoais fazendo com que as parlamentares renunciem, reter o salário, forçar as mulheres a assinarem documentos de tomada de decisão que vão contra a sua vontade (KROOK; SANÍN, 2016).

Ao pensar em todas essas violências que as mulheres sofrem antes e após serem eleitas ou ocuparem cargos políticos não-eletivos, podemos nos questionar até que ponto as regras construídas para que as mulheres ocupem os espaços políticos são ou não eficazes. As cotas debatidas desde os anos de 1930 para uma grande parte da literatura são instrumentos necessários para uma maior eficácia na representação descritiva mesmo com a maior ou menor eficácia das mesmas a partir do tipo de magnitude eleitoral ou do sistema eleitoral adotado pelos países (ARAÚJO; ALVES, 2007). No entanto, leis relacionadas ao combate mais específico de violência de gênero devem ser pensadas. Devemos refletir não apenas no número de mulheres eleitas, mas também em como manter essas mulheres nos espaços políticos que historicamente privilegiam a permanência dos homens. Além disso, deve-se analisar mecanismos em que as mulheres possam ter um maior acesso a locais e cargos importantes dentro da estrutura dos partidos e das instituições políticas.

Vemos que a violência de gênero é uma pauta constante no Brasil e na América Latina. As cotas são um dos primeiros mecanismos que um país pode utilizar para que haja uma maior representação descritiva,

e quem sabe a partir desse maior número de mulheres nesse espaço sejam menores as violências diárias que as parlamentares passam.

E o que são cotas? Cotas são mecanismos de ação afirmativas utilizados pelos países para que mais mulheres sejam eleitas. Elas podem ser compulsórias, quando os partidos são obrigados a cumprir uma porcentagem mínima de candidatas mulheres. Também podem ser voluntárias, quando fica a cabo do partido escolher utilizá-las nas eleições. As cotas podem incidir sobre as eleições, na quantidade de mulheres candidatas por agremiação partidária, ou diretamente nas cadeiras do legislativo, quando fica destinada no legislativo uma quantidade mínima de cadeiras às mulheres. Cada país adota ou não um tipo específico de cota (KROOK; NORRIS, 2014). No Brasil conforme a Lei das Eleições – Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo” (BRASIL, 1997).

METODOLOGIA DA PESQUISA

Na pesquisa há normas para que o instrumental utilizado no registro de mensuração de dados tenha validade e confiabilidade (BARROS; LEHFELD, 2012). Considerando o tempo de mensuração das variáveis, os estudos podem ser seccionais ou transversais (os dados são obtidos em um único momento específico do estudo) e longitudinais (as informações são coletadas em vários momentos do processo de pesquisa para analisar sua evolução) (RAD CAMAYD; ESPINOZA FREIRE, 2020). A metodologia utilizada é pesquisa quantitativa de estatística descritiva, que se preocupa com a coleta, descrição e apresentação de dados observados, sem tirar conclusões mais genéricas e não se ocupa de valores amostrais (CERVI, 2017). Os descritivos são usados para caracterizar um fenômeno por meio da observação e medição de seus componentes. As informações fornecidas por essas investigações podem servir de base para estudos mais específicos (RAD CAMAYD; ESPINOZA FREIRE, 2020).

O objeto da pesquisa são as mulheres eleitas para o Senado ou Câmara dos Deputados do Brasil. Os dados foram selecionados pelo repositório de dados do *Inter-Parliamentary Union & International Institute for Democracy and Electoral Assistance (International IDEA)* e o recorte temporal com datas de eleições entre 1945 e 2018. O estudo adotado para a coleta dos dados é longitudinal.

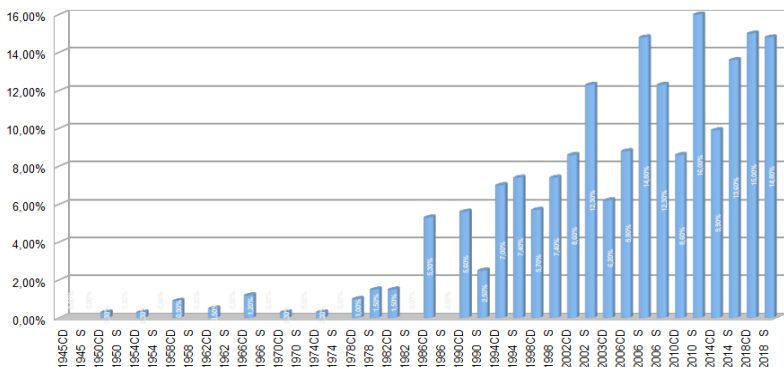
A INSERÇÃO TARDIA DAS MULHERES NO PARLAMENTO BRASILEIRO

As mulheres são maioria da população e do eleitorado no país, todavia elas continuam a ser sub-representadas na política brasileira (OLIVEIRA, 2019, p. 44). Nas eleições municipais de 2020, de acordo com o TSE (2020), as mulheres foram 12% dos prefeitos eleitos e 16% dos vereadores eleitos.

A inserção da participação feminina na política brasileira é primordial, pois, além do que corrigir uma discriminação histórica, é elemento fundamental no desenvolvimento dos princípios democráticos. Então, apenas com uma ação política será possível, a longo prazo, contribuir para a redução progressiva da hegemonia política masculina e, conseqüentemente, para a ampliação da participação efetiva das mulheres na política brasileira (OLIVEIRA, 2019, p. 45).

No entanto, conforme o Gráfico 1 abaixo verifica-se de forma longitudinal que a inserção das mulheres em cargos políticos eletivos no parlamento nacional está caminhando com dificuldades e de forma vagarosa. O Gráfico está ordenado em ano e inicialmente Câmara dos Deputados, na sequência Senado. Somente em 2002 o Senado teve mais de 10% de senadoras eleitas (12,3%). E o percentual máximo de senadoras eleitas foi de 16% em 2010, enquanto na Câmara dos Deputados o máximo histórico foi de 15% de deputadas federais eleitas em 2018. Estes percentuais são bem abaixo da cota de 30% de candidaturas de mulheres.

Figura 1 – Gráfico da quantidade de mulheres eleitas X série histórica no Brasil (1945-2018) - Congresso Nacional: Percentual % de mulheres na Câmara dos Deputados e Senado do Brasil



Fonte: Inter-Parliamentary Union (2021).

Legenda: CD - Câmara dos Deputados; S - Senado.

Nota: Dados trabalhados pelos autores.

No Brasil de 1945 até os anos 1990 a representação das mulheres como parlamentares no Congresso Nacional é quase inexistente. O aumento no número de mulheres a partir da década de 1990 pode ser explicado pelo fato daquele momento alguns países da América Latina começaram a utilizar as cotas como um instrumento para aumentar o número de mulheres eleitas em seus parlamentos (KROOK; NORRIS, 2014).

Os dados históricos no Brasil apontam que o percentual de mulheres eleitas para a Câmara dos Deputados permanece inferior a 10% desde a década de 1940. Este cenário é quase o mesmo ainda com iniciativas sancionadas em forma de leis (Lei 9.504/1997 e Lei 13.165/2015) que contribuíram para a implementação de cotas de gênero nas listas eleitorais, além da obrigatoriedade de os partidos destinarem parte de seus recursos ao fomento da participação política de mulheres (REZENDE; SARMENTO; TAVARES, 2020).

Ter índices maiores de representação descritiva, não significa necessariamente índices maiores de representação substantiva. Saber a

quantidade de mulheres eleitas é apenas o início de uma análise mais profunda. A cultura política, a organização partidária, as cotas e o recrutamento político são algumas maneiras de incentivar a participação política das mulheres e dissolver a predominância masculina em cargos eletivos de poder político.

O recrutamento partidário destinado à competição eleitoral (com fins de candidaturas), é mediado por padrões e perfis eleitorais com capital eleitoral significativo para a disputa. As cotas podem incidir sobre essa dinâmica e serem limitadas por ela. A maneira como as cotas são aplicadas nesses sistemas também depende da postura dos partidos com essas medidas, da pressão organizada das mulheres e da sua capacidade de intervenção na construção das políticas de recrutamento e investimento eleitoral (ARAÚJO, 2005).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por todos os aspectos apresentados podemos constatar que a inserção de mulheres nos cargos políticos eletivos evoluiu pouco no período entre 1945 e 2018. Todavia, verifica-se por meio da análise histórica que a conquista de cargos de poder, como representantes políticas é algo muito recente e na maioria dos países ainda estão distantes os princípios de equidade na ocupação de cargos eletivos por gênero.

Uma mudança significativa ocorreu a partir do momento que os países começaram em suas legislações eleitorais as cotas de gênero. Como na América Latina iniciaram nos anos de 1990 as leis de cotas, os percentuais mínimos de participação feminina foram distintos na de país para país e percebeu-se que alguns países tiveram melhores desempenhos na inserção da participação da mulher em cargos políticos eletivos do poder Legislativo. Porém, no Brasil a conquista de mulheres em cargos eletivos é reduzida e tem progredido lentamente nas últimas décadas. Este poder político ainda é uma hegemonia masculina.

“A democracia não pode pairar acima da diferença sexual, mas tem que ser redefinida com essa diferença em mente. Uma implicação óbvia é que a democracia deve lidar conosco não apenas como indivíduos, mas

como grupos” (PHILLIPS, 2011, p. 341). Desconstruir a dominação masculina na participação política não somente pela legislação eleitoral, mas pelos valores e cultura política é um grande desafio para a sociedade e para os estudos das ciências sociais, em especial da ciência política. Esse será um caminho árduo no Brasil, pois o enfrenta constantes crises políticas e uma cultura política muitas vezes divergente dos princípios democráticos.

Uma das crises políticas no Brasil atingiu diretamente a primeira mulher eleita para a presidência do país. Em 02 de dezembro de 2015 o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB) autorizou a abertura do processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff (PT). No dia 17 de abril de 2016, a Câmara de Deputados, na época com cerca de 90% de homens, autorizou a abertura do processo de impeachment contra a presidenta Dilma Rousseff (PT). No dia 31 de agosto do mesmo ano, o Senado Federal, com mais de 85% de homens, votou e aprovou o seu impeachment. Não há indicação de que o número reduzido de mulheres parlamentares nestes dois cenários tenha influência direta no resultado. Todavia, esta mesma ausência deixa exposta a condição subalterna das mulheres na política (PINTO).

Para estudos ulteriores desta temática é importante a formulação de um desenho de pesquisa que permita mais análises e explicações. A aplicação de técnicas quantitativas para estudar qualquer assunto é um procedimento complexo. A mensuração da participação da mulher na política é uma metodologia utilizada pelas pesquisadoras Maria Jordana C. Sabino e Patrícia Verônica P. S. Lima (2015) para construção do Índice de Participação da Mulher na Política (IPMP) para medir as limitações da Lei de Cotas na promoção da equidade entre mulheres e homens, na esfera política e nas instâncias decisórias.

O IPMP é um índice sintético que considera a participação da mulher na política (SABINO; LIMA, 2015). A composição do IPMP inclui o número de candidatas e eleitas, por percentual) nos poderes Executivo e Legislativo e nas esferas municipais, estaduais e federal. Esta metodologia permite uma análise mais ampla da participação

feminina na política em determinado país. Com essa indicação espera-se resultados mais reveladores em futuras pesquisas e novos caminhos para a participação feminina na política.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, C.; ALVES, J. E. D. (2007). Impacto de Indicadores Sociais e do Sistema Eleitoral sobre as Chances das Mulheres nas Eleições e suas Interações com as Cotas. *Dados - Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, v.50, N.3, pp.535-577.

ARAÚJO, C. Partidos Políticos e Gênero: Mediações nas Rotas de Ingresso das Mulheres na Representação Política. *Revista de Sociologia e Política*, n. (24), 2005. Recuperado de <https://revistas.ufrpr.br/rsp/article/view/3724>

AVELAR, L. M. **Mulher e Política: o mito da igualdade**. Social Democracia Brasileira, Brasília, 2002, p. 40 - 54, 01 mar.

BARROS, A. J. P., & LEHFELD, N. A. S. **Projeto de Pesquisa: propostas metodológicas**. Petrópolis – RJ: Editora Vozes, 2012.

BARREIRA, I.; GONÇALVES, D. N. Presença e ausência de candidatas: mapeando representações de dirigentes partidários. In: José Eustáquio Diniz Alves; Céli Regina Jardim Pinto; Fátima Jordão. (Org.). **Mulheres nas eleições 2010**. 1ed. São Paulo: ABCP/Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2012, p. 315-336.

BIROLI, F. A reação contra o gênero e a democracia. *Nueva Sociedad*, v. 1, p. 76-88, 2019. Recuperado em 03 de julho, 2021, de <https://nuso.org/articulo/reacao-contra-o-genero-e-democracia/>

BRASIL. Lei 9.504, de 30 de setembro de 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9504compilado.htm Acesso em: 21 jan. 2022.

BRASIL. Lei 14.192/2021, de 04 de agosto de 2021. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14192.htm Acesso em: 24 jan. 2022.

CERVI, E. U. *Manual de métodos quantitativos para iniciantes em Ciência Política*. Volume 1, 1ed – Curitiba: CPOP-UFPR, 2017.

INTER-PARLIAMENTARY UNION. (2021). **Historical data on women in national parliaments**. Disponível em: <https://data.ipu.org/historical-women>. Acesso em: 21 jan. 2022.

KANTER, R. M. 'Some Effects of Proportions on Group Life'. *American Journal of Sociology*, v. 82, n.5, 1977, pp. 965-90.

KROOK, M. L.; NORRIS, P. Beyond Quotas: Strategies to Promote Gender Equality in Elected Office. *Political Studies*, vol.62, 2014, p.2-20. Disponível em: http://mlkrook.org/pdf/ps_krook_norris_2014.pdf Acesso em: 21 jan. 2022.

KROOK, M. L.; SANÍN, J. R. Género y violencia política en América Latina: Conceptos, debates y soluciones. **Política y gobierno**, vol. XXIII, n.1, 2016, pp.127-162.

MIGUEL, L. F. **Democracia e representação: territórios em disputa**. 1ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

MIGUEL, L. F.; FEITOSA, F. O gênero do discurso parlamentar: mulheres e homens na tribuna da Câmara dos Deputados. Dados - **Revista de Ciências Sociais**, vol. 52, n. 1, março, pp. 201-221. Universidade Cândido Mendes. Rio de Janeiro, Brasil, 2009.

NORRIS, P. Recrutamento político. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 21, n. 46, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782013000200002> Acesso em: 21 jan. 2022.

OLIVEIRA, K. P. A trajetória da mulher na política brasileira: as conquistas e a persistência de barreiras. **Cadernos da Escola do Legislativo - e-ISSN: 2595-4539**, [S.l.], v. 16, n. 26, p. 11-49, fev. 2019. ISSN 2595-4539. Disponível em: <<https://cadernosdolegislativo.almg.gov.br/seer/index.php/cadernos-ele/article/view/134>>. Acesso em: 21 jan. 2022.

PHILLIPS, A. O que há de errado com a democracia liberal?. **Revista Brasileira de Ciência Política**, (6), 2011, 339-363. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-33522011000200013> Acesso em: 21 jan. 2022.

PINTO, C. R.J. Dilha- uma mulher política. In: RUBIM, L.; ARGOLO, F. (Org.). **O Golpe na perspectiva de Género**. Salvador: Edufba, 2018, 186 p. (Coleção Cult). Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/25458> Acesso em: 24 jan. 2022.

RAD CAMAYD, Y.; ESPINOZA FREIRE, E. E. Estratégias metodológicas de investigação nas ciências sociais. **Conrado**, 16(77), 2020, 65-73. Epub 02 de diciembre de 2020. Recuperado en 21 de junio de 2021, de http://scielo.sld.cu/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1990-86442020000600065&lng=es&tlng=pt .

REZENDE, D.; SARMENTO, R.; TAVARES, L. Mulheres nos partidos políticos brasileiros: uma análise de estatutos partidários e sítios eletrônicos. **REVISTA DEBATES (UFRGS)**, v. 14, 2020, p. 43-69. <https://doi.org/10.22456/1982-5269.108752> Acesso em: 21 jan. 2022.

SABINO, M. J. C.; LIMA, P. V. P. S. Igualdade de gênero no exercício do poder. **INTERthesis (Florianópolis)**, v. 23, p. 713-734, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/41762>

SANTOS, R. M., FRANCO, G. C. A trajetória das mulheres nos parlamentos da América Latina (1945-2018). **VI Congreso Uruguayo de Ciencia Política - Repensando los márgenes de la Democracia: la Ciencia Política frente al nuevo escenario global**. Montevideo: Asociación Uruguaya de Ciencia Política, 2021.

TSE - Tribunal Superior Eleitoral. **Mulheres representam apenas 12% dos prefeitos eleitos no 1º turno das Eleições 2020**. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/imprensa/>

noticias-tse/2020/Novembro/mulheres-representam-apenas-12-dos-prefeitos-eleitos-no-1o-turno-das-eleicoes-2020 Acesso em: 24 jun. 2021.

APÊNDICE

Quadro 1 – Dados históricos sobre mulheres no Congresso Nacional do Brasil (1945-2018)

Ano da eleição	Casa Legislativa	Total de cadeiras	Total de mulheres	% de mulheres	Casa Legislativa	Total de cadeiras	Total de mulheres	% de mulheres
1945	Câmara dos Deputados	286	0	0,0%	Senado	63	0	0,0%
1950	Câmara dos Deputados	304	1	0,3%	Senado	63	0	0,0%
1954	Câmara dos Deputados	321	1	0,3%	Senado	63	0	0,0%
1958	Câmara dos Deputados	326	3	0,9%	Senado	63	0	0,0%
1962	Câmara dos Deputados	409	2	0,5%	Senado	66	0	0,0%
1966	Câmara dos Deputados	409	5	1,2%	Senado	66	0	0,0%
1970	Câmara dos Deputados	310	1	0,3%	Senado	66	0	0,0%
1974	Câmara dos Deputados	364	1	0,3%	Senado	66	0	0,0%
1978	Câmara dos Deputados	420	4	1,0%	Senado	67	1	1,5%
1982	Câmara dos Deputados	479	7	1,5%	Senado	69	0	0,0%
1986	Câmara dos Deputados	487	26	5,3%	Senado	71	0	0,0%
1990	Câmara dos Deputados	503	28	5,6%	Senado	81	2	2,5%
1994	Câmara dos Deputados	513	36	7,0%	Senado	81	6	7,4%
1998	Câmara dos Deputados	513	29	5,7%	Senado	81	6	7,4%
2002	Câmara dos Deputados	513	44	8,6%	Senado	81	10	12,3%

2006	Câmara dos Deputados	513	45	8,8%	Senado	81	10	12,3%
2010	Câmara dos Deputados	513	44	8,6%	Senado	81	13	16,0%
2014	Câmara dos Deputados	513	51	9,9%	Senado	81	11	13,6%
2018	Câmara dos Deputados	513	77	15,0%	Senado	81	12	14,8%

Fonte: *Inter-Parliamentary Union* (2021), <<https://data.ipu.org/historical-women>>.

CAPÍTULO 11 - O DISCURSO MIDIÁTICO COMO DISPOSITIVO POLÍTICO: UMA ANÁLISE NAS *PÁGINAS AMARELAS* DA *REVISTA VEJA*

André Luís A. Silva³⁷
Maria Cristina Kirach³⁸

INTRODUÇÃO

O presente texto visa tecer discussões sobre a prática jornalística da revista *Veja*. Para isso, toma-se como objeto de investigação as edições publicadas entre os anos de 2011 e 2016, tendo como fio condutor o alerta para os possíveis efeitos de saber e a identificação das formas de exercício do poder. Assim, o principal objetivo deste trabalho é examinar a seção de entrevistas do periódico denominada *Páginas Amarelas*, visto que, os homens são a grande maioria dos entrevistados do período em estudo, e as mulheres, quando entrevistadas, são minoria e não dissertam sobre as mesmas temáticas que os homens. Elas falam sobre questões do espaço privado, eles sobre o espaço público, contribuindo e possibilitando uma vontade de verdade favorável ao *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff.

A seção *Páginas Amarelas* é o ambiente semanal de realização de entrevistas da revista *Veja*, que acompanha o periódico desde seus primórdios. Em junho de 1969, o dramaturgo e cronista Nelson Rodrigues foi o primeiro entrevistado na seção *Entrevista*, somente ao longo de 1970 o espaço de entrevistas passou a ser chamado de *Páginas Amarelas*, fazendo referência à coloração do papel utilizado em suas páginas. A investigação, neste espaço, emerge de uma inquietação relacionada aos entrevistados desta seção e dos assuntos que são convidados a dissertarem. Portanto, as entrevistas publicadas entre 2011 e 2016 serão nosso objeto de estudo,

³⁷ Doutorando em História (UNIOESTE). Bolsista CAPES/DS.
CV: <http://lattes.cnpq.br/7744850589181456>

³⁸ Mestra em História (UNICENTRO). CV: <http://lattes.cnpq.br/1711769630322161>

uma vez que, este recorte temporal é referente ao mandato presidencial exercido por Dilma Rousseff, momento conturbado da história política brasileira, no qual, ocorreram diversas manifestações populares, disputas políticas e um processo de *impeachment*. Cada entrevista possui entre 12 e 15 perguntas, que somam três páginas escritas, sendo a única ilustração a fotografia do entrevistado na página de abertura. As entrevistas possuem manchete, chamada e algumas janelas³⁹ que ressaltam frases ditas pelos convidados entrevistados.

Através da catalogação das entrevistas publicadas neste período, nota-se que as mulheres são segregadas por *Veja* a discutirem sobre estética, beleza, sensualidade, música e educação dos filhos, caracterizando-se, assim, por falarem do espaço privado. Enquanto que as temáticas dissertadas pelos entrevistados homens dão ênfase para os assuntos políticos e econômicos, questões referentes ao espaço público, como por exemplo, as diretrizes neoliberais que são apresentadas e discutidas com os leitores e, mais tarde, utilizadas como um dispositivo político contra a presidenta Dilma Rousseff, em uma busca constante pela legitimação de sua má condução do país, também, como argumento favorável ao processo de *impeachment*. Deste modo, são as entrevistas concedidas pelos homens que focaremos a investigação⁴⁰.

Assim, partimos da hipótese de que a seção de *Páginas Amarelas* é um espaço da revista organizado através de uma premissa de gênero, já que homens e mulheres não são convidados a dissertarem sobre os mesmos assuntos, também, pelo fato de que homens possuem uma representatividade maior, pois 86,5% dos entrevistados são homens e apenas 13,5% mulheres, conforme levantamento realizado. Deste modo, as temáticas estariam reforçando a construção social de uma dualidade patriarcal, responsável pela emergência do espaço privado/mulher e

³⁹ Falas pronunciadas pelos entrevistados que são publicadas em destaque nas páginas, geralmente em negrito e com tamanho da fonte ampliado.

⁴⁰ As entrevistas concedidas pelas mulheres já foram estudadas e o resultado da investigação pode ser consultado no artigo: SILVA, André Luís A.; PEREIRA, Ariane Carla. Do que elas podem falar? *As Páginas Amarelas* através de uma perspectiva de gênero. **REVISTA UNINTER DE COMUNICAÇÃO**, v. 08, p. 28 - 39, 2020.

público/homem. Nesse contexto, é necessário pensarmos junto com Foucault (2014), e problematizarmos os discursos que emergem das *Páginas Amarelas* como um dispositivo político, e a seção do periódico como um espaço de relações de saber e poder, já que dentro dele estão inseridos o jornalista entrevistador, o convidado entrevistado e os leitores, em que se cruzam inúmeros saberes e forças que atravessam nosso tempo presente.

O DISCURSO MIDIÁTICO COMO DISPOSITIVO POLÍTICO

Para compreender a prática jornalística na contemporaneidade é imprescindível o estudo do papel dos meios de comunicação de massa. Afinal, ao apresentarem uma narrativa sobre nossa atualidade, tornam-se objeto e fonte para estudo dos acontecimentos que narram. Vivemos no tempo em que a mídia nos surpreende a cada dia, seja por sua tecnologia, seus diagnósticos, seus noticiários e sua relação com o leitor, esta que não podemos compreender com algo natural, mas, sim, como uma construção diária em que mídia e leitor buscam aproximações o tempo todo. A partir da segunda metade do século XX, devido a modernização proporcionada pela impressão *offset*, os periódicos tornaram-se materiais cada vez mais chamativos, capazes de seduzir o leitor a consumir jornais e, principalmente, revistas, que passaram a produzir longas e detalhadas reportagens, explorando novos temas, direcionado a um público leitor específico.

Referência de jornalismo na contemporaneidade, a revista *Veja* é publicada desde setembro de 1968 e, em todos esses anos, agenda as principais pautas políticas, econômicas e culturais, assim como os debates sociais, seu exercício se apresenta como um guia de referência para seus leitores, tematizando fatos e acontecimentos, atribuindo sentido a pautas e optando pela estratégia de convencer seu público alvo. Não são poucos os brasileiros que se sentem bem informados e capazes de entender o Brasil e o mundo apenas depois de folhear e ler suas páginas.

Dos vários espaços de *Veja*, a investigação focaliza especificamente a seção *Páginas Amarelas*. Entre janeiro de 2011 e dezembro de 2016, a revista *Veja* publicou 306 entrevistas em seu espaço célebre de coloração amarela, das quais 264 dos entrevistados foram homens, enquanto as entrevistadas mulheres somaram 42. Em termos percentuais, são 86,5% contra 13,5%. Ou seja, uma mulher é entrevistada para cada seis homens. Se os dados apresentados já despertam indagações, quando averiguadas as temáticas sobre as quais homens e mulheres dissertam, evidencia-se que os assuntos são divididos por uma visão de gênero. Além do domínio masculino no espaço de entrevistas de *Veja*, os homens são soberanos ao falar de assuntos como política e economia, enquanto as entrevistadas mulheres discorrem sobre as temáticas relacionadas à arte, à educação e sobre a própria vida. Desta forma, para auxiliarmos na análise, foi desenvolvida a tabela abaixo, que apresenta as temáticas abordadas e a quantidade de vezes em que homens e mulheres foram convidados a dissertarem sobre determinados assuntos.

Tabela 01 - Temáticas das *Páginas Amarelas*, revista *Veja* (2011 - 2016)⁴¹

TEMÁTICA DA ENTREVISTA	QUANTIDADE DE ENTREVISTAS	
	HOMENS	MULHERES
Temática central: Política brasileira Subtemas: Democracia; Congresso; Manifestações; Ideologia; Eleições; Instituições públicas; Programas sociais.	39	3
Temática central: Política externa Subtemas: Democracia; Imigração; ONGs; Terrorismo; Direitos Humanos; Liberdade de expressão; Conflitos.	26	8
Temática central: Economia brasileira Subtemas: Inflação; Protecionismo; Previdência Social; BNDS; PIB; Investimentos; Taxa de juros; Impostos.	31	1

⁴¹ Nas edições 2249, 2301, 2340, 2353, 2406, 2458 e 2510, não foram publicadas entrevistas devidas serem publicações especiais sobre temáticas específicas ou edições retrospectivas.

Temática central: Educação Subtemas: Ensino médio e superior; Pesquisa científica; Base Comum Curricular.	22	9
Temática central: Inovação e Tecnologia Subtemas: Informática; Software; Internet; Redes sociais.	18	3
Temática central: Carreira profissional Subtemas: Empreendimentos; Biografia.	15	4
Temática central: Cultura Subtemas: Música; Cinema; Literatura; Novela; Moda; Arte; Estética.	13	5
Temática central: Poder Judiciário Subtemas: Corrupção; Delações Premiadas; Investigações; Lei; Ministério Público.	11	6
Temática central: Economia externa Subtemas: Crise na Europa; Estatísticas; Reformas; Mercosul; Desenvolvimento.	17	0
Temática central: Esporte Subtemas: UFC; Olimpíadas 2012 e 2016; Copa do Mundo 2014.	16	0
Temática central: Meio Ambiente Subtemas: Economia verde; Sustentabilidade; Biodiversidade; Energia renovável.	12	1
Temática central: Segurança pública Subtemas: Sistema penitenciário; Violência; Criminalidade.	13	0
Temática Central: Religião Subtemas: Islamismo; Catolicismo; Judaísmo.	10	2
Temática central: Capitalismo e Neoliberalismo Subtemas: Livre mercado; Liberdade individual; Meritocracia; Competitividade; Capitalismo; Iniciativa privada.	11	0
Temática central: Saúde Subtemas: Sistema público e privado; Medicina; Psiquiatria.	10	0
TOTAL:	264	42

Fonte: Os autores.

Numericamente, os homens são maioria no espaço de entrevistas de *Veja*, assim como dominam quantitativamente as temáticas relacionadas ao espaço público. Assim, o foco da análise que seguirá nas páginas a seguir será sobre suas entrevistas e seus assuntos abordados no período já mencionado.

Ao iniciar a investigação das entrevistas, é importante frisar que, essas vozes nem sempre são brasileiras, mesmo que na entrevista eles falem do/sobre o Brasil. Dos 264 homens entrevistados, 63 são estadunidenses, 46 são europeus e 30 são africanos, asiáticos e latinos somados, totalizando 139 entrevistados estrangeiros, enquanto os brasileiros são 125. Ao convidar uma expressiva quantidade de estrangeiros – sobretudo, estadunidenses e europeus – para dissertar nas *Páginas Amarelas*, a revista *Veja* alinha-se à uma perspectiva em que o hemisfério norte seria o centro de produção do conhecimento e, em especial, dos parâmetros liberais e neoliberais. São esses discursos que estão na origem desses novos atos “que os retomam, os transformam ou falam deles, ou seja, os discursos que, indefinidamente, para além de sua formulação, são ditos, permanecem ditos e estão ainda por dizer” (FOUCAULT, 2014, p. 21). Ao discorrer sobre a autoria, Foucault também defende que a posição, o local e o status do autor estão, muitas vezes, acima de seus textos e escritos e, assim, ao falarem em *Veja*, e com *Veja*, esses enunciadores também conferem a ela o mesmo status de superioridade.

A exemplo disso, na apresentação feita por *Veja* dos entrevistados estrangeiros nas *Páginas Amarelas* é comum encontrar substantivos e adjetivos como “especialista”, “doutor”, “renomado”. Expressões que, antes de tudo, estabelecem ênfase à qualificação do indivíduo que irá falar. Também, é comum ligar o sujeito ao lugar ocupado por ele - “professor de Harvard”, “pesquisador de Stanford”, “cientista de Oxford” - como modo complementar de conferir importância ao indivíduo entrevistado e, a partir dele, ao próprio periódico, já que só mesmo uma revista renomada, reconhecida e com penetração conseguiria um espaço na agenda dessas pessoas para que a entrevista pudesse ser agendada. Essa é uma estratégia de *Veja* que visa funcionar como um argumento de autoridade, a exemplo do que acontece com o estatuto dos textos jurídicos e religiosos.

Em *Páginas Amarelas*, tanto a nacionalidade quanto a qualificação e o lugar de fala dos entrevistados apontam para a consolidação do poder discursivo do autor, conferindo ao seu dizer superioridade, competência e autoridade.

Uma das temáticas com maior abundância e que é dissertada por homens nas *Páginas Amarelas* é a questão da sustentabilidade, que se estabelece a partir da relação economia-meio ambiente. Conforme levantamento apresentado na tabela de temáticas, esse foi o foco das entrevistas de 13 edições, sendo que 12 delas foram com homens, perpetuando a concepção de que são eles os proprietários do espaço público.

Acredito que o etanol brasileiro seja o melhor tipo de energia renovável. O álcool extraído da cana-de-açúcar é mais barato, menos poluente e mais eficaz que o dos concorrentes. (...) O clima e o solo são ideais e a cultura da cana não disputa áreas com o cultivo de alimentos, como ocorre no caso americano (*Veja*, edição 2203, 09/fevereiro/2011, p. 21).

O trecho citado é do estadunidense Robert Dudley, presidente da petrolífera inglesa BP. Nesta entrevista, Dudley defende que o etanol brasileiro é uma importante fonte de energia renovável, por seu processo ser de baixo custo, pouco agressivo ao meio ambiente e, portanto, mais eficaz. O entrevistado também lembra que o Brasil possui solo e clima ideais para o cultivo de cana-de-açúcar. Seu discurso, então, exalta o empreendedorismo do segmento em um país emergente, que deve aproveitar todas as possibilidades de geração de riqueza.

Já no recorte abaixo, o destaque é para a chamada economia verde que, segundo o entrevistado Thomas C. Heller, professor e especialista em política ambiental, já é adotada por países desenvolvidos.

As grandes corporações perceberam há mais de uma década que aderir a um modelo de funcionamento sustentável daria bom retorno. Para essas companhias, a economia no uso da água e da luz ou a reciclagem do lixo passaram a representar não só uma fonte de renda extra, mas também a chance de melhorar sua imagem junto ao público - o que, evidentemente, as ajudou a fechar negócios mais lucrativos. Essa é a lógica que tem

de inspirar os políticos que pretendam fazer de seus países os condutores do desenvolvimento econômico do planeta nas próximas décadas (*Veja*, edição 2251, 11/janeiro/2012, p. 19).

Os dois discursos oferecem ao leitor de *Veja*, em especial o empresário, caminhos possíveis para o crescimento e a geração de renda, ou seja, lucro mesmo que por um caminho menos prejudicial, que seria o da economia verde. A sustentabilidade assim configura-se, antes de tudo, como uma opção de negócio lucrativa, como demonstram os resultados de quem já aderiu a ela, embora esse aspecto não seja destacado pelo diretor de Meio Ambiente da ONU (Organização das Nações Unidas), Achim Steiner, entrevistado por *Veja* antes da realização da Rio+20.

Os objetivos do que chamamos de “economia verde” são dois: deter a destruição do meio ambiente e assegurar bem-estar à população. As duas coisas estão interligadas e devem caminhar juntas para que possamos alcançar o modelo de desenvolvimento sustentável que almejamos (*Veja*, edição 2256, 15/fevereiro/2012, p. 21).

O discurso da sustentabilidade incorporado pela economia verde mostra-se como um ideal a ser seguido, tendo sido abraçado por algumas das grandes potências mundiais. De fato, as questões relacionadas à sustentabilidade são extremamente importantes para o planeta, mas ao mesmo tempo não deixam de ser manobras que permitem o avanço do sistema capitalista, já que funcionam como um mecanismo para aprimorar/renovar a exploração. A sustentabilidade, do ponto de vista econômico, não é uma defesa do meio-ambiente, e sim uma maneira de explorá-lo de forma consciente e racional, gerando riquezas a partir do que antes era descartado.

A defesa da sustentabilidade também está ligada às pautas do neoliberalismo, visto que a economia verde estimula a competição, a diversificação e a produção, sobretudo sem a intervenção estatal. O neoliberalismo como política econômica, chamado por Foucault (2018) de teoria do capital humano, teria emergido no final da década de 1930

como uma crítica ao keynesianismo⁴², aos pactos sociais de guerra e ao crescimento da administração federal através dos programas econômicos e sociais. Suas bases foram definidas pelos professores de economia da Escola de Chicago e disseminadas, principalmente, por Henry Simons (1889 - 1946) e Milton Friedman (1912 - 2006).

A teoria neoliberal foi colocada em prática no Chile durante a ditadura do general Augusto Pinochet, no início da década de 1970, também, aplicada na década de 1980 pelo ex-presidente Ronald Reagan, nos Estados Unidos, e, pela primeira-ministra Margaret Thatcher, no Reino Unido. No Brasil, o neoliberalismo chegou no início dos anos 1990 com as medidas do Plano Collor⁴³, mas só foi consolidado no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995 - 2002). Os governos Lula e Dilma buscaram limitar os avanços do neoliberalismo, mas as pautas deste ainda continuaram presentes ao longo do governo petista.

As Páginas Amarelas são um lócus privilegiado do neoliberalismo no jornalismo brasileiro, que é apresentado e defendido por homens como o filósofo brasileiro Denis Lerrer Rosenfield, que criticou o governo da petista Dilma Rousseff por este intervir na liberdade individual e econômica dos brasileiros. Para ele, o governo fazia uso dos meios governamentais para impor decisões aos cidadãos. Medidas taxadas por ele de autoritárias e, portanto, uma afronta à democracia do país.

Cabe ao governo respeitar as regras e deixar as pessoas jogarem. Deve agir como um juiz. Não cabe ao estado tirar de uns para dar aos outros, por exemplo. A desigualdade faz parte do processo de organização social. O estado deve dar as mesmas condições para todos

⁴² Conjunto de medidas políticas econômicas propostas pelo economista britânico John Maynard Keynes (1883 - 1946). Os keynesianos defendem o livre mercado, porém com intervenções estatais, a fim de gerar empregos, combater a desigualdade social, controlar a inflação e evitar monopólios.

⁴³ Proposto pelo ex-presidente Fernando Collor de Mello, durante seu mandato presidencial (1990 - 1992), a partir de um pacote de medidas econômicas direcionadas ao combate da inflação, à reforma das leis trabalhistas, à privatização de estatais e à abertura do mercado nacional. Oficialmente chamado de Plano Brasil Novo, ficou popularmente conhecido como Plano Collor em referência ao sobrenome do presidente em exercício.

sobressaírem e, assim, conquistarem o seu espaço (*Veja*, edição 2216, 11/maio/2011, p. 23).

Nas sociedades neoliberais, os indivíduos “são levados a acreditarem que agem espontaneamente, fazem escolhas livremente” (PEREIRA, 2018, p. 130). Portanto, o Estado não deve interferir e nem buscar regulamentações no que diz respeito à liberdade de escolhas. O professor e economista estadunidense Walter Williams defendeu a liberdade individual do sujeito ao falar sobre o racismo nos Estados Unidos e no mundo. Williams declarou-se totalmente contra ações afirmativas (como as cotas raciais para negros), e disse que elas só causam ainda mais desigualdades, alimentando o estereótipo de que o negro é inferior.

A melhor coisa que os brasileiros poderiam fazer é garantir educação de qualidade. Cotas raciais no Brasil, uma país mais miscigenado que os Estados Unidos, são um despropósito. Além disso, forcem uma identificação racial que não faz parte da cultura brasileira. Forçar classificações raciais é um mau caminho. A melhor forma de permitir que cada um de nós negro ou branco, homem ou mulher, brasileiro ou japonês - atinja seu potencial é o livre mercado. O livre mercado é o grande inimigo da discriminação. Mas, para ter um livre mercado que mereça esse nome, é recomendável eliminar toda lei que discrimina ou proíbe discriminar (*Veja*, edição 2207, 09/março/2011, p. 15).

Em ambos os trechos apresentados fica evidente à crítica a um Estado intervencionista em relação à vida social dos indivíduos ou aos caminhos de uma nação, mesmo que seja para desconstruir desigualdades seculares entre brancos e negros, ricos e pobres. A teoria neoliberal não nega que existam tais desigualdades, porém defende que não é dever do Estado intervir para repará-las. Segundo os neoliberais, é através da educação e do livre mercado que as desigualdades e os preconceitos de uma sociedade podem deixar de existir. Também defendem que não é dever do Estado intervir na economia do país e que o livre mercado deve ser impulsionado pela iniciativa privada que deve prevalecer, isentando o Estado de interferir, competir, taxar ou negociar.

Outra pauta neoliberal presente nas *Páginas Amarelas* é a meritocracia – ou seja, a exaltação de pessoas ou grupos que se destacam pelo próprio agir e empenho individual –, abordada por exemplo na entrevista com o economista francês Thomas Piketty:

Eu acredito no capitalismo, no livre mercado e na propriedade privada, não apenas como origem de eficácia e crescimento, mas também como elemento de liberdade individual. Sou muito positivo quanto a isso. (...) é certo que a meritocracia é melhor que os sistemas do passado. Ela permite que as pessoas consigam construir um patrimônio sem que tenham sido beneficiadas por uma herança (*Veja*, edição 2377, 11/junho/2014, p. 21).

Os discursos da meritocracia, do livre mercado, de defesa da propriedade privada e da liberdade individual não são puros, estão sempre embricados, entrecruzados por fazerem parte de um mesmo ideal, isto é, do neoliberalismo. Esses elos conferem legitimidade e importância a cada um dos preceitos fundamentais dessa teoria. A meritocracia, dessa forma, passar a ser utilizada como sinônimo de eficiência e eficácia, como na entrevista do matemático brasileiro Jacob Palis:

(...) é premente que se rompa de vez na academia brasileira com o velho espírito napoleônico, segundo o qual a igualdade deve prevalecer sobre a meritocracia. As universidades americanas são extremamente eficientes quanto a esse aspecto e, por tal motivo também, figuram no topo dos rankings da excelência (*Veja*, edição 2217, 18/maio/2011, p. 22).

A meritocracia, então, aparece nas páginas de *Veja* como um modelo de combate à desigualdade e como uma alavanca que impulsionaria o Brasil para a prosperidade seja na educação, no trabalho ou na economia. Se o mérito está no indivíduo, a eficiência, consequentemente, está atrelada à iniciativa privada, roubando a importância do que é público e de sua atuação na sociedade. Afinal, segundo Apple (2005, p. 41), o neoliberalismo tem como objetivo, à longo prazo, fazer as pessoas serem “forçadas a perceber tudo o que é público como ruim e o que é privado como bom”.

Neste sentido, a privatização de empresas estatais é outra pauta neoliberal que desponta nas *Páginas Amarelas*, e é defendida, por exemplo, na entrevista do economista brasileiro Rodrigo Constantino:

Para privatizar a Petrobras, precisaríamos de uma Margaret Thatcher, um estadista disposto a enfrentar os grupos de interesses localizados. Será impossível vender o controle da estatal enquanto imperar a ideia de que seria a entrega de um patrimônio público. (...) Privatizada, a Petrobras seria pressionada a ser mais eficiente e rentável. Acabariam as ingerências como o controle de preço da gasolina, e o Brasil seria de fato autossuficiente na produção de combustíveis (*Veja*, edição 2312, 13/março/2013, p. 20).

Constantino apontou as contradições, os riscos e a ineficiência resultantes do aumento da interferência do governo na economia do Brasil. O economista autointitula-se um liberal convicto, defende o livre mercado e a privatização de empresas estatais, principalmente a Petrobras; além de uma ampla reestruturação no setor econômico brasileiro baseada em uma série de reformas.

Discursos como este aparecem também na entrevista do presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), João Oreste Dalazen, que teceu críticas a CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas), dizendo que a mesma é “excessivamente intervencionista e detalhista” (*Veja*, edição 2248, 21/dezembro/2011, p. 21), o que não permitiria ao Brasil se tornar um país competitivo, além de dificultar as relações de trabalho. Dalazen incita uma profunda reforma nas leis do trabalho e cita o modelo estadunidense como exemplar, por estabelecer-se como um sistema de negociação coletiva, quase sem nenhuma intervenção estatal, sobretudo no âmbito legal.

A reforma da Previdência também é uma das pautas de *Veja* em suas *Páginas Amarelas* e foi abordada, num exercício de incentivo às mudanças, na entrevista cedida pelo economista brasileiro Mansueto Almeida.

O Brasil terá de fazer uma reforma na Previdência, estabelecendo idade mínima para as aposentadorias. Tere-
mos de discutir as vinculações com o salário mínimo.

As distorções precisam ser apresentadas e um debate deve ser feito com a sociedade. Se quisermos manter do jeito que está, teremos de pagar mais impostos (*Veja*, edição 2457, 23/dezembro/2015, p. 22).

Segundo Apple (2005), as políticas neoliberais estão causando impacto em diversas áreas pelo mundo afora, pois o neoliberalismo tem compromisso com o mercado, tendo em oposição um Estado fraco, endividado e sem recursos para investimentos. A defesa da meritocracia, livre mercado, privatizações e reforma da Previdência, surgem em *Veja* como um modelo de combate à desigualdade, também, como a alavanca que nos impulsionaria para a prosperidade econômica. Para Foucault (1997), tanto o liberalismo clássico, quanto o neoliberalismo, surgem como novos modelos de governamentalidade que buscam romper com a razão de Estado, esta que, trata-se de uma maneira de governar que teria emergido no final do século XVI, com uma finalidade capaz de justificar uma governamentalidade crescente e de regular o seu desenvolvimento. A razão de Estado teria contribuído para o estabelecimento de novas estratégias e táticas de governar, de conduzir e de ser conduzido. Ao mesmo tempo em que acontecia a emergência do Estado como um modelo de governamentalidade, também se edificava novas artes de governo consolidadas por polícias que visam o desenvolvimento, a riqueza, a tranquilidade e a felicidade de todos os indivíduos que compõe aquele Estado. Portanto, Foucault (2008) observa que para obter controle sobre a população, foi necessário a intervenção do Estado e o desenvolvimento de biopoderes que permitiram garantir a ordem e o bem estar social e econômico. No desenvolvimento do Estado, o autor acredita que na segunda metade do século XVIII, no Ocidente, teria nascido uma atividade política caracterizada por ações do governo que buscariam o controle dos corpos, através deste controle é que se promove a vida. Foucault (2018) chamou esta ação de biopolítica.

O termo “biopolítica” designa a maneira pela qual o poder se encaminha para a transformação, entre o fim do século XVIII e o início do século XIX, a fim de governar não só os indivíduos por meio de uma série de procedimentos disciplinares, mas também o conjunto

dos seres vivos que compõem a população: a biopolítica - por meio dos biopoderes locais - se ocupará, portanto, da gestão da saúde, da higiene, da alimentação, da sexualidade, da natalidade etc, na medida em que tais gestões se tornaram apostas políticas (REVEL, 2011, p. 24).

A biopolítica, assim como foi conceituada por Michel Foucault ao longo das aulas dos cursos *Segurança, Território, População - 1977/1978* e *Nascimento da Biopolítica 1978 - 1979*, ambos ministrados no Collège de France, trata-se de um exercício do poder sobre a vida, sobre a população, para que esta se torne produtiva e dócil. Nestes cursos, Foucault nos revela que este amparo na vivência dos indivíduos tem um custo, que é o controle de suas vidas. Afinal, ser um cidadão após o século XVIII é estar subordinado a leis e a um governo central. Desta maneira, a biopolítica torna-se um saber do Estado sobre a população, como controles de natalidade, mortalidade e estatísticas, também, pela solução racional de problemas que abrangem os grupos de indivíduos, como a saúde, higiene, segurança, urbanismo, entre outros. A biopolítica apresenta-se como um conjunto de biopoderes que tem por finalidade gerenciar a vida social dos sujeitos, pois, mesmo em regimes democráticos, existirá quem governa e quem é governado.

O neoliberalismo busca, desde seu surgimento, romper com o que seria um excesso de Estado, condenando o intervencionismo social e econômico, o que chamam de administração excessiva e burocracia, alinhando-se à racionalidade do mercado.

O problema do neoliberalismo consiste, pelo contrário, em saber como se pode reger o exercício global do poder político segundo os princípios de uma economia de mercado. Não se trata, então, de libertar um espaço vazio, mas sim de juntar referir, projetar numa arte geral de governar os princípios formais de uma economia de mercado. É isto, a meu ver, que está em causa, e tentei mostrar-vos que, para se fazer esta operação, ou seja, para saber até que ponto e em que medida os princípios formais de uma economia de mercado podem indexar uma arte liberal de governar, os neoliberais

foram obrigados a proceder a algumas transformações no liberalismo clássico (FOUCAULT, 2018, p. 175).

Para o autor, o neoliberalismo é um conjunto de estratégias que nascem do liberalismo clássico do final do século XVIII, e foram aperfeiçoadas e colocadas em prática na segunda metade do século XX. É necessário entendê-lo como uma nova forma de governamentalidade. Assim, essa nova arte de governar, é caracterizada pelo individualismo extremo, desempenho contínuo, livre empreendimento, concorrência e máxima eficiência. Logo, a defesa que *Veja* faz das diretrizes neoliberais foi o centro da análise que Silva (2005) fez em sua obra intitulada *Veja: o indispensável partido neoliberal – 1989 a 2002*. No texto, a autora evidencia que foi após a redemocratização que *Veja* desenhou seus posicionamentos, sobretudo econômicos. Entre os anos 2011 e 2016 os discursos da revista não mudaram, configurando-se como uma estratégia para promover suas ideias e valores entre os leitores (TUCHMAN, 2009, p. 19), em especial, empresários e executivos.

Um desses ideais compartilhados entre *Veja* e seus leitores neste período diz respeito, então, ao *impeachment* de Dilma Rousseff, tema da segunda parte das análises desse tópico que é encarado a partir da perspectiva do acontecimento, que não é somente um momento único, mas uma multiplicidade de causas e vestígios, detentor de um antes e depois. Assim, segundo Dosse (2013), a noção de acontecimento seria a chave para compreendermos a nova era que atravessamos, a de uma nova relação com a historicidade, marcada pela acontecimentalização. Na busca por causas e vestígios, os recortes apresentados a seguir apontam para uma narrativa de *impeachment* composta por três fases. Ou seja, condições de possibilidade que permitirão a emergência deste discurso. A primeira delas está relacionada com as diretrizes neoliberais, visto que, os enunciados referentes a esta temática são usados como sustentação para a elaboração de críticas ao governo de Dilma Rousseff, como a interferência na economia do país, a proteção da indústria e dos mercados locais.

Com Dilma Rousseff, a intromissão estatal se acentuou. Ela decidiu-se pela intervenção direta na Petrobras

para conter o aumento no preço da gasolina. No setor bancário, obrigou a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil a cobrar juros mais baixos. No elétrico, pressionou as empresas a reduzir o valor das contas de luz, o que reforçou o papel da Eletrobras, estatal. Dilma está levando o Brasil novamente em direção ao Leviatã majoritário (*Veja*, edição 2343, 16/outubro/2013, p. 18).

O entrevistado e responsável pelas críticas ao governo de Rousseff é Sérgio Lazzarini, professor e diretor do Insper. Segundo ele, o que vivenciamos é um governo marcado por intervenções econômicas, que ele compara ao *Leviatã*, obra escrita por Thomas Hobbes, que define o Estado como soberano absoluto, ao organizar a sociedade e punir aqueles que desobedecem ao contrato social. O mesmo raciocínio pode ser observado na entrevista com Benjamin Steinbruch, que é presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e acionista majoritário da CSN (Companhia Siderúrgica Nacional).

A presidente Dilma parece não confiar na capacidade da iniciativa privada no Brasil de assumir as suas responsabilidades, o que leva a colocar o Estado para competir onde ele não é necessário. Por isso, começou a intervir de maneira muito determinada em alguns setores, distanciando-se da interlocução com o setor produtivo (*Veja*, edição 2389, 03/setembro/2014, p. 16).

O cerne da fala de ambos os entrevistados é a ausência de confiança do empresariado para investir no Brasil em decorrência do posicionamento econômico do governo, em especial o protecionismo que, segundo eles, derruba o valor das companhias, promove a alta nos preços e dissemina os casos de corrupção. “O protecionismo impede o país de tirar proveito dos benefícios de crescimento oferecidos pela globalização” (*Veja*, edição 2417, 18/março/2015, p. 21). E, assim, são vilões e responsáveis, inclusive, pelo “fraco desempenho do PIB” que segundo o entrevistado José Scheinkman, economista da Universidade de Columbia, “é um retrato de erros do governo em questões cruciais para o avanço da economia. Ele foi excessivo ao promover o protecionismo e interferir no livre mercado” (*Veja*, edição 2354, 01/janeiro/2014, p. 13).

Na construção da narrativa que vai culminar no *impeachment* de Rousseff, *Veja* exerce, assim, um papel central enquanto enunciadora ao organizar e divulgar o acontecimento, e também ao delimitar seu impacto. “Trata-se então de transformar um monte heterogêneo de informações em um esquema individualizante e coerente” (DOSSE, 2013, p. 267). Desta forma, o acontecimento entra em um campo semântico aberto e incerto, será a mídia que irá atribuir significado a ele, ligando-o a uma categoria semântica particular que seja capaz de lhe dar um sentido.

São discursos como os de *Veja* que incitaram as manifestações populares que aconteceram no Brasil nos meses de junho/julho de 2013 e proporcionaram, na sequência, uma nova abordagem do governo Dilma pelo periódico. Inicialmente questionando a alta no preço do transporte público, as manifestações, com o tempo e ao ganhar força, passaram a reivindicar melhorias no bem-estar social, sem uma pauta única que as unificasse. Quando *Veja* aborda essa temática nas *Amarelas*, os entrevistados relacionam os problemas existentes no Brasil ao governo Dilma, como fez Maycon Freitas, um dos líderes do movimento União Contra a Corrupção (UCC), que organizou e realizou protestos no Rio de Janeiro.

Ela não pode mais continuar omissa. Precisa chamar a sociedade para um debate de verdade, e não esse que está aí. O que vimos a Dilma falar até agora não passou de marquetagem. Não é mexendo na Constituição que vamos avançar no Brasil, mas, sim, fazendo valer o que está escrito nela. E a presidente tem poder para fazer valer as coisas que estão escritas lá. A velha e atrasada política brasileira ninguém aguenta mais (*Veja*, edição 2328, 03/julho/2013, p. 20).

Na segunda fase da narrativa, o discurso de *impeachment* começa a emergir nas manifestações de rua realizadas em março de 2015. Nesse momento, a entrevista com Rogério Chequer, líder do movimento Vem pra Rua, vende a ideia de que os protestos estariam ajudando a formar uma geração mais exigente com os políticos.

Nós, do *Vem pra Rua*, decidimos pelo seguinte caminho: em vez de tentarmos enumerar todos os erros do PT, apenas chamamos as pessoas para manifestar sua

indignação. Conseguir pôr esse sentimento para fora já é fascinante. (...) Nós somos críticos do governo, e só. O movimento é suprapartidário (*Veja*, edição 2418, 25/março/2015, p. 20 - 21).

Pensarmos o *impeachment* como um acontecimento que “consiste em reencontrar as conexões, os encontros, os apoios, os bloqueios, os jogos de força, as estratégias” (FOUCAULT, 2006, p. 339), trata-se de fazer surgir uma singularidade, já que nenhum acontecimento é idêntico ao outro. Segundo Dosse (2013), todo é um resultado e um começo, um desfecho e um abertura, uma via dupla. É uma esfinge, um conjunto de enigmas e de mistérios, que levam os historiadores a interrogar-se. Mas também é uma fênix, pois todo acontecimento deixa vestígios e rastros capazes de o fazerem ressurgir.

Já para Foucault, “o conceito de acontecimento se entrelaça com o conceito de atualidade” (CASTRO, 2016, p. 25), pois é atravessado por processos, movimentos e forças não necessariamente conhecidos. O discurso, para ele, então, é uma série de acontecimentos, uma vez que por traz de um acontecimento há uma rede de poderes, estratégias e práticas. Assim, tanto Foucault como Dosse enfatizam que o acontecimento produz singularidades. Por isso, o *impeachment* de Dilma Rousseff pode ser encarado como um acontecimento na medida em que, por traz do afastamento, há um conjunto de discursos, práticas e estratégias que possibilitaram seu afastamento, que iniciaram com os ataques à política econômica, ganharam corpo com a adesão da população nos protestos de rua e completaram-se com as críticas tecidas por outros políticos, numa tentativa de mostrar que o problema não é política e sim ela e seu modo de governar, como ilustra a entrevista com Aécio Neves, candidato à presidência pelo PSDB derrotado por Dilma nas eleições de 2014.

A minha posição é de respeito a Constituição, e o *impeachment* é uma previsão constitucional. O impedimento não ocorrerá por desejo das oposições, mas pela combinação de um conjunto de fatores, que inclui obrigatoriamente a comprovação de culpa por crimes. Portanto, que fique claro que um desfecho amparado pela Constituição não pode ser tratado como tentativa de golpe (*Veja*, edição 2438, 12/agosto/2015, p. 20).

A terceira e última fase desta narrativa, diz respeito à legitimidade do processo de *impeachment*, amparado nas prerrogativas da Constituição, também é destacada na entrevista com Cristovam Buarque, ex-ministro da Educação do governo Lula:

Impeachment não é golpe, está na Constituição e até já fizemos um. Se for discutir golpe no Brasil, talvez ele tenha ocorrido em outubro de 2014, com todo aquele estelionato eleitoral. A Constituição não prevê o impedimento por incompetência ou por mentiras durante a campanha, mas por um crime de responsabilidade (Veja, edição 2461, 20/janeiro/2016, p. 16).

As duas entrevistas fazem parte da estratégia adotada por *Veja* de valer-se do capital simbólico dos entrevistados para conferir credibilidade ao seu discurso. Assim, ela recorre ao candidato derrotado por Dilma, que naquele momento gozava de uma popularidade alta, e a um político que já tinha sido ministro do governo Lula e, portanto, não teceria críticas infundadas. Outro discurso de autoridade é o de Pedro Taques, ex-procurador do Mato Grosso, ao afirmar que, do ponto de vista legal, “a possibilidade de *impeachment* está na Constituição. Ela é absolutamente legítima” (Veja, edição 2444, 23/setembro/2015, p. 21).

Os enunciados sobre a intervenção econômica, o protecionismo, a corrupção e a defesa da legitimidade do *impeachment* estão relacionadas diretamente. Todos estes enunciados estabelecem sentido, discutem e descrevem o mesmo objeto: o governo Dilma. Assim, para Foucault (2016), os enunciados em conjunto possibilitam uma formação discursiva, no qual, são regidos por regularidades e por regras de formação que as dão suporte, possibilitando sua existência. Lembrando que, para autor, o discurso é um acontecimento, um conjunto de sentidos, representações e condições, compreendidos de forma problemática, difícil e constringedora, fruto das relações entre os indivíduos. Um discurso torna-se dominante em uma sociedade quando seus mecanismos são colocados em prática, como a exclusão, o controle e a repressão. A defesa do *impeachment* não é só feita pelos entrevistados de *Veja* nas *Páginas Amarelas*, a própria revista se posicionou favoravelmente ao processo, quando passou a esboçar explicitamente em duas páginas o enunciado

“*Impeachment já!*” (*Veja*, edição 2472, 06/abril/2016, p. 30 - 31). Trazer pesquisadores, professores, economistas e líderes de movimentos para dissertar em seu espaço de entrevistas é uma estratégia de *Veja* pela legitimação de um ponto de vista, guiando assim seus leitores e leitoras sobre como ler o mundo, ser e estar nele.

Desta maneira, as três fases da narrativa que compuseram o *impeachment* de Dilma Rousseff dentro das *Páginas Amarelas*, destacam-se em um primeiro momento pela acusação de uma má condução do país através das críticas neoliberais explanadas pelos convidados homens, depois, pelas inúmeras entrevistas que acentuavam o poder das manifestações e inflamavam os leitores/população a serem favoráveis ao afastamento e, por último, a defesa do *impeachment*, a legitimação de uma ferramenta presente na Constituição Federal e que poderia ser utilizada, portanto, não se tratava de um golpe político. Ambas as fases se articulam e mapeiam o modo com que os discursos jornalísticos disseminados por *Veja* criaram uma norma no qual buscou-se separar o normal do anormal, o lícito do ilícito, o falso do verdadeiro e o público do privado. Nesta narrativa que corresponde como um gerenciamento dos leitores/população, Dilma Rousseff foi marginalizada, colocada a margem pela revista e pelos seus entrevistados, rotulada como um indivíduo fora da norma organizada dentro das *Páginas Amarelas*, consolidando a prática de um jornalismo performativo voltado a criação de grupos identitários, dos quais convocam seus leitores a tomarem posições.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentro do período recortado para as análises, a seção *Páginas Amarelas* caracterizou-se como um lugar responsável por construir práticas discursivas segregadoras, pois destacou-se pela brutal maioria de entrevistados homens frente a uma minoria de entrevistadas mulheres. Coube aos homens, a soberania para dissertar sobre assuntos referentes ao espaço público, principalmente, política e economia. Além disso, suas falas foram usadas como ferramenta para objetivar os leitores a defenderem pautas neoliberais, como a meritocracia, o livre mercado, privatiza-

ções e, conseqüentemente, a construção de uma narrativa favorável ao *impeachment* de Dilma Rousseff. Assim, as *Páginas Amarelas* aderiram à ordem patriarcal, contribuindo com o silenciamento das mulheres nos debates a respeito do espaço público. Também, caracterizou-se como uma estratégia discursiva de *Veja* para legitimar seu ponto de vista, que conduziu seus leitores sobre como ler o mundo, ser e estar nele.

O silêncio das *Páginas Amarelas* imposto sobre elas, impede-as de participarem do espaço público, mesmo em um momento político no qual Dilma Rousseff exercia o cargo máximo do executivo brasileiro, também, tornava-se a principal personagem que protagonizou duas eleições presidenciais e um processo de *impeachment*. Ao silenciar as mulheres, *Veja* coloca a margem o discurso delas e constrói espaços de sociabilidades no qual a presidenta não se enquadra. Portanto, cabe a ela retornar ao espaço privado. Nesse sentido, a ênfase deste trabalho fica por conta dos interesses transversais nas narrativas construídas por *Veja*, as quais pretendem buscar uma nova ordem social, política e econômica através da condução de seus leitores.

REFERÊNCIAS

- APPLE, Michael W. **Para além da lógica do mercado:** compreendendo e opondo-se ao neoliberalismo. Trad. Gilka Leite Garcia. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2005.
- CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault** - Um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.
- DOSSE, François. O acontecimento na era das mídias. In: _____. **O renascimento do acontecimento:** entre Esfinge e Fênix. São Paulo: Editora Unesp, 2013, p. 259 - 314.
- FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica:** curso dado no Collège de France (1978 - 1979). Trad. Pedro Elói Duarte. Lisboa: Edições 70, 2018.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber.** Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 8ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso:** aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população:** curso dado no Collège de France (1977-1978). Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. Mesa-redonda em 20 de maio de 1978. In: _____. **Ditos & Escritos IV** - Estratégia, poder, saber. 2º ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Resumo dos cursos do Collège de France (1970 - 1982)**. Trad. Andréa Daher. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

PEREIRA, Ariane Carla. **Ser mãe é...** A maternidade normalizada pelo discurso jornalístico. Curitiba: Appris, 2018.

REVEL, Judith. **Dicionário Foucault**. Trad. Anderson Alexandre da Silva. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

SILVA, Carla Luciana. **Veja: o indispensável partido neoliberal (1989 a 2002)**. Tese de Doutorado em História. UFF, Niterói, 2005.

TUCHMAN, Gaye. Media, gênero, nichos. **Revista Media & Jornalismo**, Coimbra, 15(8), p. 15 - 24, out. 2009.

NOTA: este texto possui parte das discussões apresentadas no Capítulo II da dissertação de mestrado *Quando História e Jornalismo se encontram: os enunciados jornalísticos de Veja como dispositivos de poder (2011 - 2016)*, defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Centro-Oeste (PPGH-UNICENTRO), pelo discente André Luís Andrade Silva, em 26 de julho de 2019. No início do ano de 2022 o texto foi corrigido, revisado e parcialmente reescrito em coautoria com a historiadora Maria Cristina Kirach.

CAPÍTULO 12 - DILMA ROUSSEFF NO DOCUMENTÁRIO *DEMOCRACIA EM VERTIGEM*: UMA ANÁLISE DECOLONIAL COM SUBSÍDIOS DA AVALIATIVIDADE

Layane Campos Soares⁴⁴

Bianca Mara Guedes de Souza⁴⁵

INTRODUÇÃO

A colonização combinou diferentes formas de dominação e de subordinação que tiveram um papel central no período da “conquista” das Américas, servindo para “manter e justificar o controle sobre os indivíduos colonizados” (MALDONADO-TORRES, 2007, p. 131). O projeto de colonização teve uma dimensão global, e forneceu o modelo de poder sobre o qual a identidade moderna seria construída, estando intimamente atrelada ao sistema capitalista e ao de dominação do homem europeu branco. Esse modelo de poder constitui as nossas experiências no mundo moderno, o que implica no fato de que “a modernidade como discurso e prática não seriam possíveis sem a colonialidade, e a colonialidade constitui agora uma divulgação inevitável de discursos modernos” (MALDONADO-TORRES, 2007, p. 132).

Os discursos modernos moldam e legitimam a forma de se fazer política, que ainda se dá nos padrões patriarcais, visto que há o domínio de um sistema contínuo de dominação masculina nesse setor (MATOS; PARADIS, 2014). Esses discursos têm impacto também no modo como produzimos o saber no contexto acadêmico/científico, principalmente, nas ciências sociais, considerando-as não só herdeiras de paradigmas da lógica eurocêntrica, como também, legitimadoras (LANDER, 2000). Além disso, produtos midiáticos e artísticos são

⁴⁴ Doutoranda em Estudos Linguísticos (UFU). Apoio e financiamento: Fapemig. CV: <http://lattes.cnpq.br/2461261839263924>

⁴⁵ Doutoranda Estudos Linguísticos (UFU). CV: <http://lattes.cnpq.br/8803872713238286>

influenciados por esses discursos, que legitimam e mantêm o poder colonial, visto que suas narrativas contribuem para a colonização do saber e do ser na vida cotidiana.

Diante dos efeitos produzidos pelos discursos e pelas práticas vinculadas à colonialidade, é possível nos depararmos com movimentos de resistência a essas formas de poder institucionalizadas socialmente. Nesse sentido, consideramos a produção do documentário *Democracia em Vertigem* (COSTA, 2019) como um exemplar de produção artística de resistência ao movimento político de direita e neoliberal que veio se acentuando em nível global nesta última década. Dessa forma, propomos empreender uma análise desse documentário, com a finalidade de compreender o modo como Dilma Rousseff se identifica e é identificada nas diferentes narrativas que constituem a produção audiovisual.

Para tanto, ancoramo-nos nos estudos decoloniais que procuram romper com paradigmas que foram cristalizados no bojo das relações socioculturais, étnico-raciais, político-econômicas e de gênero/sexualidade (QUIJANO, 1999; MALDONADO-TORRES, 2007; BALLESTRIN, 2013), e que propõem relações de poder mais justas e igualitárias na perspectiva do ser e do saber, a partir dos desvelamentos das hierarquias operantes e do processo de desnaturalização das desigualdades sociais. Fundamentamos, também, a nossa análise no Sistema da Avaliatividade (MARTIN; WHITE, 2005), uma vez que esse sistema apresenta técnicas para a análise de textos, que contribuem para o entendimento das funções sociais, sentimentos e posições assumidas pelos atores em determinados contextos interacionais.

Como resultado principal, notamos que Dilma Rousseff se identifica e é identificada em diferentes narrativas a partir de avaliações baseadas, sobretudo, em julgamentos de capacidade e de veracidade. Percebemos, então, que essas avaliações colaboram semanticamente para a representação dela enquanto uma figura política íntegra e capaz de presidir uma nação.

A COLONIALIDADE DO PODER E DO SER: UMA CONSTRUÇÃO DO PAPEL DA MULHER NO CONTEXTO POLÍTICO BRASILEIRO

A mudança de paradigma epistemológico iniciada pelos estudos decoloniais se desdobra academicamente com o estabelecimento de alguns conceitos-chave, a saber: colonialidade do poder, do ser e do saber⁴⁶. Sobre o conceito de colonialidade do poder, ele está relacionado com uma espécie de padrão hegemônico que opera atualmente no mundo inteiro, conforme afirma Quijano (1999). Segundo o autor, a colonialidade do poder se estabelece e acontece dentro de um padrão, mantido pela criação da ideia de raças humanas e pela definição de identidades como índio, negro, mestiço, europeu e branco. A construção dessas identidades colaboraram para o estabelecimento da ideia de superioridade cultural de um grupo, o que culminou na impossibilidade de expressão cultural por parte dos dominados, sendo “levados a admitir, ou simular admitir, frente aos dominadores, a condição desonrosa do seu próprio imaginário e de seu próprio e prévio universo de subjetividade” (QUIJANO, 1999, p. 141). O estabelecimento dessas relações assimétricas de poder criou de forma impositiva, um lugar simbólico para os grupos considerados subalternos, fazendo com eles assumissem uma identidade inferiorizada na sua relação com o dominador/colonizador. Assim, é do “padrão de poder configurado com essas bases, características e tendências de movimento ou desenvolvimento histórico e suas implicações a longo prazo, que o conceito de ‘colonialidade do poder’ fala sobre.” (QUIJANO, 1999, p. 141).

O conceito de colonialidade do ser, por sua vez, surgiu no debate das “implicações da colonialidade do poder, em diferentes áreas da sociedade” (MALDONADO-TORRES, 2007, p. 129). Esse conceito está atrelado às questões “da experiência vivida da colonização e o impacto disso na linguagem” (MALDONADO-TORRES, 2007, p. 130). É por meio da linguagem que materializamos a ideia da não existência

⁴⁶ Para este estudo, interessa-nos a discussão acerca dos conceitos de colonialidade do poder e do ser.

do “outro”, ou seja, do subalterno. Esse “outro”, a partir dos princípios colonialistas, passa a experienciar de forma sistematizada uma cadeia permanente de desprezo e de sobredeterminação constante do seu ser.

Nesse sentido, o sujeito colonizado/racializado e subalterno vivencia uma realidade na qual há uma normalização de eventos e de medos próprios de lugares e de momentos de guerra, que, para Maldonado-Torres (2007, p. 148), “no inferno do mundo colonial a morte e a violação ocorrem como realidades e ameaças diárias”. Ainda segundo o autor, a colonialidade do ser remete às questões de diferenças ontológicas e sub-ontológicas, sendo a primeira ligada à diferença entre ser e Divindade; e a segunda, por sua vez, está associada à diferença colonial⁴⁷. Dessa forma, a diferença sub-ontológica se estabelece entre o ser e um sub-outro, sendo resultado da naturalização de um

[...] sistema de representações simbólicas, as condições materiais que parcialmente a produzem e continuam legitimando-o e as dinâmicas existenciais que fazem parte dele - que são por sua vez constitutivos e derivados de tal contexto - fazem parte de um processo que naturaliza a antiética de guerra [no qual vive o mundo colonial] (MALDONADO-TORRES, 2007, p. 149).

Embora os estudos decoloniais se liguem fortemente às questões de raça ou a intersecção raça/gênero/classe, entendemos que a colonização de gênero não necessariamente está relacionada aos conceitos de raça e classe, especialmente, quando refletirmos acerca do contexto político brasileiro. Concordamos com Balestrin (2013, p. 93), quando ela afirma que o subalterno “é aquele cuja voz não pode ser ouvida”. A partir dessa definição compreendemos que toda mulher, em diferentes graus e contextos, independente de classe e raça, é sempre vista simbolicamente como aquela que não tem voz, sobretudo, no cenário político brasileiro, em que a maior parte dos nossos representantes são homens brancos. Considerando essas questões e o objetivo principal deste estudo,

⁴⁷ A diferença colonial é um termo cunhado por Mignolo (2000, p. 13) que se refere à “classificação do planeta no imaginário moderno/colonial, enaltecendo a colonialidade do poder, a energia e a maquinaria que transforma essas diferenças em valores” (MIGNOLO, 2000, p. 13).

concebemos como subalterno uma mulher branca, de classe alta, que ocupou o cargo político mais importante do país, mas que foi impedida de prosseguir no exercício de sua função⁴⁸, sob a acusação de ter cometido crime fiscal. Notamos que a colonialidade que se desdobra, nesse contexto, é apenas uma parte da questão de gênero, que está atrelada, mais precisamente, às identidades construídas para o ser mulher na sua relação com o outro.

Sobre a noção de identidade, concordamos com Hall (2006, p. 12-13), quando ele afirma que “a identidade torna-se uma ‘celebração móvel’: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam” (HALL, p. 12-13). Esse conceito nos possibilita refletir acerca da construção identitária enquanto um processo contínuo e mutável, que se realiza no interior das relações sociais, culturais e históricas.

Somos identificados e nos identificamos de diferentes maneiras, essas identificações não são unificadas e nem sempre são coerentes com o próprio “eu”, tendo em vista que em nós habitam “identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas” (HALL, 2006, p. 13). A identidade se constitui na diferença e, vice-versa (SILVA, 2000), as afirmações acerca da diferença só fazem sentido se forem compreendidas em sua relação com as afirmações acerca da identidade. De acordo com Silva (2000, p. 74), “as afirmações sobre a diferença também dependem de uma cadeia, em geral oculta, de declarações negativas sobre (outras identidades). Assim como a identidade depende da diferença, a diferença depende da identidade”, sendo, portanto, conceitos inseparáveis.

Dessa forma, a identidade e a diferença são atos de criação linguística, que se materializam no mundo social por meio da linguagem, dos textos e das interações. Elas “são o resultado de um processo de produção simbólica e discursiva” (SILVA, 2000, p. 80). Entendemos que a identidade e a diferença são produtos das relações sociais, que estão

⁴⁸ A função de presidenta da república foi democraticamente delegada à Dilma nas eleições que ocorreram no Brasil, anos de 2010 e 2014.

sujeitas a conflitos de poder que se instauram entre grupos assimetricamente situados. É na relação com o outro que nós nos identificamos e somos identificados, nossa identidade se estabelece e se transforma a partir do olhar do outro.

Assim, ao analisarmos o documentário, torna-se fundamental examinarmos

[...] não apenas como a linguagem e a representação produzem sentido, mas o conhecimento elaborado por determinado discurso se relaciona com o poder, regula condutas, inventa ou constrói identidades e subjetividades e define o modo pelo qual certos objetos são representados, concebidos, experimentados e analisados (HALL, 2016, p. 27).

Diante disso, a nossa compreensão sobre o modo como Dilma Rousseff se identifica e é identificada no documentário deve partir das relações de poder que são instauradas no contexto político brasileiro, tendo em vista o papel exercido por uma mulher na política, em um país que ainda mantém uma postura ideológica patriarcal. Matos e Paradis (2014) argumentam que a construção do Estado liberal está profundamente enraizada em uma perspectiva patriarcal da realidade. As autoras explicam que os pensadores basilares do contratualismo moderno e do iluminismo, Locke e Rousseau, do qual o Estado moderno deriva, já posicionavam a mulher como alguém incapaz de fazer parte do mundo político, fundamentados na diferença biológica e natural que estabelecia a inaptidão da mulher frente à esfera pública.

Segundo Matos e Paradis (2014, p. 68), o termo patriarcado é “entendido aqui como um sistema contínuo de dominação masculina, ainda predomina nas estruturas estatais, mantendo por vezes intactas as formas de divisão sexual do trabalho e perpetuando, por exemplo também, a violência cotidiana que as mulheres sofrem”. Em uma perspectiva decolonial entendemos que

Assim como a estrutura patriarcal, a instituição estatal é um sistema que articula as várias dimensões das desigualdades de gênero transformando-se ao longo do tempo, variando entre os países e oprimindo dife-

rentemente os grupos de mulheres (negras, brancas, imigrantes, lésbicas, rurais etc.) (MATOS; PARADIS, 2014, p. 71-72).

Pensar na questão de gênero dentro de uma perspectiva decolonial, é pensar em todas as questões que envolvem a modernidade colonial da realidade brasileira, ou seja, aquilo que faz parte da nossa história, cultura, economia e sociedade. A manutenção de um sistema de poder assimétrico é parte essencial da mentalidade colonial. Para exemplificarmos essa situação, vamos pensar no direito ao voto feminino que foi formalmente reconhecido em 1932, com caráter facultativo e seletivo. Ainda assim, o direito ao voto era subordinado a necessidade de renda independente (solteiras e viúvas) ou autorização do marido para aquelas que eram casadas, além disso, a legislação da época negava o voto aos analfabetos, negros e pobres. No entanto, Álvares (2014) lembra que o avanço de 1932 é abafado nos seguintes regimes ditatoriais que o país passou: no Golpe de Estado de Vargas (1937-1944) e na ditadura militar (1964-1985). Álvares (2014, p. 161) ao explicar a trajetória da representação política feminina no Brasil, comenta que vivemos um legado no qual as “fraturas autoritárias sofridas pela democracia brasileira nos primórdios da política do voto feminino não contribuíram para o avanço das mulheres na ascensão parlamentar”.

Para Alderman (2007, p. 394) as teorias pós-colonial e feminista são campos de estudos que elaboram “um novo olhar sobre as sociedades modernas e sobre os ‘discursos’ clássicos que estas produziam”. Segundo Alderman (2007, p. 394), os autores decoloniais e as feministas falam do ponto de vista da “[...] ‘epistemologia da alteridade’ – o resgate das experiências invisibilizadas, silenciadas ou construídas como um Outro na modernidade ocidental”. Em virtude de considerarmos o documentário *Democracia em Vertigem* como uma prática subversiva e de alteridade, propomos empreender uma análise discursiva sobre ele à luz dos estudos decoloniais. Para a realização da análise, baseamo-nos no Sistema da Avaliatividade (MARTIN; WHITE, 2005).

O Sistema da Avaliatividade é uma teoria que nos possibilita compreender os domínios semânticos que se realizam no discurso, por

meio do uso de categorias que abarcam diferentes estruturas gramaticais dentro de um grupo semântico discursivo (WHITE, 2004), permitindo-nos visualizar os posicionamentos sociais adotados pelos indivíduos em contextos comunicacionais específicos. Por essa razão, acreditamos que esse sistema pode auxiliar-nos a entender as posições discursivas assumidas pelos diferentes atores sociais no interior do documentário analisado, sobretudo, em relação ao modo como eles avaliam a ex-presidenta Dilma Rousseff, bem como a forma como ela se autoavalia.

Segundo Martin e White (2005), esse sistema foi criado com o intuito de proporcionar subsídios para analisar o discurso no âmbito das avaliações, revelando “os tipos de atitudes que são negociados em um texto, a força dos sentimentos envolvidos e as maneiras pelas quais valores são originados e leitores são alinhados” (MARTIN; ROSE, 2003, p. 22). Em decorrência do nosso objeto de estudo, daremos ênfase ao Subsistema da Atitude, que se refere às emoções que expressamos, aos julgamentos de caráter e as avaliações de valor, podendo ser categorizadas⁴⁹ em três campos semânticos diferentes: afeto (emoção), julgamento (ética) e apreciação (estética).

O afeto é um recurso semântico empregado linguisticamente no discurso para materializar as emoções. Ao realizarmos uma investigação com base nessa categoria, é possível percebermos como um falante/escritor se comporta emocionalmente em relação às pessoas, aos objetos, às coisas e aos acontecimentos (MARTIN, 2000). Para Martin e White (2005), o afeto pode indicar que os participantes têm bons (afeto positivo) e maus sentimentos (afeto negativo), podendo ser identificado sob três aspectos: como qualidade, como processo e como comentário.

Segundo White (2004), as emoções podem ser agrupadas em três conjuntos: in/felicidade, in/segurança e in/satisfação. Dessa forma, a variável in/felicidade diz respeito às emoções ligadas ao coração como, por exemplo, amor, ódio, felicidade e tristeza. A variável da in/segurança, por outro lado, está relacionada às emoções ligadas ao bem-estar social, materializada por sentimentos como medo, ansiedade, confiança, dentre

⁴⁹ Em função do objetivo deste estudo, focamos nas categorias afeto e julgamento.

outros. Por último, temos a variável in/satisfação que está atrelada às emoções ligadas aos objetivos realizados, envolvendo sentimentos como a curiosidade, respeito, tédio, desprezo, dentre outras.

Em relação à categoria julgamento, ela diz respeito às avaliações sobre o comportamento das pessoas. O julgamento pode ser visto como um recurso semântico que ressalta as qualidades do falante/escritor e pode ser realizado gramaticalmente por meio do emprego de atributos e epítetos. Segundo Almeida (2010, p. 106), essa categoria compreende o modo pelo qual “as pessoas fazem avaliações sobre moralidade, legalidade, capacidade, normalidade sempre determinados pela cultura na qual vivem e pelas experiências, expectativas, pretensões e crenças individuais moldado por uma cultura particular e uma situação ideológica”. Assim, o julgamento está pautado em questões de “ética”, no qual se realiza avaliações de cunho normativo acerca do comportamento humano, baseando-se em regras ou convenções de comportamento. Ainda segundo Almeida (2010, p. 106), “a atitude de julgamento pode ser entendida como uma institucionalização do sentimento, ou seja, normas de comportamento que direcionam como as pessoas devem ou não agir”. Nessa perspectiva, o julgamento de atitude é dividido em: estima social e sanção social.

O julgamento de estima social envolve avaliações que podem levar o indivíduo a ser elevado ou rebaixado na comunidade, mas que não possuem implicações legais ou morais” (MARTIN; WHITE, 2005, p. 187). Esse tipo de julgamento tende a ser realizado pela cultura oral, a partir de boatos, fofocas, diferentes tipos de história, dentre outros. Ele está no âmbito das regras morais, abarcando o tipo de comportamento ético ou verdadeiro que as pessoas deveriam assumir. Os julgamentos de estima social podem ser categorizados de três modos: normalidade (o comportamento do indivíduo é pouco usual, especial, comum?), capacidade (o indivíduo é capaz, competente?) e tenacidade (o indivíduo é confiável, pode-se contar com ele/a?) (MARTIN; WHITE, 2005).

O julgamento de sanção social, por sua vez, “envolve um conjunto de regras ou regulamentos. [...] romper uma sanção social significa

correr o risco de receber punições legais ou religiosas, daí o termo sanção” (MARTIN; WHITE, 2005, p. 187). Esse tipo de julgamento é codificado na forma escrita como regulações, regras, leis que estão relacionados ao modo de se comportar socialmente em conformidade com o Estado e a Igreja, devendo sofrer penalidades legais aquele que quebrar o código, a lei (ALMEIDA, 2010). Os julgamentos de sanção social podem ser categorizados de dois modos: veracidade (o indivíduo é honesto?) e propriedade (o indivíduo é ético?).

Dessa forma, o tipo de julgamento a ser realizado, seja ele de estima social ou de sanção social, dependerá do posicionamento institucional de quem avalia. Em outras palavras, isso implica que “quem avalia que possui o respaldo, dependendo do lugar que ocupa, para julgar as outras pessoas positivamente ou negativamente” (ALMEIDA, 2010, p. 106). Com base na fundamentação teórica apresentada, passaremos a discutir, na próxima seção, o percurso metodológico e a análise dos dados.

DA METODOLOGIA À ANÁLISE DOS RESULTADOS

Em relação ao percurso metodológico, propomos, para este estudo, uma articulação entre os estudos decoloniais e o Sistema da Avaliatividade, tendo em vista as contribuições dadas por esse sistema às investigações que têm como foco o discurso e as identidades. Escolhemos como *corpus* de estudo o documentário *Democracia em Vertigem*, produzido no ano de 2019, pela cineasta Petra Costa e veiculado pela Netflix.

Esse documentário tem um cunho político, visto que ele aborda questões que vão desde a ascensão do Partido dos Trabalhadores ao poder até o seu declínio, marcado pelo processo de *impeachment* sofrido pela ex-presidenta Dilma Rousseff. Para conseguir mostrar como se deram esses eventos no Brasil, a cineasta filmou diferentes acontecimentos no âmbito da política, de modo a articulá-los a diversas narrativas. Essas narrativas foram produzidas por diferentes atores sociais como, por exemplo, a ex-presidenta Dilma Rousseff; o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva; deputados federais, advogados, ministros, dentre outros.

Desse modo, o documentário foi construído por múltiplas vozes, com a finalidade de problematizar o contexto político que antecedeu o processo de *impeachment*.

Por compreendermos que as narrativas de vida “são descrições de eventos onde são apreendidos os significados das ações dos participantes, suas crenças, valores e experiências vividas e como elas se desenvolvem” (PAPA, 2009, p. 147), procuramos empreender uma análise utilizando subsídios que nos possibilitassem entender as relações de poder, crenças e valores expressos pelos participantes, a partir de suas experiências no cenário político brasileiro.

Para realizarmos a análise, foi necessário fazer a transcrição do documentário, a partir das convenções elaboradas pelo Grupo de Pesquisa sobre Texto e Discurso, do Instituto de Letras e Linguística da Universidade Federal de Uberlândia. Em virtude do nosso objetivo, fizemos um recorte do *corpus*, o que nos permitiu focalizar somente nas narrativas que materializam linguisticamente identificações sobre a ex-presidenta Dilma Rousseff.

De modo geral, selecionamos 25 trechos, em que há avaliações explícitas, para a realização da análise linguística e estatística do *corpus*, para elaborarmos uma análise geral sobre os dados. Porém, por uma questão de delimitação espacial, elaboramos uma análise interpretativa mais detalhada sobre as narrativas tomando como base somente 10 trechos. Esses trechos foram proferidos por diferentes atores sociais e, a partir de sua análise, pudemos perceber quais eram as categorias do Subsistema da atitude utilizadas para identificar a ex-presidenta. Notamos que a quantidade de avaliações de julgamento foi superior em comparação com as avaliações de afeto. Ao todo, tivemos 31 avaliações de julgamento e, em contrapartida, encontramos 10 avaliações de afeto. Um dado que nos chama atenção diz respeito às avaliações de julgamento de estima social, mais especificamente, as de capacidade, que representaram 36,5% das avaliações.

Notamos que as avaliações de julgamento de capacidade ocorreram em maior número, isso porque Dilma Rousseff foi identificada a

partir do seu comportamento no âmbito da política, o que fez com que as pessoas a julgassem partindo de princípios como a legalidade (que representou 26,7% das avaliações), capacidade (que representou 36,5% das avaliações) e normalidade (que representou 7,3% das avaliações). Todas essas avaliações foram construídas em um contexto político particular, marcada por uma crise econômica e política no Brasil, que culminou no surgimento de diferentes movimentos a favor e contrários ao *impeachment*. Esses movimentos políticos repercutiram na mídia de forma que “o enquadramento promoveu o antagonismo e negligenciou o caráter democrático das controvérsias em prol de um ângulo que valorizou o conflito e a polarização, fortalecendo uma visão simplista de suas implicações para a vida política do País” (BECKER et al, 2016, p. 113).

Desse modo, o posicionamento ideológico de Dilma Rousseff e de quem a avaliou foi fundamental no processo de identificação dela ao longo das narrativas apresentadas no documentário. Assim, notamos que a maior parte dessas avaliações foram positivas, ou seja, cerca de 70% estavam relacionadas a identificações de Dilma Rousseff como uma figura política íntegra, que tem capacidade de exercer a função soberana de presidente da república, com uma atuação política que se assemelha a de outros ex-presidentes no que se refere ao crime de responsabilidade fiscal, que a levou a julgamento e condenação. Consideramos que esses dados também são resultantes do posicionamento político e ideológico da diretora Petra Costa, que não esconde na narrativa sua visão sobre os fatos.

Além das avaliações de julgamento, também encontramos no *corpus* identificações construídas por meio de avaliações de afeto, que pertencem ao campo semântico da emoção. Essas avaliações foram materializadas, em sua grande maioria, a partir de afetos de insatisfação, fato que culminou em uma identificação de Dilma Rousseff enquanto alguém que não estabeleceu vínculos afetivos com seus companheiros políticos, agindo na contramão do que seria esperado de um líder de governo em uma perspectiva populista.

Os primeiros excertos a serem analisados mostram que Dilma Rousseff se identifica de diferentes formas em suas narrativas: primeiro, como uma pessoa que foi acusada injustamente; segundo, como uma mulher que foi torturada no período da ditadura militar. As primeiras identificações estão estritamente relacionadas ao processo de *impeachment* sofrido por ela, conforme notamos nos excertos 1 e 2, a seguir:

Excerto 1: [...] de processar o pedido de impeachment contra mandato democraticamente conferido a mim pelo povo brasileiro... são inconsistentes e improcedentes as razões que fundamentam este pedido... **não existe nenhum ato ilícito praticado** por mim... não paira contra mim **nenhuma suspeita de desvio de dinheiro público... não possuo conta no exterior** (DILMA ROUSSEFF, grifos nossos).

Excerto 2: venho para olhar diretamente nos olhos de vossas excelências e dizer... com a **serenidade** dos que nada têm a esconder: **não cometi os crimes** dos quais **sou acusada injusta e arbitrariamente**. não é legítimo... como querem os meus acusadores... afastar o chefe de Estado e de governo... por não concordarem com o conjunto da obra. (DILMA ROUSSEFF, grifos nossos).

De acordo com os excertos 1 e 2, podemos observar que Dilma Rousseff se identifica a partir de julgamentos de veracidade, materializado pelas expressões linguísticas: “não existe nenhum ato ilícito praticado por mim”, “não paira contra mim nenhuma suspeita de desvio de dinheiro público”, “não possuo conta no exterior”, “não cometi os crimes”. Essas expressões são marcadas pelo uso de uma circunstância de negação “não” que confere seu caráter diálogo em relação a outras afirmações que foram ditas no contexto das investigações realizadas como, por exemplo, “A Dilma cometeu crimes”. Isso nos remete às noções de identidade e diferença de Silva (2000), tendo em vista que é pela diferença que ela se identifica como uma pessoa íntegra. Nesse sentido, a afirmação “não cometi os crimes” pode ser vista como parte de uma cadeia de afirmações, de expressões positivas de identidades, em que há uma construção da ex-presidenta como alguém cometeu atos ilícitos, portanto, deveria ser julgada em conformidade com o que prevê a constituição brasileira.

No excerto 2, Dilma Rousseff se identifica também a partir de julgamentos de veracidade, o que nos permite indagar - “o quão honesta ela era?”. Nesse excerto, a ex-presidenta se identifica novamente em um movimento de rejeição às acusações sofridas por ela, o que a permite novamente a construir uma identificação de pessoa íntegra, sendo materializada linguisticamente a partir do emprego de orações relacionais atributivas: “nada têm (processo) a esconder (atributo)”; “sou (processo relacional) acusada injusta e arbitrariamente (atributos)”. Essas identificações que Dilma Rousseff constrói sobre si apontam para dois fatos: primeiro, que o seu julgamento foi injusto; segundo, que esse julgamento não estava em consonância com os princípios legais e constitucionais, por isso, foi arbitrário.

Dessa forma, podemos notar que essa identificação enquanto uma presidenta íntegra foi baseada na sua relação com o outro, ou seja, na relação que ela estabeleceu com os seus opositores no âmbito da política. Para Silva (2000), a produção da identidade e da diferença são resultantes de um processo de construção simbólica e discursiva, que se instituem nas relações sociais. Isso significa que a definição da identidade e da diferença - tanto em termos linguísticos quanto discursivos - “está sujeita a vetores de força, a relações de poder. Elas não são simplesmente definidas, elas são impostas. Elas não convivem harmoniosamente, lado a lado, em um campo sem hierarquias, elas são disputadas” (SILVA, 2000, p. 80).

Entendemos que, no caso do *impeachment* de Dilma Rousseff, o que estava em jogo não era o fato de ela ter cometido algum ato ilícito, mas sim o estabelecimento da subalternização do seu papel social por meio de processos colonizatórios do poder e do ser. Isso porque ela foi destituída do cargo de presidenta por uma questão contábil, conforme observamos no excerto 3, a seguir:

Excerto 3: [...] é absurdo... que uma **Presidenta da República eleita** seja **afastada por uma questão contábil** que era **aceita pelos tribunais**, e sem ser **acusada** nesse processo de ter se **locupletado de um centavo sequer** (EDUARDO CARDOZO, grifos nossos).

No excerto 3, percebemos mais vez a construção identitária de Dilma Rousseff enquanto uma pessoa íntegra por meio de julgamento de veracidade. Esse julgamento é materializado a partir de processos relacionais atributivos: “sem ser (processo relacional) acusada (atributo) nesse processo de ter (processo relacional) se locupletado (atributo) de um centavo sequer”. Segundo a narrativa de Eduardo Cardozo, advogado da ex-presidenta, ela foi acusada injustamente, pois não se enriqueceu com o dinheiro público. Na sequência, Eduardo Cardozo afirma que o ato cometido pela ex-presidenta - as pedaladas fiscais - era aceito pelos tribunais, identificando a atitude dela como algo habitual por meio de um julgamento de normalidade, materializado por uma oração relacional atributiva: “afastada (atributo) por uma questão contábil que era (processo relacional) aceita (atributo) pelos tribunais”.

Além dos julgamentos, observamos uma sequência de avaliações de afeto de insatisfação, conforme podemos notar excertos nos excertos 4 e 5. Essas avaliações são evidenciadas, quando o deputado diz que “ela nunca teve contato [...] nunca deu um abraço neles, nunca pegou na mão”. Essa descrição do comportamento de Dilma Rousseff, entra no documentário, assim como os próximos excertos, na discussão sobre as razões pelas quais ela estava sofrendo o processo de *impeachment*, conforme notamos no excerto 4, a seguir:

Excerto 4: Ela nunca teve **contato**. Tem deputados do PT que falam... Ontem mesmo eu estive com deputado... com deputado do PT, do PCdoB. Eles falaram que a Dilma nunca deu **um abraço neles**, nunca **pegou na mão**. (Carlos Henrique Gaguim – Deputado PTN, grifos nossos).

Percebemos, no excerto 4, que o deputado Carlos Henrique Gaguim, identifica Dilma Rousseff a partir de sua própria insatisfação em relação ao posicionamento dela frente ao jogo político, classificando-a como inapta ao cargo de presidente por questões afetivas. Essas questões são materializadas linguisticamente por meio do uso de processos comportamentais, que denotam semanticamente sentimentos expressos no campo das relações interpessoais: “ter contato”, “dar abraço” e “pegar

na mão”. Entendemos que o que fica posto, novamente, é a questão da colonialidade do poder (QUIJANO, 1999), e os padrões hegemônicos aos quais Dilma Rousseff deveria obedecer. Isso retoma, de certa forma, à noção de poder político estabelecido pela lógica europeia-estadunidense, pois quando esse poder é estabelecido e segurado nos moldes democráticos, nascido e perpetuado por essa lógica, ele vai obedecer a uma série de regras não escritas, dentre elas, a expectativa de bom relacionamento e comportamento aos moldes populistas.

Ainda sobre as razões do processo de *impeachment*, o deputado Paulo Maluf argumenta no documentário, por meio de um julgamento de veracidade, que a ex-presidenta era uma pessoa honesta. Esse argumento é materializado linguisticamente por uma oração relacional atributiva em que temos: “Dilma (portador) era (processo relacional) honesta (atributo)”. Na mesma fala, Paulo Maluf emprega o epíteto “boa cozinheira” para se referir a ela, fato que denota um julgamento de capacidade negativo, tendo em vista esse epíteto foi utilizado como forma de atestar a incapacidade política de Dilma Rousseff de agradar o congresso brasileiro, conforme percebemos no excerto 5, a seguir:

Excerto 5: Eu posso dizer também que a **Dilma era honesta**, mas **a boa cozinheira não é aquela que faz a comida ao seu gosto**. A boa cozinheira é aquela que faz a comida ao gosto de quem ia comer. (PAULO MALUF – Deputado PP, grifos nossos).

Entendemos que a escolha desse epíteto de tom sexista não deve ser desconsiderado, tendo em vista que o seu emprego retoma à condição de sujeito subalterno, ligando-se a um conjunto de declarações sexistas que delimitam as atividades exercidas pela mulher na sociedade, a partir de expressões como, por exemplo, “o lugar de mulher é na cozinha”. Consideramos que esse epíteto está relacionado ao processo de colonização do ser, que opera reforçando simbolicamente o lugar do oprimido. Na época desse processo, uma das principais formas de desqualificação política de Dilma Rousseff era a recorrência de insultos misóginos⁵⁰.

⁵⁰ “Como forma de ‘protesto’, algumas pessoas produziram, venderam e colaram em carros adesivos com a imagem de uma montagem feita da presidenta com as pernas

Ao longo do documentário também são realizadas avaliações positivas de Dilma Rousseff. Os julgamentos explicitados no excerto 6, identificam a ex-presidenta como uma mulher forte que “mantém a cabeça erguida”, mesmo sendo subjugada pelo poder militar no contexto de uma ditadura, após “22 dias de tortura”. Notamos que o emprego do epíteto “cabeça erguida” materializa um julgamento de tenacidade, conforme notamos no excerto, a seguir:

Excerto 6: [...] **ex-guerrilheira** aos 22 anos ela **foi presa pelo regime militar**. nesta foto... ela tá sendo **interrogada depois de 22 dias de tortura**... enquanto seus interrogadores escondem rostos, ela mantém a **cabeça erguida** (PETRA COSTA, grifos nossos).

No excerto 7, notamos uma avaliação de afeto de satisfação, marcada pelo uso de um processo mental afetivo “senti” mais o atributo “uma identidade”. Na sequência, Marília Andrade afirma que essa identificação se deu pelo fato de Dilma Rousseff ser “mulher, mineira, militante”, ou seja, ela usa uma sequência de atributos para identificar e qualificar a ex-presidenta. Essa identificação construída para Dilma Rousseff está relacionada com o que Hall (2016) afirma sobre a identidade, pois ela é fruto do compartilhamento de significados, conforme notamos no excerto 7, a seguir:

Excerto 7: Eu senti... uma **identidade**. Cada vez maior, porque... **mulher, mineira, militante**... [...]. E fomos **presas** no mesmo presídio, Tiradentes. Eu por menos tempo, claro. E, acima de tudo, ela lá, por mim, sem eu ter o ônus de aguentar tudo ela ia **aguentar** (MARÍLIA ANDRADE, grifos nossos).

Além disso, nos excertos 6 e 7 observamos um discurso ligado à antiética de guerra, na qual o sujeito colonizado é submetido. Essa antiética de guerra se materializa nos excertos a partir da descrição de fatos que aconteceram no passado como, por exemplo, “foi presa”, “interrogada”, “presas”, retomados na atualidade para exaltar Dilma Rousseff. Todos esses fatos descritos são associados a avaliações positivas sobre

abertas no local de abastecimento, como se a bomba de gasolina a violentasse sexualmente” (LEMOS, 2017).

caráter militante da ex-presidenta, de forma a representá-la como uma mulher que sofreu em prol da liberdade de uma nação.

Sobre os usos da língua, hooks⁵¹ (2008, p. 862) explica que “nós agimos inconscientemente, em cumplicidade com a cultura da dominação” e, por isso, mesmo a retomada de antigas palavras⁵², que questionam ativamente o poder hegemônico tradicional masculino ao usar uma forma da língua que marca claramente a questão do gênero oprimido, como a palavra “presidenta”, que pode e deve ser entendida como decolonial, conforme observamos no excerto 8, a seguir:

Excerto 8: **Nossa presidenta!** (DESCONHECIDA, grifos nossos).

Para a autora, as palavras “impõem-se, criam raízes em nossa memória contra nossa própria vontade” (HOOKS, 2008, p. 857), observamos que o uso do vernáculo “presidente” é tão usual e esperado que, em 2016, a presidenta do Supremo Tribunal Federal (STF), Cármen Lúcia, declarou que “Eu fui estudante e sou amante da língua portuguesa e acho que o cargo é de presidente, não é?”. Essa fala teve uma repercussão na época, sendo noticiada em diferentes jornais como, por exemplo, pelo O Globo, a partir de notícia cuja autoria é de Carolina Brígido. É interessante percebermos, nesse contexto, o desprezo do substantivo feminino “presidenta”, que é aceito na língua portuguesa em detrimento de sua forma no masculino, que tradicionalmente é mais utilizada, marcando o gênero do colonizador.

Desse modo, compreendemos que a colonização do ser está tão enraizada na nossa cultura que o próprio dominado a emprega como “uma arma que pode envergonhar, humilhar, colonizar” (HOOKS, 2008, p. 858), especialmente, quando consideramos a declaração realizada

⁵¹ bell hooks é o pseudônimo de Gloria Jean Watkins escritora, pesquisadora e ativista social estadunidense. Ela escreve seu pseudônimo no minúsculo com o intuito de dar visibilidade a seu trabalho e não a sua pessoa.

⁵² “Segundo especialistas da equipe do Dicionário Aurélio, o termo existe pelo menos desde 1872, existia no dicionário Cândido de Figueiredo em 1899 e foi incorporada aos outros compêndios do nosso idioma em 1925. Machado de Assis, o grande escritor brasileiro, usa a palavra em seu mais do que clássico Memórias Póstumas de Brás Cubas, publicado em 1880.” (FALAR, 2014, p. 1).

pela Cármen Lúcia, em um contexto pós-golpe. A antiética de guerra é retomada no documentário, quando o então deputado Jair Bolsonaro justifica o seu voto no processo de *impeachment* instaurado contra Dilma Rousseff. Essa retomada foi realizada por meio de um afeto de insegurança, explicitado linguisticamente pela expressão “o pavor de Dilma”, conforme notamos no excerto 9, a seguir:

Excerto 9: [...] pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, **o pavor de Dilma Rousseff!** (JAIR BOLSONARO, grifos nossos).

Nesse excerto, percebemos que a ex-presidenta é novamente colocada no lugar de sujeito colonizado, que vive em constante estado de medo em relação à sua vida e integridade. Isso nos remete à discussão realizada por Maldonado-Torres (2007, p. 148), quando ele afirma que “no inferno do mundo colonial a morte e a violação ocorrem como realidades e ameaças diárias”. A retomada de um sistema simbólico referente à lógica de guerra antiética, é feita por Jair Bolsonaro durante a votação de *impeachment*, em uma tentativa de restabelecer a superioridade do poder hegemônico masculino, sob o corpo e a mente de Dilma Rousseff. Ao caracterizar o Ustra como o “pavor” da ex-presidenta, Jair Bolsonaro faz menção ao sentimento de medo extremo que ela sentiria por Ustra, visto que ele foi o responsável pela tortura sofrida por ela durante o período em que esteve presa, na época da ditadura militar. Desse modo, fica explícita intenção de Jair Bolsonaro de colocá-la simbolicamente no lugar de sujeito subjugado, subalternizando-a.

Notamos que Dilma Rousseff também se identifica nessa perspectiva de sujeito subalterno, quando ela afirma que foi torturada por muitos dias, submetida a atrocidades que a fez duvidar do sentido da vida e da humanidade. Entretanto, de forma contrária à avaliação de Jair Bolsonaro, que tentou subalternizá-la em seu discurso por meio da antiética de guerra, ela retoma a antiética para mostrar a sua capacidade de superação em relação às torturas sofridas. Dessa forma, Dilma Rousseff se identifica como uma mulher capaz de vencer a desumanidade dos militares, a partir de avaliações de julgamento de capacidade, materializadas em orações relacionais atributivas: “fui torturada”; “fui

torturada por dias seguidos... submetida a sevícias que nos faziam duvidar da humanidade e do próprio sentido da vida”, conforme verificamos no excerto 10, a seguir:

Excerto 10: por duas vezes vi de perto a face da morte, quando fui **torturada** nos dias...quando fui **torturada** por dias seguidos... **submetida a sevícias** que nos faziam duvidar da humanidade e do próprio sentido da vida... e quando **uma doença grave e extremamente dolorosa poderia ter abreviado a minha existência...** hoje...eu só **temo a morte da democracia** (DILMA ROUSSEFF, grifos nossos).

No final do excerto 10, Dilma Rousseff realiza uma avaliação de afeto de insegurança, por meio do uso de um processo mental afetivo “temo”. A presença dessa avaliação reafirma as questões comentadas anteriormente sobre o lugar do subalterno, que é simbolicamente determinado. Nesse caso específico, a própria ex-presidenta se identifica a partir desse lugar, em um momento em que a sua fala não tem mais qualquer domínio do poder político legitimador, exceto quando consideramos a plataforma de repercussão de seus discursos de resistência ao processo de destituição de seu poder democraticamente conquistado.

CONSIDERAÇÕES

Diante da nossa análise, acreditamos que o ato de destituir Dilma Rousseff da função de presidenta da república está parcialmente atrelado àquilo que Quijano (1999) denomina de colonialidade do poder, uma vez que historicamente a mulher sempre esteve em posição subalterna em relação ao homem. Segundo Quijano (1999), a colonialidade do poder se estabelece a partir da consolidação de um padrão hegemônico que se constitui na relação entre o dominador e subalterno. Além disso, entendemos que a colonialidade do ser (MALDONADO-TORRES, 2007) exerceu um papel fundamental no documentário, especialmente no processo de retomada das relações desumanas experienciadas pela Dilma Rousseff, marcado por identificações associadas à antiética de guerra na qual vive o sujeito subalterno.

Nesse sentido, o dominador cria e impõe um lugar simbólico inferiorizado para o subalterno, de modo a fornecer um modelo de poder sobre o qual a identidade da mulher é moldada, tendo em vista o sistema de dominação. Assim, ao analisarmos esses discursos, consideramos as relações de poder que estavam em jogo, pois elas inventam e constroem identidades (HALL, 2016) que irão definir o modo como o outro é representado.

Dessa forma, a identificação da mulher enquanto um ser subalterno foi posta, ainda que de forma velada, no processo de *impeachment* sofrido pela Dilma Rousseff, uma vez que “a pedalada fiscal” era um comportamento comum dos políticos, sendo aceito em outras situações. No entanto, podemos ver a lógica de exceção, vivida pelo ser colonizado, e a operação da colonialidade do poder (QUIJANO, 1999) em ação, tendo em vista que, no momento em que tínhamos uma presidenta, a pedalada fiscal passou a ser motivo suficiente para um *impeachment*, não sendo mais aceita pelo tribunal de contas, conforme comentado na análise.

Compreendemos que o processo de *impeachment* se deu de forma articulada a um contexto político e social, no qual houve uma retomada de posições e ideologias conservadoras em um âmbito mundial, mostrando-nos que a cultura política brasileira se mantém sob a lógica colonial, estruturada por meio de diferentes formas de desigualdade de gênero (MATOS; PARADIS, 2014), fato que culminou no estabelecimento de relações hegemônicas e assimétricas de poder.

REFERÊNCIAS

ALDERMAN, M. **Feminismo e pós-colonialidade**: algumas reflexões a partir da teoria social e da literatura. In: WOLFF, C. S.; FÁVERI, M.; RAMOS, T. R. O. (orgs.). *Leituras em rede: gênero e preconceito*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2007. p. 391-413.

ALMEIDA, F. S. D. P. **Atitude**: afeto, julgamento e apreciação. O Sistema de Avaliatividade e a linguagem da avaliação. In: VIAN JR, O; SOUZA, A. A; ALMEIDA, F. S. D. P. *A linguagem da avaliação em língua portuguesa*. Estudos sistêmico-funcionais com base o sistema da avaliatividade. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010. p. 99-112.

ÁLVARES, M. L. M. **Entre eleitoras e elegíveis**: as mulheres e a formação do eleitorado na democracia brasileira - quem vota? quem se candidata?. *Cad. Pagu*, Campinas, n. 43,

p. 119-167, dez. 2014. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332014000200119&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 05 fev. 2020.

BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº11. Brasília, maio - agosto de 2013, pp. 89-117.

BECKER, C; CESAR, C; GALLAS, D; WEBER, M. H. Manifestações e votos ao impeachment de Dilma Rousseff na primeira página de jornais brasileiros. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, v. 13, n. 24, p. 93-113, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://www.alaic.org/revista/index.php/alaic/issue/view/26/showToc>. Acesso em: 04 mar. 2020.

BRÍGIDO, C. Cármen Lúcia pede para ser chamada de presidente e não presidenta. **O Globo**, 10 ago. 2016. Disponível em <https://oglobo.globo.com/brasil/carmen-lucia-pede-para-ser-chamada-de-presidente-nao-presidenta-19896868>. Acesso em: 02 mar. 2020.

DEMOCRACIA EM VERTIGEM. Direção de Petra Costa. Rio de Janeiro: **Netflix**, 2019. Documentário (121 min.).

FALAR, p. Falar “presidenta” é tão correto quando “presidente”. **Carta Capital**, 29 nov. 2014. Disponível em <https://www.cartacapital.com.br/politica/falar-201ca-presidenta-201d-e-tao-correto-quanto-201ca-presidente201d-3220/>. Acesso em 02 mar. 2020.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALL, S. **Cultura e Representação**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.

HOOKS, b. Ensinar novas paisagens/novas linguagens. In: **Estudos feministas**. Florianópolis. 16(3): 424, Set.-Dez. 2008, p. 857-864.

LANDER, E. “¿Conocimiento para qué? ¿Conocimiento para quién? Reflexiones sobre la universidad y la geopolítica de los saberes hegemónicos”. **Estudios Latinoamericanos**, v. 7, n. 13, jan. 2000. Disponível em <http://www.revistas.unam.mx/index.php/rel/article/view/52369> Acesso em: 23 fev. 2020.

LEMONS, B. M. **Misoginia, Feminismo e Representações Sociais: O Processo de Impeachment de Dilma Rousseff na Imprensa Brasileira (2010-2016)**. 2017. Disponível em http://bdm.unb.br/bitstream/10483/18894/1/2017_BeatrizMonteiroLemos.pdf Acesso em: 05 mar. 2020.

MALDONADO-TORRES, N. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSFUGUEL, R. (eds.). **El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Iesco-Pensar-Siglo del Hombre Editores, 2007. p. 127-167.

MARTIN, J. R. Beyond exchange: APPRAISAL systems in English. In: HUNSTON, S; THOMPSON, G. (eds.). **Evaluation in text: authorial stance and the construction of discourse**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

MARTIN, J.R.; ROSE, D. **Working with Discourse**: meaning beyond the clause. New York: Continuum, 2003.

MARTIN, J. R.; WHITE, P. R. R. **The language of evaluation**: appraisal in English. London, Palgrave, 2005.

MATOS, M.; PARADIS, C. G. Desafios à despatriarcalização do Estado brasileiro. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 43, p. 57-118, dez. 2014. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332014000200057&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 10 fev. 2020.

MIGNOLO, W. D. Introduction. In: MIGNOLO, W.D. **Coloniality, subaltern knowledges and border thinking**. Nova Jersey: Princeton, 2000. p. 3-48.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder, cultura y conocimiento en América Latina. *Dispositio*, v. 24, n. 51, **Crítica Cultural en Latinoamérica: Paradigmas globales y enunciaciões locais** (1999), pp. 137-148. Disponível em <https://www.jstor.org/stable/41491587>. Acesso em: 24 fev. 2020.

SILVA, T. T. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, T. T. (Org.). **Identidade e diferença**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2000, p. 73-102.

WHITE, P. R. R. Valoração: a linguagem da avaliação e da perspectiva. **Linguagem em (Dis)curso – LemD**, Tubarão, v. 4, n. esp, p. 178-205, 2004.

CAPÍTULO 13 - ESTADO BRASILEIRO: CORPOS SUBVERSIVOS E MORTE

Allana de Azevedo Trajano⁵³
Naira Mariana Ferraz Gomes⁵⁴

INTRODUÇÃO

É assustadora a vida em um país onde o direito a ela, enquanto garantia fundamental, tem sido constantemente lesionado; dedicamos este trabalho a Dandara dos Santos e a todas as outras vidas, os outros corpos, antes e depois dela, presos em um círculo vicioso de morte, como um carrossel girando descontrolado em misto de medo, ódio e fúria.

Como ponto de partida analisaremos brevemente o contexto histórico e geopolítico que corroborou para a instauração de um regime militar, não democrático, no Estado Brasileiro; posto isso, buscaremos a compreensão do conceito de democracia, trabalharemos com as considerações acerca do tema de Norberto Bobbio (1997). Em números absolutos, o Brasil é o país que mais mata pessoas trans no mundo; desse modo, repensar os mecanismos de controle social que propiciam tal cenário, além de relevante, é urgente; o presente trabalho busca mostrar dados relativos à morte de pessoas trans; utilizaremos para tal as publicações da *Associação Nacional de Travestis e Transexuais* (ANTRA) e da organização *Transgender Europe* (TGEU); partindo de um caso específico, o da travesti Dandara dos Santos, discutiremos a questão sobre o prisma teórico de quatro autores, mais especificamente, quatro trabalhos emblemáticos para as provocações que propomos tecer, são eles: *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I*, do filósofo italiano Giorgio Agamben (2002) *Regulações de gênero*, da filósofa estadunidense Judith Butler (2014), *Necrobiopoder: quem pode habitar o Estado-nação*, da socióloga brasileira

53 Mestranda em Ciências Humanas e Sociais (UFOB). Professora substituta (UFOB). CV: <http://lattes.cnpq.br/7089679553898028>

54 Mestranda em Ciências Humanas e Sociais (UFOB). Analista judiciário do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (TJ-BA). CV: <http://lattes.cnpq.br/4969191542198453>

Berenice Bento (2018) e *Eichmann em Jerusalém – Um Relato sobre a banalidade do mal*, da filósofa alemã Hannah Arendt (1999). Com isso, entre dados e teorias, pretendemos tecer reflexões acerca de um tema tão urgente: a morte de corpos que subvertem as normas regulatórias, impostas e aceitas socialmente.

O ESTADO BRASILEIRO

O fim da Segunda Guerra Mundial marcar-se-á na História pela divisão do mundo em dois grandes blocos: o capitalista, liderado pelos Estados Unidos, e o Socialista, pela extinta União Soviética. O desenrolar de eventos e tensões geopolíticas que denominaríamos de Guerra Fria exerceram grande influência sobre os países da América Latina, principalmente após a Revolução Cubana, que instauraria o regime socialista em um território extremamente próximo aos Estados Unidos; tal cenário corroboraria para o recrudescimento da política externa estadunidense e de um sistemático apoio a regimes militares no continente. No Brasil, os militares assumiram o poder em 1964, com apoio de categorias civis e permaneceram até 1985. Se partirmos das considerações de Norberto Bobbio (1997) podemos asseverar que vivemos um regime autocrático.

Para Bobbio (1997) uma definição mínima de democracia perpassa pela existência de três características, quais sejam: a participação direta ou indireta na tomada de decisões coletivas; a existência de regras que sirvam de base para a tomada de decisões, que em sua essência vão de encontro a formas de governos autocráticos e, sobretudo como condição indispensável, é necessário que os indivíduos que são chamados a decidir ou eleger sejam munidos de garantias de liberdade de opinião, expressão e associação.

Em 1988, o Brasil presencia um evento histórico para a recente democracia que se tecia, a promulgação da *Constituição da República Federativa do Brasil* (SENADO FEDERAL, 1988), fortemente influenciada pela *Declaração Universal dos Direitos Humanos* (ASSEMBLÉIA GERAL DA ONU, 1948). Ambos os documentos emergiam de contextos de barbárie e violações da dignidade humana. No que concerne à

Europa pós-Segunda-Guerra-Mundial, apesar dos conhecidos episódios da Alemanha nazista, Hanna Arendt (1999) assevera que não é exagero a afirmação de que a Romênia era o país mais antisemita da Europa, pois desde o século XIX era notória tal característica, pouco antes de entrar na Segunda Guerra, ao lado da Alemanha, os judeus romenos foram declarados apátridas, durante o conflito a forma de deportação realizada pelos romenos consistia em alocar “quinhentas pessoas em vagão de carga e deixa-las morrer por sufocação enquanto o trem viajava pelo campo sem destino nem objetivo durante dias e dias; um dos fechos preferidos para essas operações assassinas era expor os corpos em açougues judeus” (ARENDR, 1999, p. 211).

Em *A condição humana*, Hannah Arendt (2007) critica governos despóticos “de um só homem”, mas assevera que o governo de ninguém pode se revelar como uma cruel tirania, ou seja, sendo também uma forma de governar, acrescenta que “a sociedade espera de cada um dos seus membros um certo tipo de comportamento, impondo inúmeras e variadas regras, todas elas tendentes a ‘normalizar’ os seus membros, a fazê-los ‘comportarem-se’, a abolir a ação espontânea ou a reação inusitada (ARENDR, 2007, p. 50). Nesse sentido, indo ao encontro das discussões que se farão na próxima sessão, é válido perguntar: quando o governo de ausenta, quando ele “lava as mãos”, pode com isso estar exercendo indiretamente o seu poder, à margem da legislação vigente?

CORPOS SUBVERSIVOS E MORTES

Em 15 de fevereiro de 2017, Dandara dos Santos, travesti de 42 anos, foi hostilizada, espancada e morta em Fortaleza; um crime bárbaro, à luz do dia; publicizado no *You Tube* como assevera Thais Lavor (2017) da BBC Brasil:

O crime brutal foi filmado, mostrando a travesti sentada ensanguentada no chão, recebendo pauladas e chutes desferidos, entre xingamentos, por pelo menos quatro homens. O vídeo viralizou, com dezenas de milhares de compartilhamentos no YouTube [...] Segundo vizinhos e pessoas que a conheciam, Dandara distribuía

sorrisos por onde passava e ganhava a vida vendendo roupas usadas, além de ajudar a mãe nas atividades domésticas [...] Embora a Polícia Militar do Ceará já tenha prendido sete envolvidos no crime, a atuação da PM-CE foi criticada pela demora em agir. As prisões só foram feitas dois dias após a divulgação do vídeo e 18 dias após a morte de Dandara (LAVOR, 2017).

No ano seguinte Dandara dos Santos se converteria em estatística no *Mapa dos assassinatos de travestis e transexuais no Brasil em 2017* organizado e publicado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), segundo as ativistas (BENEVIDES e SIMPSOM, 2018):

Dos 179 assassinatos notificados em 2017, 7 não constam dados sobre o tipo de ferramenta/meio usado para cometer o assassinato. Dos demais casos, 52% foram cometidos por armas de fogo, 18% por arma branca e 17% por espancamento, asfixia e/ou estrangulamento. Conta ainda alta incidência de mais de um meio como o assassinato foi praticado. A associação mais comum é com a agressão física, tortura, espancamento e facadas. 85% dos casos os assassinatos foram apresentados com requintes de crueldade como uso excessivo de violência, esartejamentos, afogamentos e outras formas brutais de violência. O que denota o ódio presente nos casos. Onde vemos notícias de corpos gravemente mutilados, tendo objetos introduzidos no ânus das vítimas, tendo seus corpos incendiados e jogadas de viadutos (BENEVIDES e SIMPSOM, 2018, p. 21).

Pensar em Dandara como estatística perpassa por pensar também em quantas “Dandaras” têm as violências corporais e a própria morte colocados à margem da própria estatística; sobre isso, Benevides e Nogueira (2021) esclarecem que, no Brasil, há uma ausência de dados estatísticos governamentais acerca da violência sofrida pela população LGBTI+, sobretudo da população trans, levando em consideração que, na ausência de um acolhimento adequado, essa população não realiza uma denúncia formal. Quando o faz, a vítima não tem o atendimento adequado. Outro agravante para a subnotificação é o fato corriqueiro do registro oficial ignorar a identidade de gênero, assim como nos laudos dos Institutos Médicos Legais (doravante IMLs). Assim, evidencia-se

a responsabilidade dos estados, das polícias e dos órgãos de segurança na manutenção da subnotificação dos dados de assassinatos de pessoas trans no Brasil.

O *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada* é uma fundação pública vinculada ao Ministério da Economia, que fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais. Na edição do *Atlas da Violência 2019*, de modo inédito, a publicação contou com uma seção intitulada “Violência contra a população LGBTI+”. Segundo o INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (2019), dois pontos centrais devem ser ressaltados: o primeiro é referente à seriedade do tema e do seu agravamento nos últimos anos como demonstrado na edição de 2019; o segundo ponto diz respeito à produção de estatísticas pelos órgãos competentes, o IBGE, por exemplo, não faz nenhum levantamento a respeito, de modo que não é possível nem mesmo mensurar o tamanho dessa população e as polícias, de modo geral, não incluem a orientação sexual nos registros de violências e nas declarações de óbitos.

No Atlas da Violência 2020 (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2020) a seção “Violência contra população LGBTQI+” insere o *queer* na sigla e elabora uma análise mais ampla que a de 2019, salienta os dois pontos centrais apontados na edição anterior como problemas que permanecem e sugere que o próximo recenseamento inclua questões relativas a orientação sexual e identidade de gênero.

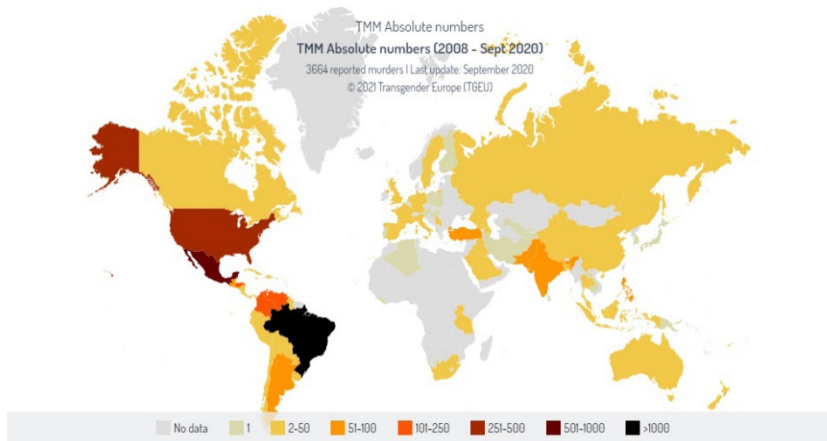
Tanto o Grupo Gay da Bahia (GGB) quanto a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra) realizam, através de buscas ativas junto a suas redes, contagens de pessoas LGBTQI+ vítimas de violência, que resultam em relatórios anuais disponibilizados em suas páginas na internet, ressaltando a despreocupação do Estado brasileiro no que tange à mensuração e incidência sobre o fenômeno da violência LGBTfóbica (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2020, p. 54).

Estar à margem, mesmo das estatísticas, pode ser pensado como estar fora da norma; em *Regulações de gênero*, Judith Butler (2014) dilucida que um discurso circunscrito sobre gênero e que persista no binarismo

homem e mulher como única forma de compreender a esfera do gênero age no sentido de consumir uma ação reguladora de poder que naturaliza a hegemonia, ao passo que elimina a possibilidade de pensar um rompimento com a norma; com isso, percebe-se que “a produção de parâmetros de pessoas, isto é, a construção de pessoas de acordo com normas abstratas que ao mesmo tempo condicionam e excedem as vidas que fabricam – e quebram” (BUTLER, 2014, p. 272). Para nós, essa “quebra” também pode ser sinônimo de morte.

Segundo o *Dôssie dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais* em 2020, foram registrados 175 assassinatos de pessoas trans, todas mulheres transexuais e travestis, mesmo durante a pandemia, o aumento foi significativo “o ano de 2020 revelou aumento de 201% em relação a 2008, o ano que apresentou o número mais baixo de casos relatados, saindo de 58 assassinatos em 2008 para 175 em 2020” (BENEVIDES e NOGUEIRA, 2021, p. 32).

Figura 1-Observatório de pessoas trans assassinadas, cifras absolutas (2008 - set. 2020)



Fonte: <https://transrespect.org/en/map/trans-murder-monitoring/>

A organização *Transgender Europe* (TGEU), através do projeto *Transrespect versus Transphobia Worldwide* (TvT), atualiza anualmente os dados de pesquisa referentes à morte e violências contra pessoas trans

no mundo, por meio do subprojeto *Trans Murder Monitoring* (TMM); tais dados normalmente são divulgados no dia 20 de novembro, dia da visibilidade Trans. Segundo os dados mais recentes (*Trans Murder Monitoring*, 2020), entre 2008 a setembro de 2020, 1520 pessoas trans foram assassinadas no Brasil, o país lidera as cifras absolutas no mundo, como exposto na figura 1.

REFLEXÕES TEÓRICAS

Em *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I*, Giorgio Agamben (2002) recorre à semântica e morfologia das palavras *zôe* e *bíos*, presente na linguística das sociedades da antiga Grécia, para trazer à tona os distintos conceitos do que para nós seria, a um primeiro olhar, “apenas” vida. *Zoé* e *bíos* indicariam então duas formas de viver, a primeira seria uma forma comum a todos os seres vivos ao passo que a segunda indica uma forma inerente a um indivíduo ou um grupo. Para nós, vida é apenas vida, ou fazemos distinções para além da semântica?

Em *Necrobiopoder: quem pode habitar o Estado-nação*, Berenice Bento (2018) considera que *necropoder* e *biopoder* são termos que não devem ser pensados de modo distinto para analisar a relação entre o Estado e os grupos humanos que o habitam. O Estado brasileiro tem como elementos estruturantes o terror e a morte, no que concerne às pesquisas que “se referem à violência do Estado contra os corpos abjetos, geralmente se aciona a noção e ‘soberania’ em contraposição à de governabilidade (conjunto de técnicas voltadas para o cuidado da vida, da população)” (BENTO, 2018).

Com isso, a pesquisadora sugere outro conceito, o de *necrobiopoder*, focando suas reflexões na relação entre biopolítica (dar a vida) e a *necropolítica* (promover a morte), tendo o Estado como central nesse processo, partindo desse conceito, podemos trazer a questão da negligência contra pessoas trans como algo que está intrinsecamente atrelado ao conceito de *necrobiopoder*, haja vista que a ausência do Estado brasileiro, a omissão, o deixar morrer é o deixar viver é *necrobiopoder*. Pensar em *necrobiopoder* perpassa por enlaçar a teia de análise também sobre *Homo Sacer: o poder*

soberano e a vida nua de Giorgio Agamben, e de sua afirmativa segundo a qual a “sacralidade da vida, que se desejaria hoje fazer valer contra o poder soberano como um direito humano fundamental, exprime, ao contrário, em sua origem, justamente a sujeição da vida a um poder de morte, a sua irreparável exposição na relação de abandono” (AGAMBEN, 2002, p. 91).

Em 1960 uma operação secreta do governo israelense capturou, em Buenos Aires, Adolf Eichmann, um importante funcionário encarregado do que se chamava de “solução final para o problema judeu”. Levado a julgamento em Jerusalém, foi condenado a pena capital; a serviço de um jornal estadunidense, Hannah Arendt cobriu o evento, os artigos produzidos seriam publicados em um livro intitulado *Eichmann em Jerusalém – Um Relato sobre a banalidade do mal* no ano de 1963.

Para Arendt (1999), filósofa, alemã, residente nos Estados Unidos Eichmann era um sujeito comum que cumpria ordens com uma “obediência cadavérica”, como ele assim categorizou, trazendo assim o conceito de banalidade do mal, muitos esperavam perversão, sadismo de uma mente complexa e cruel, mas a autora assevera que

eram muitas as oportunidades de Eichmann se sentir como Pôncio Pilatos, e à medida que passavam os meses e os anos, ele perdeu a necessidade de sentir fosse o que fosse. Era assim que as coisas eram, essa era a nova lei da terra, baseada nas ordens do Führer; tanto quanto podia ver, seus atos eram os de cidadão respeitador das leis. Ele cumpriu o seu dever, como repetiu insistentemente à polícia e à corte, ele não só obedecia a ordens, ele também obedecia à lei (ARENDDT, 1999, p. 152).

Em oposição aos assassinatos sistemáticos de judeus, homossexuais, ciganos, entre outros grupos considerados não aptos para a constituição social que se tecia pelo regime nazista, ou seja, por uma política de Estado, o Brasil, então democrático, não possui uma política oficial de combate a assassinatos de pessoas transexuais, de corpos que violam uma lógica binária e heteronormativa. O Estado em questão se omite, se ausenta, para nós, mata, “quebra” e viola. Com isso, presenciamos a banalidade do mal, circulando no *You Tube*, “viralizando” com as ima-

gens do corpo de Dandara, um corpo subversivo, uma morte que não é relevante para o Estado Nação, porque aqui, em nosso confuso Estado democrático, fazemos distinções entre vidas que importam e as que não.

CONSIDERAÇÕES

Consideramos que vidas nuas, expostas ao poder soberano (AGAMBEN, 2002), condicionadas por regulações de gênero (BUTLER, 2014) e marcadas pelo necrobiopoder (BENTO, 2018), potencializam no Brasil profundas engrenagens da morte e do ultraje de corpos que, mesmo sem vida, são expostos à cena pública, com a violência sobre eles reproduzida repetidas vezes em vídeos “viralizantes”, a exemplo de corpos humanos expostos em açougues, em claro castigo aos que transgridam as normativas vigentes, por vezes, a própria existência é por si só uma grave transgressão. No Brasil contemporâneo, 1520 corpos, entre 2008 e 2020, dentre eles o de Dandara dos Santos, levam o país à posição de campo de concentração para corpos trans. Compreendemos como as engrenagens funcionam e nos “quebram”, precisamos pensar em estratégias de rompimentos, ou seremos quebradas, expostas à cena pública do horror e/ou à margem da própria estatística, presas da dualidade de corpos que podem ser violentados por meio da publicização ou do próprio ocultamento, em um país, que assim como a Europa que presenciou o holocausto, segue, em “cadavérica” harmonia com a morte sistemática de corpos trans, subversores do binarismo socialmente regulador.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, G. **Homo Sacer**: o poder soberano e a vida nua. Belo Horizonte: UFMG, v. I, 2002.

ARENDT, H. **Eichmman em Jerusalém**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

ARENDT, H. *A condição humana*. 10ª. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

ASSEMBLÉIA GERAL DA ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. (217 [III] A) Paris: [s.n.], 1948. Disponível em: <<https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/por.pdf>>. Acesso em: 19 jun. 2021.

BENEVIDES, B. G.; NOGUEIRA, S. N. B. **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020**. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021. Disponível em: <<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2021/01/dossie-trans-2021-29jan2021.pdf>>. Acesso em: 19 jun. 2021.

BENEVIDES, B.; SIMPSON, K. **Mapa dos assassinatos de travestis e transexuais no Brasil em 2017**. ANTRA. [S.l.], p. 121. 2018. Disponível em: <<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2018/02/relatc3b3rio-mapa-dos-assassinatos-2017-antra.pdf>>. Acesso em: 19 jun. 2021.

BENTO, B. Necrobiopoder: Quem pode habitar o Estado-nação? **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 53, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8653413>>. Acesso em: 19 jun. 2021.

BOBBIO, N. **O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo**. 6ª. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

BUTLER, J. Regulações de gênero. **Cadernos Pagu**, v. 42, p. 249-274, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8645122>>. Acesso em: 19 jun. 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Atlas da Violência 2019**. Brasília: IPEA, 2019. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/19/atlas-da-violencia-2019>>. Acesso em: 19 jun. 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Atlas da Violência 2020**. Brasília: IPEA, 2020. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020>>. Acesso em: 19 jun. 2021.

LAVOR, T. **'Meu filho vivia sendo humilhado': caso Dandara expõe tragédia de viver e morrer travesti no Brasil**. Site da BBC Brasil, 2017. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-39227148>>. Acesso em: 30 abr. 2021.

SENADO FEDERAL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2021.

TRANS Murder Monitoring. **Transrespect versus Transphobia Worldwide**, 2020. Disponível em: <<https://transrespect.org/en/tmm-update-tdor-2020/>>. Acesso em: 28 abr. 2021.

SOBRE A ORGANIZADORA

ELLEN DOS SANTOS OLIVEIRA



Graduada em Letras Português e suas respectivas Literaturas pela Faculdade São Luís de França (FSLF). Especialista em Cultura e Literatura pelo Centro Universitário Barão de Mauá (CUBM). Mestre e Doutora em Letras pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Especialização em andamento em Literatura Infanto Juvenil, pela Faculdade Única. Especialização em andamento em Psicanálise, pela Faculdade Única. Membro do Centro Internacional e Multidisciplinar de Estudos Épicas da UFS (CIMEEP/UFS). Foi membro do NEC – Núcleo de Estudos de Cultura da UFS.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0243081448488165>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4728-5766>

E-mail: profa.ellen.oliveira@live.com

ÍNDICE REMISSIVO

A

academia brasileira de letras 7-8, 77, 79-80, 88, 100
análise decolonial 6, 9, 169
ana maria machado 5, 7-8, 88, 92, 97, 99-100
angelina gonçalves de souza 5, 7-8, 51-53, 55, 59-61
aninha (cora coralina) 5, 63
a outra! 6, 120-121
avaliatividade 6, 9, 169-170, 175, 178, 189

B

banalidade do mal 193, 199

C

capitalismo 13, 157, 190
castro alves 39, 46, 79
colonialidade do poder e do ser 9, 171
colonialidade do ser 171-172, 188
competitividade 127
corpos subversivos e morte 6, 9, 192
cultura afrodescendente 5, 7, 11
cultura política 141-142, 189

D

declaração dos direitos do homem e do cidadão 30
democracia em vertigem 6, 9, 169-170, 175, 178, 190
desenvolvimento de habilidades 6, 88-89, 100
dilma rousseff 6-7, 9, 30, 32-33, 142, 147-148, 155, 161, 164, 166-167, 169-170, 174, 176, 178-185, 187-190
dinah silveira de queiroz 5, 7-8, 77-87
discriminação 9, 15, 66, 103, 111, 116-118, 122, 139, 156
discurso midiático 6, 9, 147, 149
dispositivo político 6, 9, 147-149

E

educação básica 6, 9, 90, 102-103, 105, 107, 115-116, 118
educação feminina 27
elemento didático 5, 8, 88, 97
empoderamento feminino 9, 102-103
espaço doméstico 102, 136
esperança garcia 5, 7, 11-12, 15-22
estado brasileiro 6, 9, 191-193, 196, 198
eurocêntrica 123, 169
exército de bolivianos 5, 8, 51

F

feminicídio 28
feminismo 7, 21, 23-24, 26-29, 31-34, 40, 60, 76, 132, 189-190

H

heroína dos seringais 5, 7-8, 51

I

identidade de gênero 195-196
igualdade de direito de gênero 24
igualdade de gênero 5, 7, 23, 28-29, 35, 144
impeachment 9, 142, 147-148, 161, 163-167, 178-184, 187, 189-190
iniciativa privada 156-157, 162

interseccionalidade 124, 132

L

liberdade individual 155-157
livre mercado 155-159, 162, 166

M

malala yousafzai 28, 30
maria firmina dos reis 5, 7-8, 36-37, 39-40, 42-43, 45, 49
memórias de uma educadora 6, 102
menina reprimida 5, 63
meritocracia 157, 159, 166
movimentos feministas 29, 135
mulher branca 25, 122-123, 127, 173
mulher confiante 5, 8, 63
mulheres na política 133, 135, 139, 142
mulheres no parlamento brasileiro 6, 9, 133, 139
mulher negra 6-7, 9, 12, 14-16, 18-20, 22, 25, 49, 120, 122, 127, 131
multiletramentos 97-98, 101

N

necrobiopoder 192, 198, 200-201
necropolítica 198
neoliberalismo 154-155, 157, 159-161, 167

O

onu 24, 26, 154, 193, 200

P

páginas amarelas 6, 9, 147-150, 152-153, 155, 157-158, 165-167
preconceito racial 19, 109, 125
prêmio nobel da paz 28
protecionismo 71, 162, 165

R

racismo estruturante 15
realismo 39, 45, 49, 81
representação feminina 133-135
romance abolicionista 5, 36, 38
romantismo 38-39, 41, 49

S

ser feminista 5, 7, 23, 28, 35
simone de beauvoir 26-27, 32
superioridade do gênero 26

U

úrsula (1859) 5, 36, 41

V

valorização das mulheres 6, 9, 102

Este livro foi composto pela Editora Bagai.



www.editorabagai.com.br



[/editorabagai](https://www.instagram.com/editorabagai)



[/editorabagai](https://www.facebook.com/editorabagai)



contato@editorabagai.com.br